

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP**

SHEILA REGINA PINHEIRO MOISÉS MEDEIROS

**DOIS MOMENTOS DA GRAMATICOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: “NOVA
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO” E “GRAMÁTICA DA
LÍNGUA PORTUGUESA” – UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO**

MESTRADO EM LÍNGUA PORTUGUESA

SÃO PAULO

2007

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC-SP

SHEILA REGINA PINHEIRO MOISÉS MEDEIROS

**DOIS MOMENTOS DA GRAMATICOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA: “NOVA
GRAMÁTICA DO PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO” E “GRAMÁTICA DA
LÍNGUA PORTUGUESA” – UM ESTUDO HISTORIOGRÁFICO**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de **MESTRE** em **LÍNGUA PORTUGUESA**, sob a orientação da Prof^a Dr^a Dieli Vesaro Palma.

SÃO PAULO

2007

Errata

Folha	Linha	Onde se lê	Leia-se
15	16	Imanência	Adequação
18	11	Caminho	Caminhos
18	12	Percorrido	Percorridos
18	14	Da Língua da Língua Portuguesa	Da Língua
73	07	Sintático	Estático
138	18	Sócio-econômicas	Socioeconômicas
182	21	Sócio-econômicas	Socioeconômicas

Banca Examinadora

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, **Vilma e Roberto.**

Ao meu esposo, **Cristiano.**

Ao meu filho, **Hugo.**

As quatro razões de meu viver!

Agradecimentos

A Deus, por iluminar sempre os meus caminhos e por me amparar nos momentos mais difíceis.

Ao meu esposo, paixão da minha vida, pela compreensão, pelo amor e pela amizade; sem eles não sei o que seria de mim.

Ao meu filho, um presente de Deus, peço perdão pela minha ausência. É por você todo esse esforço; é para que tenha um futuro melhor. Foi em seu sorriso de anjo que muitas vezes encontrei forças para continuar.

Aos meus pais, minhas fontes de inspiração, pelo amor, pelo carinho e pela dedicação; sem sua ajuda esse trabalho jamais se realizaria.

Ainda aos meus pais, “**vovô-papai**” e “**vovó-mamãe**”, por cuidarem com tanto amor de meu pequenino filho.

Ao meu irmão, **Leandro**, e sua esposa, **Giselly**, pela amizade e pelo apoio.

A minha avó, **Angelina**, pelo carinho e pelo amor que sempre demonstrou por mim.

À professora e orientadora **Dr^a Dieli Vesaro Palma**, pelas valiosas orientações, pelo apoio, pelo carinho, pela amizade e pela compreensão de minhas hesitações e limitações.

À professora **Dr^a Leonor Lopes Fávero**, pelo carinho, pelas orientações dadas no Exame de Qualificação e pelo rico conhecimento que compartilha com todos nós.

Ao professor **Drº Maurício Pedro da Silva**, pelas orientações dadas durante o Exame de Qualificação.

À **professora Drª Neusa Maria de Oliveira Barbosa Bastos**, pelo carinho e pelas aulas sobre Lusofonia e Historiografia.

À Secretária **Lourdes**, pela presteza e pelo carinho.

Ao **CNPQ**, pelo apoio financeiro.

"A gramática não é uma simples descrição da linguagem natural, é preciso concebê-la também como instrumento lingüístico: do mesmo modo que um martelo prolonga o gesto da mão, transformando-o, uma gramática prolonga a fala natural e dá acesso a um corpo de regras e de formas que não figuram junto na competência de um mesmo locutor"

Auroux

MEDEIROS, S. R. P. M. *Dois Momentos da Gramaticografia da Língua Portuguesa: “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” – Um Estudo Historiográfico.*

Resumo

Esta dissertação tem como tema a Gramaticografia da Língua Portuguesa, focalizada numa visão historiográfica, em dois momentos: final do século XX e início do século XXI. Seus objetivos são: a) evidenciar as diferenças entre uma gramática voltada para a variação lingüística, mas restrita ao nível frasal, e uma gramática voltada para uma perspectiva discursiva; b) verificar os processos de ruptura e de continuidade nos estudos gramaticais, no período de sua produção; c) verificar a concepção de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação apresentada pelas obras; d) verificar a pertinência da aplicação do princípio da adequação, proposto por Koerner (1996), a gramáticas contemporâneas.

A pesquisa justifica-se na medida em que apresenta uma proposta de aplicação do princípio da adequação a documentos hodiernos. Uma segunda justificativa é o fato de ela mostrar que os estudos gramaticais deixaram de ser vistos sob a perspectiva da palavra e da frase, passando a ser focalizados sob a perspectiva do texto/discurso.

Temos como hipóteses que: a) uma gramática voltada para a variação lingüística, mas restrita ao nível frasal, e uma gramática voltada para uma perspectiva discursiva, têm diferenças; b) que as obras apresentam concepções distintas de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação; c) que as gramáticas representam ruptura e continuidade dos estudos gramaticais; d) que há uma possibilidade de aplicação do princípio da adequação, proposto por Koerner (1996), a gramáticas contemporâneas.

Trabalhamos de acordo com os parâmetros da Historiografia Lingüística, segundo os estudos de Pierre Swiggers (1990), Konrad Koerner (1996), Cristina Altman (1997) e o trabalho desenvolvido pelo Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2004; 2006).

Apoiamo-nos na proposta metodológica apresentada por Konrad Koerner (1996). Assim, utilizamos os três princípios propostos por esse estudioso: a contextualização, a imanência e a adequação.

Os resultados apontam que as gramáticas diferem, pois uma apresenta um estudo descritivo da norma padrão em diferentes variantes, sob a perspectiva da palavra e da frase, fundamentada na Sociolingüística, e a outra uma descrição da norma padrão, considerando a palavra, a frase e o texto/discurso e, ainda, baseada nos estudos lingüísticos surgidos a partir da Pragmática. Logo, verifica-se que ambas refletem o espírito de época em que foram produzidas.

Eles apontam também para a possibilidade da aplicação do princípio da adequação a documentos atuais, que há continuidade e ruptura nos estudos gramaticais e ainda que as gramáticas apresentam concepções distintas de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação.

Palavras-chave: Gramaticografia; Língua Portuguesa; Historiografia Lingüística; Gramática; rupturas; continuidades.

MEDEIROS, S. R. P. M. *Two Moments of the Grammaticography Portuguese Language: "New Grammar of the Contemporaneous Portuguese" and "Grammar of the Portuguese Language" – a Historiographic Study.*

Abstract

This dissertation has to subject the Grammaticography Portuguese Language, focused on a historiographic vision, in two moments: the quarter part of the 20th century and the first part of the 21st century. Its aims are: a) to evidence the differences between a grammar turned to the linguistic variation, but restricted to the phrasal level, and a grammar turned to the discursive perspective; b) to verify the rupture and the continuity processes in the grammars studies, on the period of your production; c) to verify the conceptions of the grammar, of the language (understood here as a system of communication); of the language (understood as the ability to use words communicate) and of the communication presented in the grammars; d) verify the pertinence of application adequation principle proposed by Koerner (1996) to contemporaneous grammars.

The research can be justified because presents a proposal of application adequation principle to moderns documents. A second justifying is the fact of it shows that the grammars studies left to be considered below the perspective of the word and the phrasal, going to be focused below the discourse/text perspective.

We have as hypothesis that: a) a grammar turned to the linguistic variation, but restricted to de phrasal level, and a grammar turned to the discursive perspective has differences; b) that the books present differents conceptions of the grammar, of the language (understood here as a system of communication), of the language (understood as the ability to use words communicate) and of the communication; c) that the grammars represents rupture and continuity of the grammars studies; d) that there's a possibility of application adequation principle, proposed by Koerner (1996), to contemporaneous grammars.

We working according as the parameters of the Linguistic Historiography, assuming as support the studies of the Pierre Swiggers (1990), Konrad Koerner (1996), Cristina Altman (1997) and the work developed by Research Group Historiography Portuguese Language, of PUC-SP (2004; 2006).

We based on the methodological proposal presents by Koerner (1996). Thus, we utilize the three principles proposed by this studios: the contextualization, the imanence and the adequation.

The results point that the grammars are differents, because one presents a descriptive study of the standard norm in differents variants below the word and phrasal perspective, based on Sociolinguistic, and the other a standard norm description, considering the word, the phrasal and the text/discourse, and, still, based on the Linguistic Pragmatic, reflecting the "epoch spirit" on the grammars are produced.

They also point to de possibility of application adequation principle to moderns documents, that there's continuity and rupture of the grammars studies and still that the grammars presents distinct conceptions of the grammar, of the language (understood here as a system of communication), of the language (understood as the ability to use words communicate) and of the communication.

Key-words: Grammaticography; Portuguese Language; Linguistic Historiography; Grammar; rupture; continuity.

Sumário

Introdução	14
1 - Considerações sobre a Historiografia Lingüística	20
1.1 – Distinção entre História e Historiografia.....	21
1.2 – A Historiografia Lingüística.....	24
1.3 - Procedimentos Metodológicos: Dois Momentos da Gramaticografia da Língua Portuguesa – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa”.....	30
1.4 - Relações entre a História da Língua e a Historiografia da Língua Portuguesa.....	32
1.5 - Relações entre a Filologia e a Historiografia Lingüística.....	35
2 - Desvendando o “espírito de época”: a contextualização	42
2.1 – O Brasil de 1970 a 2000.....	43
2.1.1 – A Educação no Brasil no Período de 1970 a 2000.....	47
2.1.2 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” no contexto das “Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” nº 5.692/71 e 9.394/96.....	52

2.1.3 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” no contexto dos “Parâmetros Curriculares Nacionais”.....	54
2.2 – Portugal de 1970 a 2000.....	55
2.2.1 - A Educação em Portugal no Período de 1970 a 2000.....	61
2.2.2 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” no contexto das “Leis de Bases do Sistema Educativo” nº 46/86 e 115/97.....	68
2.2.3 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” no contexto dos “Programas de Língua Portuguesa”.....	69
2.3 - A Evolução dos Estudos Lingüísticos na Segunda Metade do Século XX.....	70
2.3.1 - O Movimento Estruturalista.....	73
2.3.2 - O Movimento Gerativista.....	76
2.3.3 - A Abordagem Pragmática.....	78
2.3.4 - A Sociolingüística.....	83
2.3.5 - A Lingüística Textual.....	87

2.3.6 - A Lingüística Funcional.....93

**3 - Um Olhar Sobre Duas Importantes Gramáticas da Língua Portuguesa:
“Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua
Portuguesa” – A Imanência e a Adequação.....101**

3.1 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo”: Um Avanço para os Estudos Gramaticais.....105

3.1.1 – Análise do Prefácio: Objetivos da obra.....105

3.1.2 – Estrutura da Obra.....123

3.1.3 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” nº 5.692/71133

3.1.4 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Parâmetros Curriculares Nacionais”135

3.1.5 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Lei de Bases do Sistema Educativo” nº 46/86.....137

3.1.6 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Programas de Língua Portuguesa”.....139

3.2 – “Gramática da Língua Portuguesa”: Ruptura ou Continuidade?.....142

3.2.1 - Análise do Prefácio: Objetivos da Obra.....145

3.2.2 – Estrutura da Obra.....	151
3.2.3 – “Gramática da Língua Portuguesa” e “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” nº 9.394/96.....	170
3.2.4 – “Gramática da Língua Portuguesa” e “Parâmetros Curriculares Nacionais”.....	175
3.2.5 – “Gramática da Língua Portuguesa” e “Lei de Bases do Sistema Educativo” nº 115/97.....	182
3.2.6 – “Gramática da Língua Portuguesa” e “Programas de Língua Portuguesa”.....	184
3.3 – Uma Análise da “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e da “Gramática da Língua Portuguesa”, Focalizada sob a perspectiva da Gramática Funcional: A Adequação.....	190
3.4 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa”: suas semelhança e suas diferenças.....	196
Conclusão.....	201
Bibliografia.....	207

Introdução

O tema desta dissertação é a Gramaticografia da Língua Portuguesa, focalizada em uma perspectiva historiográfica, em dois momentos: no apagar do século XX e, no alvorecer do século XXI. Ele tem por objeto de estudo a “Nova Gramática do Português Contemporâneo”, de Celso Cunha & Lindley Cintra, e a “Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase e Gramática do Texto/Discurso”, de Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela. A pesquisa situa-se na linha de pesquisa História e Descrição da Língua Portuguesa.

O trabalho historiográfico, segundo Koerner (1996:45), está relacionado ao “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios”, o que exclui a postura de mero registro da pesquisa lingüística. Bastos & Palma (2004:18), retomando De Clerq & Swiggers (1991)¹, dizem que é tarefa do historiógrafo da lingüística descrever e explicar como se adquiriu, produziu e desenvolveu o conhecimento lingüístico em um determinado contexto. Assim, vale destacar que, de acordo com os estudiosos citados, o trabalho historiográfico deve ter como fonte de pesquisa documentos antigos, pois, segundo eles, o historiógrafo deve manter um distanciamento do “clima de opinião” em que as fontes primárias estão inseridas. A proximidade temporal entre pesquisador e as fontes sob estudo poderá levar a uma análise subjetiva dos fatos, não podendo, ainda, ser aplicado o princípio da adequação ao trabalho, haja vista que esse princípio visa a estabelecer aproximações entre os modelos teóricos utilizados nos documentos e um conceito ou teoria atual.

Ao contrário desses argumentos, a pesquisa realizada tem como fontes primárias duas gramáticas atuais, pois, compartilhando com o pensamento de Stoer (1986) e Tétart (2000), consideramos a possibilidade de se produzir um trabalho historiográfico com base em documentos recentes. Isso porque a proximidade que o historiógrafo mantém do “clima de opinião” não afeta a interpretação e descrição dos documentos. Pelo contrário, ela possibilita um conhecimento maior dos aspectos

¹DE CLERQ, J. & SWIGGERS, P. *L'Histoire de la Linguistique: L'autre Histoire et L'Histoire d'une Histoire*. Neue Fragen der Linguistik org. por Elizabeth Felbusch, Reiner Pogarell e Cornelia Weiss. Tübingen: Verlag, 1991.

sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos que os circundaram no momento de sua produção.

Quanto à aplicação do princípio da adequação a documentos contemporâneos, mostramos sua possibilidade no momento em que se fazem aproximações entre conceitos desses documentos e uma teoria lingüística atual de ampla abrangência, como a Gramática Funcional – modelo teórico utilizado na aplicação desse princípio.

Tivemos duas intenções ao selecionar as obras analisadas. A primeira foi evidenciar a evolução dos estudos gramaticais, mostrando que eles não são marcados somente por processos de rupturas, mas, também por processos de continuidades. Isso porque cremos na asserção de que a ciência evolui na medida em que rompe e mantém paradigmas precedentes. A segunda foi mostrar que o princípio da adequação pode ser aplicado a documentos hodiernos, desde que a base teórica para o seu desenvolvimento não esteja no cerne das fontes primárias de pesquisa.

Do ponto de vista da Historiografia Lingüística, este trabalho se justifica na medida em que expõe uma proposta de aplicação do princípio da imanência a fontes de pesquisa atuais. Ele ainda se justifica porque mostra que os estudos gramaticais deixaram de ser vistos sob a perspectiva da palavra e da frase, passando, após o surgimento da Lingüística do Discurso, a ser focalizados sob a perspectiva do texto/discurso. Do ponto de vista social, por ampliar conhecimentos lingüísticos, como língua e linguagem, por exemplo, aspectos que possibilitam ao homem viver em sociedade, a pesquisa também se justifica.

Há alguns trabalhos que têm como tema a Gramaticografia da Língua Portuguesa. Dentre eles, estão os livros *As Concepções Lingüísticas no Século XVIII: A Gramática Portuguesa* (1996); *As Concepções Lingüísticas no Século XIX: A Gramática no Brasil* (2006); *História Entrelaçada: A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX* (2004); *História Entrelaçada 2: A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa na primeira metade do Século XX* (2006), sendo esses dois últimos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa (GPeHLP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; o artigo de Henriques (2004) e as Dissertações de Mestrado de Oliveira (2002), Nogueira (2005), Silva (2007) e Oliveira (2007).

O estudo desenvolvido traz contribuições para o campo da Gramaticografia da Língua Portuguesa, da Historiografia Lingüística e da Gramática. Para o primeiro porque apresenta uma pesquisa de duas gramáticas de Língua Portuguesa, evidenciando os processos de ruptura e de continuidade que elas apresentam. Quanto ao segundo campo – o da Historiografia Lingüística – porque ela traz uma proposta metodológica para a aplicação do princípio da adequação a documentos atuais. Enquanto muitos pensam que esse é um caminho impossível em decorrência de o historiador presenciar a produção do próprio corpus a ser analisado, tornando sua pesquisa subjetiva, postulamos que ele é possível, pois a proximidade que o historiógrafo mantém do “clima de opinião” possibilita um conhecimento maior dos aspectos sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos que circundaram os documentos sob análise. Quanto ao campo da Gramática, está relacionado ao fato de a pesquisa mostrar que, à medida que o pensamento do homem novecentista evoluiu, junto a ele evoluíram também os estudos gramaticais, uma vez que eles eram vistos, pela grande maioria dos gramáticos da década de 1980, sob a perspectiva da palavra e da frase. Todavia, com a intensificação dos estudos sobre a Pragmática, eles passaram a dar ênfase às questões discursivas, considerando como componente da gramática não só a palavra e a frase, mas, também o texto e o discurso.

Neste estudo, a fim de verificarmos se houve (ou não) mudanças no que se refere aos estudos lingüísticos no período que separa a publicação de ambas as obras, procuramos responder a quatro indagações:

- Que diferenças podemos encontrar em uma gramática voltada para a variação lingüística, mas restrita ao nível frasal, e uma gramática voltada para uma perspectiva discursiva?
- Houve um processo de ruptura ou de continuidade no âmbito dos estudos gramaticais, no período em que as obras foram produzidas?

- Há diferenças de concepção de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação em ambas as obras?
- Até que ponto o princípio da adequação, proposto por Koerner (1996), pode ser aplicado a uma gramática contemporânea?

Tendo em vista as perguntas deste trabalho, temos como objetivo geral:

- Contribuir para os estudos da Gramaticografia da Língua Portuguesa.

Como objetivos específicos, pretendemos:

- Evidenciar, numa perspectiva historiográfica, as diferenças entre uma gramática voltada para a variação lingüística, mas restrita ao nível frasal, e uma gramática voltada para uma perspectiva discursiva;
- Verificar se houve um processo de ruptura ou de continuidade nos estudos gramaticais, no período que separa a publicação das gramáticas;
- Verificar a concepção de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação apresentada por cada uma das obras;
- Verificar a pertinência da aplicação do princípio da adequação, proposto por Koerner (1996), a gramáticas contemporâneas.

Esta dissertação é composta por três capítulos. No capítulo I – Considerações sobre a Historiografia Lingüística –, tratamos da distinção entre História e Historiografia, apresentando os dois sentidos de Historiografia no transcorrer do tempo. Em seguida, focalizamos o campo da Historiografia Lingüística, mostrando, com base em estudiosos como Swiggers (1991), Koerner (1996), Altman (1998) e nos trabalhos desenvolvidos pelo Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa (GPeHLP), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, o que é o trabalho historiográfico e quais são os métodos propostos para esse tipo de pesquisa. Posteriormente, apoiados em procedimentos metodológicos propostos por Konrad Koerner (1996), a saber, a contextualização, a imanência e a adequação, apresentamos a metodologia utilizada no trabalho, a fim de mostrar os caminhos percorridos no estudo das duas gramáticas selecionadas.

Após tratar desses aspectos, desenvolvemos um item que evidencia as relações entre a História da Língua Portuguesa e a Historiografia da Língua Portuguesa, pois, apesar de elas possuírem objetivos, métodos e aparatos conceituais distintos, podem se fundamentar nas mesmas fontes de pesquisa.

Por fim, na tentativa de explicitarmos a influência da Filologia no trabalho historiográfico, focalizamos as relações existentes entre essas áreas, mostrando que elas mantêm relações de complementaridade.

No capítulo II – Desvendando o Espírito de Época: A Contextualização –, aplicamos o primeiro princípio proposto por Koerner (1996). Nele, estabelecemos o “clima de opinião” geral do período em que as obras analisadas foram produzidas – 1970 a 2000. Assim, focalizamos os aspectos sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos, que expressam o “espírito de época” no Brasil e em Portugal, ao longo desses trinta anos.

No último capítulo – Um Olhar sobre duas importantes gramáticas da língua portuguesa: Nova Gramática do Português Contemporâneo e Gramática da Língua Portuguesa – a imanência e a adequação, aplicamos os dois últimos princípios propostos por Koerner (1996), conforme traz o próprio título do capítulo. No princípio da imanência, fazemos uma análise da Nova Gramática do Português Contemporâneo e da Gramática da Língua Portuguesa. Assim, com a intenção de apontar a concepção de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação presentes nas obras sob análise, focalizamos os seguintes aspectos: prefácio,

estrutura das obras e relação entre as idéias das gramáticas e a legislação educacional brasileira e portuguesa.

Quanto à aplicação do princípio da adequação, tendo como base teórica a Gramática Funcional, apresentamos as proximidades entre o conceito de “correto” apresentado pelos documentos analisados e por esse modelo da Lingüística Funcional. Além disso, mostramos como os conceitos de gramática, de língua e de linguagem tratados pelas gramáticas podem ser explicados pela GF.

Por fim, com base no tema de nosso trabalho, destacamos as semelhanças e as diferenças entre a gramática de Cunha & Cintra e a de Koch & Vilela. Neste último ponto da pesquisa, visamos evidenciar, numa perspectiva historiográfica, os processos de ruptura e de continuidade apresentados por ambas as obras, o que possibilita uma compreensão dos avanços dos estudos gramaticais no intervalo de produção da Nova Gramática do Português Contemporâneo e da Gramática da Língua Portuguesa.

Concluída a Introdução, passamos agora ao primeiro capítulo desta dissertação.

Capítulo 1

Considerações sobre a Historiografia Lingüística

Como a pesquisa realizada insere-se no campo da Historiografia Lingüística, apresentamos, neste capítulo, algumas considerações relativas a essa área do conhecimento. Desse modo, procuramos, primeiramente, mostrar as relações existentes entre a História² e a Historiografia, pois esse é um aspecto importante para a compreensão do vínculo entre ambas as áreas. Isso fará com que percebamos que a pesquisa no âmbito da Historiografia recebe influências da História, assim como a pesquisa no campo da História pode, muitas vezes, receber influências da Historiografia.

Assim, é fundamental destacarmos que, na Historiografia Lingüística, essa relação ocorre no momento em que o historiógrafo, baseado no “clima de opinião” em que suas fontes primárias foram produzidas, busca compreender os aspectos sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos que circundaram sua produção.

Em seguida, tratamos da Historiografia Lingüística, focalizando o momento de seu estabelecimento, sua definição e as questões metodológicas relativas ao fazer historiográfico. Sobre as últimas, é importante considerar que não há um método instituído em HL. Segundo Koerner (1996:56), o historiógrafo é o responsável pelo desenvolvimento de seu próprio quadro de trabalho. Sobre isso, diz ele:

(...) os historiadores da ciência lingüística terão que desenvolver seu próprio quadro de trabalho, tanto o metodológico, quanto o filosófico.

² Destaca-se que tratamos da História como a ciência que estuda eventos passados com referência a um povo, país, período ou indivíduo específico. (Cf. HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. & FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 1543, 2001.)

Não obstante, vale salientar que, apesar de ainda não termos um quadro metodológico definido, existem alguns caminhos propostos por pesquisadores como Pierre Swiggers (1990), Konrad Koerner (1996) e Cristina Altman (1998) que facilitam a pesquisa em HL, possibilitando, então, um trabalho com rigor científico. Assim, com a intenção esclarecer os passos que permeiam a pesquisa historiográfica, focalizamos a contribuição de tais pesquisadores para os estudos em HL.

Em seguida, baseados em procedimentos metodológicos propostos por Konrad Koerner (1996), a saber, a contextualização, a imanência e a adequação, expomos os passos utilizados para o trabalho desenvolvido. Isso possibilita a compreensão de cada etapa da pesquisa em HL apresentada.

Ainda nesse primeiro capítulo, estabelecemos as relações existentes entre a História da Língua e a Historiografia da Língua Portuguesa, pois esse é um aspecto importante para o trabalho realizado. Afinal, apresentamos um estudo que relaciona duas gramáticas da Língua Portuguesa, numa perspectiva historiográfica.

Por fim, na tentativa de explicitarmos a influência da Filologia no trabalho desenvolvido, focalizamos as relações existentes entre a Filologia e a Lingüística. Assim, procuramos evidenciar que ambas as áreas não possuem relações de antagonismo, mas, sim, de complementaridade. Além disso, apresentamos alguns pontos que apontam para a aceitação do caráter filológico do trabalho historiográfico.

Considerando esses aspectos, passamos agora ao primeiro item deste capítulo. Nele, apresentamos a distinção entre História e Historiografia.

1.1 - Distinção entre História e Historiografia

Para que compreendamos a distinção entre História e Historiografia, é necessário destacar que essa segunda área do saber pode ser entendida em dois sentidos, sendo ambos ligados às mudanças de reflexão acerca dos fatos históricos.

O primeiro sentido de Historiografia já pode ser encontrado no trabalho de Tucídides (c. 460 – 396 a.C.), pois esse historiador grego rompeu com a tradição da narrativa ou escrita de acontecimentos (História), no momento em que procurou refletir sobre os acontecimentos narrados ou escritos pela própria História (Historiografia). Tétart (2000:15), tratando desse historiador, diz:

Tucídides aperfeiçoa um enfoque que favorece o amadurecimento do gênero histórico. Através da preponderância da cadeia factual e causal, o princípio da análise domina. Lega, portanto, um método: criticar as fontes, restabelecer os fatos, organizá-los analisando-os.

A Historiografia, nesse primeiro sentido, deve ser concebida como a reflexão sobre a produção e a escrita da História. Silva & Silva, (2005:189), apoiados em Guy Bourdê e Hervé Martin³, dizem que ela pode ser compreendida como “o exame dos discursos de diferentes historiadores, também de como estes pensam o método histórico”.

Ainda baseados na visão de Guy Bourdê & Hervé Martin (1983), esses autores mencionam que a Historiografia contribui para o trabalho do historiador, pois o auxilia na descrição das “escolas” históricas, bem como na descrição de como foi produzido o conhecimento ao longo do tempo. Além disso, essa disciplina permite-nos compreender com mais clareza os elementos comuns aos intelectuais de um determinado período, pois se dedica ao estudo daqueles que escreveram a História num tempo anterior ao nosso e, também, ao estudo do processo de como essas histórias foram escritas.

Desse modo, a Historiografia não está voltada somente para a descrição da sucessão das “escolas” históricas, mas, também, para a análise dos mecanismos que envolvem a produção do discurso dos historiadores. É por meio dessa segunda tarefa que os historiógrafos são capazes de compreender esses discursos em

³ BOURDÉ, G. & HERVÉ, M. *As Escolas Históricas*. Trad. Ana Rabaça. Portugal: Publicações Europa-América, 1983.

relação ao tempo e à sociedade em que cada historiador está inserido (Cf. Silva & Silva, 2005:190).

Quanto ao segundo sentido de Historiografia, está relacionado a uma das rupturas pela qual a História passou. No início do século XX, essa ciência deixou de se “preocupar apenas com os fatos singulares, sobretudo com os dos políticos, dos militares e dos diplomatas (...)”, voltando-se para “o fato em toda sua espessura” (Cf. Fávero & Molina, 2006:21). Isso significa que ela não mais se apresenta como a “história dos grandes feitos de grandes homens – chefes militares e reis” (Burke, 1997:17). De acordo com as autoras citadas (2006:19), ela “procura discutir novos objetos: atitudes perante a vida e a morte, crenças, comportamentos, religiões etc.”.

Essa concepção de História teve seu nascimento na França por meio de algumas indagações sobre o fazer histórico. Foram os questionamentos no que concerne aos objetivos da História (relato de fatos do passado) que, no início do século XX, introduziram um novo paradigma, provocando, portanto, uma ruptura com o conceito anterior. Essa ruptura foi gerada pelos estudiosos congregados à revista *Annales*⁴ que foi importante veículo para o surgimento da Historiografia. Assim, Lucien Febvre e Marc Bloch, principais representantes da primeira geração da *École des Annales*, trouxeram muitas contribuições para o campo historiográfico, pois foram eles os precursores de novas propostas e métodos relacionados à produção do conhecimento em História.

É relevante mencionarmos ainda que a Historiografia, resultante dessa nova visão dos historiadores ao tratarem das questões históricas, recebe influências de saberes de outras ciências como, por exemplo, da Antropologia, da Lingüística, da Sociologia e da Teoria Literária. Isso faz com que ela tenha um caráter altamente interdisciplinar, já que, freqüentemente, apropria-se do saber de outras ciências para desenvolver sua pesquisa.

Assim, em virtude de nosso trabalho estar circunscrito no campo da Historiografia Lingüística, passamos agora a uma breve abordagem dessa recente disciplina, a qual está inserida no campo da Historiografia Geral, mas que se apropriou do saber da Lingüística propriamente dita para desenvolver um novo tipo de Historiografia: a Historiografia Lingüística.

⁴ A revista supracitada recebe o nome de *Les Annales d'Histoire Économique et Sociale*.

1.2 – A Historiografia Lingüística

A busca pelo estabelecimento da Historiografia Lingüística como disciplina vem da década de 70 do século passado. Bastos & Palma (2004:18), citando De Clerq & Swiggers (1991),⁵ a definem como uma disciplina que procura “descrever e explicar como se adquiriu, produziu e desenvolveu o conhecimento lingüístico”. Além disso, ao tratarmos desse ramo da Historiografia, é necessário que levemos em conta a visão kuhniana, a qual afirma que, na construção da ciência, há momentos de estabilidade (ciência normal) e de ruptura (crise). Quando há ciência normal, tem-se um paradigma – modelo daquilo que se constitui como ciência e, assim, é aceito como tal pela sociedade do período em questão. A partir do momento em que se modifica a visão em relação ao paradigma – modelo, tem-se uma ruptura, e é exatamente nesse momento que surgem inovações na ciência.

Diante da questão de continuidades e de rupturas proposta por Kuhn (2005), o historiógrafo da lingüística será capaz de examinar o quadro de definição do período estudado e, assim, observar, no quadro, o paradigma e o “clima de opinião” da época. Dessa forma, poderá examinar se houve modificações no campo de pesquisa em que atua, já que avaliará o que permaneceu e o que se modificou na ciência para, posteriormente, chegar a conclusões plausíveis no âmbito de seu trabalho.

Entretanto, é imprescindível mencionarmos que a evolução no campo da ciência não é provocada somente por rupturas, mas, também, por continuidades. Assim, o acúmulo do saber científico deve ser visto como algo positivo e que está ligado à evolução no meio científico, pois somente poderemos observar uma mudança na ciência, se conseguirmos identificar o que permaneceu (continuidade) e o que mudou (ruptura). Logo, baseados nos estudos sobre a História da Lingüística, da professora e pesquisadora alemã Brigitte Schlieben-Lange (1993:37), destacamos a importância de encontrarmos um ponto de referência comum entre as continuidades e as rupturas dentro da História da Lingüística, para que, assim, cheguemos ao progresso no âmbito dos estudos da linguagem.

Sobre esse assunto, Altman (1998:35) diz:

⁵ Ver nota nº 01.

(...) parece-nos razoável admitir que o avanço – no sentido denotativo do termo – do conhecimento que produzimos em ciência(s) da linguagem ocorre não só por rupturas e descontinuidades mas também por acumulação e continuidades. Ou seja, há momentos de divergência e diversificação, mas também há os de convergência e unificação e ambos parecem ser igualmente importantes para o refinamento do conhecimento produzido no âmbito da disciplina.

É preciso salientar que, durante a produção de um trabalho historiográfico, o historiógrafo da Lingüística, deve conhecer muito bem a área da Lingüística e, além disso, deve ter conhecimento de outras áreas, para que, assim, trabalhe interdisciplinarmente, conforme a afirmação de Koerner (1996:47):

(...) a construção das verdadeiras bases da historiografia da lingüística impõe grandes exigências à atividade acadêmica individual, amplitude de escopo e profundidade de assimilação, exigindo um conhecimento quase que enciclopédico da parte do investigador, dada a natureza interdisciplinar desta atividade.

Ainda sobre esse assunto, Koerner (1996:47) diz que o historiógrafo da lingüística deve ser capaz de “filtrar” o que é importante para sua pesquisa nas diversas áreas do conhecimento. Assim, diz ele:

(...) o historiógrafo deve ter capacidade de síntese, a faculdade de destilar o essencial da massa dos fatos empíricos coligidos a partir das fontes primárias.

Baseadas no trabalho de De Clerq & Swiggers⁶ (1991), Bastos & Palma (2004:23) dizem que o historiógrafo da Lingüística, ao buscar métodos próprios, deve apoiar-se em algumas motivações, a saber:

- Motivação de fazer a HL como sujeito enciclopédico, como “ramo” de uma enciclopédia do saber;
- Motivação de fazer a HL como ilustração do progresso de conhecimento;
- Motivação de fazer a HL com o objetivo de defender, difundir ou promover um modelo lingüístico particular em detrimento de outros;
- Motivação de fazer a HL como descrição e explicação de conteúdos de doutrina, inserida em um contexto histórico e científico;
- Motivação de fazer a HL como testemunha exterior sobre uma realidade social, “colorida” pelas concepções e práticas lingüísticas.

Assim, é preciso destacar que, neste trabalho, nos apoiamos na “Motivação de fazer a HL como descrição e explicação de conteúdos de doutrina, inserida em um contexto histórico e científico”. Essa motivação pode ser observada na aplicação do princípio da imanência, pois analisamos duas gramáticas da Língua Portuguesa, levando em conta as correntes sociopolíticas, econômicas, educacionais e lingüísticas que predominavam no período de produção das fontes primárias de pesquisa.

⁶ Ver nota nº 01.

Antes de nos remetermos a uma abordagem dos três princípios propostos por Koerner (1996) no que se refere ao encontro de um método em HL, é preciso que façamos uma breve alusão à questão da metalinguagem em HL. De acordo com Koerner (1996:98), a metalinguagem diz respeito à linguagem empregada para descrever idéias passadas sobre linguagem e lingüística. Nesse sentido, para que o historiógrafo não caia em nenhuma emboscada e, assim, não forneça avaliações inadequadas de teorias do passado, é preciso que ele não ignore essa questão em seu trabalho.

Entretanto, salientamos que, ao trabalhar com a metalinguagem em HL, o historiógrafo depara-se com uma árdua tarefa. Essa dificuldade é decorrente do fato de ele ter duas grandes responsabilidades:

(...) tornar sua pesquisa relevante para o cientista 'normal'⁷, (...) assim como apresentar as teorias anteriores do campo devidamente inseridas no clima intelectual do período em que foram formuladas e se desenvolveram. (Cf. Koerner, 1996:101)

Ao deparar-se com a importância do uso da metalinguagem no trabalho historiográfico e com a dificuldade de se trabalhar com tal questão, Koerner (1996:60), objetivando desenvolver meios pelos quais o historiógrafo da lingüística não caia em armadilhas, propõe três princípios de fundamental importância para a resolução desse problema: a contextualização, a imanência e a adequação.

No que se refere ao primeiro princípio - a contextualização - está relacionado ao estabelecimento do "clima de opinião" geral do período em questão. Desse modo, é importante salientarmos que, segundo Koerner (1996), as idéias lingüísticas nunca se desenvolveram independentemente de outras correntes intelectuais do período, já que o "espírito de época" sempre deixou marcas no pensamento lingüístico. Assim, é fundamental para o trabalho historiográfico o levantamento de aspectos

⁷ Durante a leitura do texto, pareceu-nos que Koerner (1996:101), ao dizer cientista 'normal', referiu-se ao cientista moderno. Diz ele: "espera-se que ele (o historiógrafo) torne seu assunto relevante para o cientista 'normal', o que implica dever achar meios tais para apresentar teorias 'obsoletas' que facilitem seu acesso ao lingüista moderno".

filosóficos, sociopolíticos, científicos, educacionais e culturais em que está inserido, pois são esses fatores reveladores de toda a história do pensamento lingüístico de determinado período.

O princípio da imanência refere-se ao esforço do historiógrafo em entender os textos lingüísticos, produzidos em determinada época, numa perspectiva histórica, crítica e, se possível, filológica. Além disso, de acordo com Koerner (1996:114), o historiógrafo deve abstrair sua própria formação lingüística e compromissos atuais em lingüística, concentrando-se nos limites do próprio texto, assim como no contexto histórico no qual ele está situado. Isso significa que o quadro geral da teoria sob investigação, bem como a terminologia usada no texto, devem ser definidos internamente, de forma que não ocorra referência às doutrinas lingüísticas externas às fontes primárias de pesquisa.

O princípio da adequação diz respeito ao fato de o historiógrafo, depois de seguir os dois primeiros princípios, trazer sua pesquisa para a realidade de forma que o leitor moderno possa compreendê-la. Para tanto, introduzirá, de maneira explícita,

aproximações modernas do vocabulário técnico e um quadro conceptual de trabalho que permita a apreciação de um determinado conceito ou teoria, incluindo-se as constatações das afinidades de significado que subjazem a ambas as definições. (Bastos & Palma, 2004:17)

Quanto aos caminhos em HL propostos por Cristina Altman (1998), há, no trabalho historiográfico, passos investigativos, os quais são representados pelos seguintes momentos: seleção, ordenação, reconstrução e interpretação.

De acordo com essa proposta metodológica, o historiógrafo deverá fazer uma seleção dos documentos a serem explorados em sua pesquisa e, posteriormente, organizá-los conforme uma ordem escolhida (cronológica ou temática, por exemplo, pois a ordenação não é, necessariamente, cronológica, quem a determinará será o próprio historiógrafo). Após a conclusão desses dois passos investigativos, passará a reconstrução dos conhecimentos lingüísticos dos diversos recortes temporais

considerados e, finalmente, ele fará a interpretação crítica do processo de determinada produção, a qual será contextualizada a partir do clima de opinião traçado.

Há, ainda, no processo metodológico, a questão das fontes de pesquisa que podem ser classificadas como primárias e secundárias. As primárias dizem respeito aos documentos oficialmente registrados (história oficial). Já as secundárias, chamadas de metahistóricas, são aquelas que permitem verificar o que já foi estudado sobre as fontes primárias.

A questão das dimensões cognitiva e social também é importante para o trabalho historiográfico. A primeira, vista como interna, refere-se às teorias e metodologias ligadas ao paradigma. Já a segunda, vista como externa, tem como função observar o “espírito de época” do fato estudado, dando ênfase aos aspectos sociais de determinada época.

Em busca de uma metodologia para a Historiografia Lingüística tem-se também a questão dos critérios de análise, em que são selecionadas as categorias. Tais categorias variam de acordo com o objeto sob análise e dão cientificidade ao trabalho historiográfico. Segundo Bastos & Palma (2004:12), elas são “um aspecto, saliente em uma obra, e revelador de um ponto de vista que alicerça e que pode manifestar-se nos mais diversos níveis lingüísticos”.

Nesse sentido, apoiados nos estudos de Konrad Koerner (1996:45), é plausível definir o trabalho historiográfico como o “modo de escrever a história do estudo da linguagem baseado em princípios”, o que exclui a postura de mero registro da pesquisa lingüística. Altman (1998:25), com base em De Clerq & Swiggers (1991)⁸, diz que é tarefa do historiógrafo da lingüística descrever e explicar como se adquiriu e desenvolveu o conhecimento lingüístico em um determinado contexto social e cultural, através do tempo. Para tanto, deverá desenvolver seu próprio quadro de trabalho, já que, conforme afirmamos anteriormente, não há um método instituído em HL. Todavia, vale ressaltar que o historiógrafo da lingüística apoiar-se-á em procedimentos metodológicos os quais foram aqui explanados.

⁸ Ver nota nº 01.

Dessa forma, com o intuito de esclarecer quais os caminhos percorridos durante a pesquisa aqui apresentada, abordamos, no próximo item, os procedimentos metodológicos adotados em nosso trabalho.

1.3 - Procedimentos Metodológicos: Dois momentos da Gramaticografia da Língua Portuguesa – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa”

Considerando os fatores relacionados às questões metodológicas em Historiografia Lingüística, é relevante mencionarmos que o trabalho aqui desenvolvido apóia-se nos três princípios propostos por Koerner (1996): a contextualização, a imanência e a adequação.

No que se refere à contextualização, identificamos as correntes sociopolíticas, econômicas, educacionais e lingüísticas que marcaram o período em que as gramáticas analisadas foram produzidas. Afinal, todas elas influenciam a sociedade e, portanto, o pensamento lingüístico de determinado período histórico.

Quanto ao princípio da imanência, procuramos compreender ambas as obras de forma histórica, crítica e, se possível, filológica. Para tanto, observamos atentamente os textos para que, assim, possamos estabelecer um quadro geral da teoria e da terminologia usadas os quais devem ser definidos internamente, isto é, sem referência à doutrina lingüística externa ao trabalho.

Após a aplicação dos dois primeiros princípios – a contextualização e a imanência - às gramáticas em questão, passamos ao terceiro: a adequação. Nesse sentido, introduzimos, de maneira explícita, aproximações entre as diferentes teorias apresentadas pela Nova Gramática do Português Contemporâneo e pela Gramática da Língua Portuguesa e a Gramática Funcional – base lingüística para o desenvolvimento desse último princípio. O que possibilita a construção de um quadro conceitual de trabalho que permite avaliarem-se aspectos lingüísticos das teorias gramaticais propostas em ambas as obras.

Dessa maneira, buscamos constatar as afinidades que subjazem aos aspectos lingüísticos das teorias gramaticais propostas nas obras analisadas, sob a perspectiva da Gramática Funcional, sem que essa teoria, no entanto, influencie a aplicação do princípio da imanência. Afinal, nele os aspectos gramaticais apresentados pelas obras devem ser definidos internamente, ou seja, com base nas teorias que as fundamentaram.

Após a aplicação desses três princípios, estabelecemos relações entre as obras analisadas, conforme o tema central de nossa pesquisa. Isso permite compreendermos a evolução dos estudos gramaticais nos períodos de publicação de ambas as gramáticas.

Vale enfatizar, ainda, que a pesquisa desenvolvida procura propor uma alternativa para a aplicação do princípio da adequação a duas gramáticas contemporâneas. Essa proposta decorre do interesse de investigar até que ponto esse princípio poderá ser aplicado a uma gramática atual.

Além disso, ao aplicarmos o princípio da imanência, empenhamo-nos numa segunda proposta metodológica no âmbito da HL: a influência da Filologia no trabalho historiográfico. Nesse sentido, procuramos mostrar que a Filologia e a Lingüística mantêm relações de complementaridade em que tal afirmação pode ser comprovada no instante em que observamos constantes semelhanças nos métodos percorridos por ambas as disciplinas.

Por fim, após a exposição dos processos metodológicos adotados na pesquisa desenvolvida, focalizamos as relações existentes entre a História da Língua e a Historiografia da Língua Portuguesa. Afinal, ambas estão ligadas, uma vez que a Historiografia apóia-se no estudo daqueles que escreveram a História, isto é, “é a reflexão sobre a produção e a escrita da História.” (Silva & Silva, 2005:189).

1.4 - Relações entre a História da Língua e a Historiografia da Língua Portuguesa

Ao estudarmos a História da Língua e a Historiografia da Língua Portuguesa, observamos que há uma relação entre elas, pois as mesmas fontes de pesquisa podem ser usadas por esses dois domínios. Porém, é necessário lembrar que, apesar da afinidade existente entre essas duas áreas, ambas possuem objetivos, métodos e aparatos conceituais distintos.

Não encontramos nenhum problema quanto à definição de História da Língua, porém não podemos dizer o mesmo sobre a da Historiografia da Língua Portuguesa, pois sua definição tem sido, freqüentemente, objeto de discussão epistemológica. Apesar de todos os debates a respeito do conceito de Historiografia Lingüística, Gonçalves (2002:11), com base nos estudos de Swiggers (1990:21)⁹, a define como uma disciplina que “descreve e explica como se adquiriu, formulou, transmitiu e desenvolveu o conhecimento lingüístico no transcorrer temporal.”

Com base no conceito dado por Swiggers, é importante mencionarmos que uma das áreas mais estudadas pela Historiografia da Língua Portuguesa é a história da gramática – gramaticografia -, em que o historiógrafo observa, descreve e explica como se desenvolveu o conhecimento lingüístico no momento da produção da gramática estudada. Para tanto, fundamentado no “clima de opinião” em que essa obra foi produzida, faz uma análise do conteúdo da gramática apoiando-se em materiais relacionados a ela, isto é, as fontes secundárias. Nesse sentido, vale ressaltarmos que é nesse campo que se insere nosso trabalho, um estudo que relaciona duas gramáticas da Língua Portuguesa, numa perspectiva historiográfica, conforme podemos observar nos capítulos posteriores.

Além disso, a historiografia pode assumir, por um lado, um caráter geral – quando reflete problemas gerais da linguagem e das línguas. Por outro, um caráter particular, em que se restringe a uma dada tradição (meta)lingüística. Assim, segundo Gonçalves (Op.cit.:12), o principal objetivo da historiografia é:

⁹ SWIGGERS, P. *Reflections on (Models for) linguistic historiography*. In HÜLLEN, Werner. *Understanding the historiography of linguistics: problems and projects*. Münster: Nodus Publikationen, p. 21-34, 1990.

reconstruir o ideário implícita ou explicitamente formulado sobre o fenómeno da linguagem, assim como as reflexões vertidas sobre línguas particulares, em dada época e em determinado contexto social, político e institucional, sem se confundir, todavia, com os objetivos da filosofia da linguagem, ou a ela se sobrepor.

Podemos notar, então, que a Historiografia possui relação com a História da Língua, a qual trata do relato ou descrição dos estados passados dos sistemas lingüísticos, nos vários níveis de análise. Para que compreendamos a diferença entre História da Língua e Historiografia Lingüística, é interessante que nos remontemos aos anos 60 do século passado, pois esse foi um momento marcado por uma abrupta mudança no campo da Filologia e das línguas clássicas.

Na década de 60 do século XX, as disciplinas da antiga Filologia foram substituídas por outras da moderna Lingüística. Além disso, as línguas clássicas foram secundarizadas, o que ocasionou uma modificação nos estudos históricos, os quais foram repartidos entre estudos sobre as mudanças lingüísticas e estudos relacionados às formas e aos instrumentos conceituais e terminológicos aplicados à descrição da linguagem e das línguas em épocas passadas. Na verdade, essa divisão trata de separar o histórico (fazer história) do metahistórico (fazer historiografia – usa-se a história para falar da própria história) de forma que ambas as partes tenham pontos de contato.

Além disso, observamos essa relação entre a História da Língua e a Historiografia da Língua Portuguesa quando nos remetemos à questão dos fatores internos e externos, já que ambas concordam quanto a sua conciliação e, ainda, no que se refere ao uso de metalinguagens próprias.

Quanto aos estudos em História da Língua e em Historiografia Lingüística, encontramos épocas mal conhecidas e outras muito conhecidas, o que pode ser explicado pela concentração de pesquisas em períodos isolados. Assim, alguns séculos, conforme os estudos de Schlieben-Lange (1993), caíram no esquecimento

e não sabemos se por tabuização¹⁰ ou por falta de trabalhos considerados problemáticos, isto é, científicos. Baseada em Castro (1996:136)¹¹, Gonçalves (2002:13) diz que, em virtude do esquecimento de alguns séculos, o historiador da Língua e o historiógrafo da Lingüística devem fazer um trabalho de “verdadeiro cabouqueiro, desenterrando penosamente os documentos, peneirando os dados e organizando uma taxionomia inexistente”. Além disso, assim como na História da Língua, na Historiografia Lingüística, o estabelecimento de recortes resultantes da delimitação do corpus a ser estudado procede da multidimensionalidade de tais áreas.

Os estudos no âmbito da Historiografia crescem cada vez mais no Brasil, pois temos trabalhos sobre a Lingüística Brasileira do século XX, a gramaticografia portuguesa e brasileira e a problemática sobre as línguas indígenas. Temos, ainda, como representante da Historiografia Lingüística, a pesquisadora Cristina Altman que, por meio de sua tese, “A pesquisa lingüística no Brasil (1968-1988)”, apresentou o primeiro trabalho em Historiografia da Língua Portuguesa no Brasil. Além disso, o interesse pelo estudo historiográfico fez com que fossem criados grupos de pesquisa, como o “Grupo de Pesquisa em Historiografia da Língua Portuguesa”, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, que participam de associações como a ANPOLL e a ALFAL. Em Portugal, os estudos relacionados à gramaticografia também têm tido grandes avanços, havendo um intenso aumento de publicações, em que grande parte dos trabalhos deve-se aos estudiosos portugueses Telmo Verdellho (1995) e Amadeu Torres (1996); porém ainda não foram criados, em Portugal, grupos específicos de pesquisa relacionados ao estudo historiográfico. (Cf. Gonçalves, 2002:14)

Concluída a alusão sobre as relações entre a História da Língua e a Historiografia da Língua Portuguesa, tratamos, no próximo item, das relações entre a Filologia e a Lingüística, pois ambas mantêm relações de complementaridade e, não, de antagonismo. Além disso, conforme mencionado, esta pesquisa apresenta

¹⁰ Parece-nos que a palavra “tabuização”, grafada no texto de Schlieben-Lange (1993), tem o sentido de algo que se tornou tabu por algum motivo. No dicionário Houaiss, encontramos a seguinte definição para a palavra “tabuizar”: 1. eleger (algo) como tabu; 2. excluir do uso ou do contato profano; 3. proibir ou evitar (algo) por motivos de ordem moral ou consultudinária, proscrever. (HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. & FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, p. 2655, 2001).

¹¹ CASTRO, I. *Para uma história do português clássico*. In: DUARTE, I.; LEIRIA, I. (Orgs.). *Actas do Congresso Internacional sobre o Português*. Lisboa: Colibri, p. 135-150, 1996.

uma proposta metodológica em HL que procura mostrar a influência da Filologia no trabalho historiográfico.

1.5 - Relações entre a Filologia e a Historiografia Lingüística

De acordo com o “Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa” (2001:1344), o termo ‘filologia’ pode ser compreendido como: 1- (1597 cf. MonLus) estudo das sociedades e civilizações antigas através de documentos e textos legados por elas, privilegiando a língua escrita e literária como fonte de estudos. 2- (d1815) estudo rigoroso dos documentos escritos antigos e de sua transmissão, para estabelecer, interpretar e editar esses textos. 3- (s XX) o estudo científico do desenvolvimento de uma língua ou de famílias de línguas, em especial a pesquisa de sua história morfológica e fonológica baseada em documentos escritos e na crítica dos textos redigidos nessas línguas (p. ex., filologia latina, filologia germânica etc.); gramática histórica. 4- estudo científico de textos (não obrigatoriamente antigos) e estabelecimento de sua autenticidade através da comparação de manuscritos e edições, utilizando-se de técnicas auxiliares (paleografia, estatística para datação, história literária, econômica etc.), esp. para a edição de textos - cf. ecdótica. – f. Comparada Ling parte da lingüística histórica que trata do estudo comparado das línguas, não só através de sua origem e evolução, como também do confronto com línguas modernas; gramática comparada, lingüística comparada – ETIM lat. Philología, ae ‘amor às letras, instrução, erudição, literatura, palavrório’, do gr. Philología, as ‘necessidade de falar, conversação’, talvez pelo fr. Philologie (s XIV).

Diante da definição de ‘filologia’ apresentada pelo Dicionário Houaiss (2001), é possível verificarmos as diferentes acepções desse termo ao longo do tempo. Assim, para que compreendamos as modificações de sua concepção, é preciso que nos remontemos, primeiramente, a Platão. Nesse contexto, baseado em Platão, Cunha (2004:341) diz que ‘philólogos’ é uma forma composta grega documentada pela primeira vez em Platão, empregada como adjetivo no sentido de ‘admirador da

palavra’, ‘que gosta de falar’, ‘bem falante’¹² e, como substantivo, na acepção de “amigo do raciocínio, da argumentação”, “bom locutor”.¹³

Esse autor menciona, ainda que, segundo Platão, ‘philólogo’ pode, ainda, relacionar-se a ‘polylógos’, isto é, ‘grande falador’, ‘tagarela’¹⁴. Não obstante, é possível opor esse termo a ‘misólogos’, ‘inimigo dos discursos e dos arrazoados’¹⁵.

Com o passar do tempo, o termo passa a denotar ‘erudito’, ‘douto’, ‘letrado’, significados esses que já podem ser encontrados em Eratóstenes de Cirene (295? – 214? a.C.). Vale ainda ressaltar que essa noção não fica restrita somente aos escritores gregos como Estrabão e Dionísio de Halicarnasso, mas expande-se entre os escritores latinos, como Cícero, Suetônio e Sêneca.

Cunha (2004:341-342) diz que se, para Platão, o termo ‘philología’ significa ‘amor pelos argumentos, pela dialética’¹⁶, para Aristóteles, ele denota ‘gosto pela erudição, principalmente literária’¹⁷. Nesse sentido, os autores ulteriores, tanto gregos como latinos, inclinam-se cada vez mais para a questão do vínculo da filologia com os estudos literários de cunho erudito. Assim, enquanto a filologia grega, durante algum tempo, voltava-se para um trabalho de ‘amantes das artes e da literatura’, os filólogos alexandrinos dos séculos III e II a.C., influenciados pela acepção dada por Aristóteles, concebiam essa disciplina como ferramenta fundamental para a preservação do patrimônio literário da humanidade.

Ao estudarmos a Filologia, podemos observar, conforme já mencionado, que sua concepção mudou ao longo dos séculos. Assim, ela “evoluiu da significação de conhecimento do homem letrado à de estudo científico das línguas e das literaturas”. (Swiggers,1998:06).

No século XVIII, era filólogo o indivíduo que se expressava com elegância. No século XIX, passou a ser visto sob outra perspectiva. Era o indivíduo letrado voltado para o estudo de textos literários com a preocupação de investigar e mostrar a evolução das línguas. No transcorrer do século XIX e XX, o filólogo era o estudioso

¹² Cf. Fedro 236 e; Leis I, 641 e; Laches 188 c

¹³ Cf. República IX, 582 e; Teeteto 161 a

¹⁴ Cf. Leis I, 641 e

¹⁵ Cf. Laches 188 c

¹⁶ Cf. Teeteto 146 a

¹⁷ Cf. problemas 18

que se debruçava sobre o texto literário com a intenção de descobrir as possíveis alterações e apontar todas as suas variantes com vistas à publicação.

Vale destacar, ainda, que a Filologia do século XIX, chamada Filologia Comparativa, era profundamente Lingüística, uma vez que suas pesquisas conduziram a descobertas e problemas importantes no campo da Lingüística como, por exemplo, a natureza e a regularidade da mudança lingüística; a noção de parentesco lingüístico etc. Não obstante, quando a Filologia ultrapassava o quadro lingüístico, era somente para “mergulhar” nas histórias dos povos e das culturas de determinadas épocas. Nesse período, a Filologia era vista como “a disciplina que, partindo dos textos, estuda estados de língua, compara-os a outros estados da mesma língua ou a cortes sincrônicos de outras línguas, a fim de reconstruir a história de uma língua ou de uma família de línguas.” (Swiggers, 1998:07). Logo, observa-se aqui que os estudos filológicos desse período aproximam-se dos estudos em Historiografia Lingüística, pois se dedicam ao estudo das línguas em diferentes momentos de nossa história.

Após tantas mudanças a respeito da caracterização do filólogo, observamos que, hoje, ele é visto como aquele indivíduo que estuda e investiga o texto, visando a buscar as suas diferenças e a divulgar tais estudos por meio de publicações. É interessante salientar que, hodiernamente, a Filologia apresenta dois aspectos. Por um lado, temos o desenvolvimento dos estudos lingüísticos e, por outro, a evolução paralela dos estudos literários, o que faz com que seja impossível um domínio unificado para os pesquisadores da área.

Considerando as diversas acepções assumidas pela Filologia no transcorrer do tempo, Swiggers (1998) a concebe num sentido amplo ou restrito. No primeiro caso, estaria relacionada à acumulação de três domínios de estudo: a Lingüística, a Literatura e a edição de textos. Aqui, a Filologia “desliza do estudo de línguas (e textos) à ciência de estabelecer uma edição crítica dos textos” (Swiggers, 1998:05). No segundo caso – filologia num sentido restrito –, ele diz que ela é um resumo da filologia total, uma vez que implica um comentário lingüístico e literário. Todavia, ela tem como objeto particular textos que necessitam de uma apresentação crítica. Observamos, então, que o trabalho aqui apresentado recebeu influência dos estudos filológicos, já que nos dedicamos ao estudo de duas gramáticas da Língua Portuguesa, uma produzida no final do século XX e a outra no início do século XXI,

por meio de uma análise lingüística detalhada desses textos, para deles, extrair o pensamento de seus autores. Dessa forma, fica aqui evidente o caráter filológico da Historiografia Lingüística.

Além disso, observamos esse caráter filológico da pesquisa em HL quando nos apoiamos na proposta metodológica de Koerner (1996), o qual diz que, na pesquisa historiográfica, é imprescindível que façamos uso de alguns princípios, entre eles o da imanência que exige um estudo lingüístico detalhado do texto sob observação. Assim, ao dizermos que há uma relação entre a Filologia e a HL, estamos nos referindo aos caminhos traçados por ambas as disciplinas, os quais podem de certa forma apresentar pontos de contato.

Todavia, vale ressaltar que, apesar da semelhança no processo metodológico, bem como nas fontes de pesquisa, ambas as disciplinas possuem objetivos distintos. A HL, como já apresentado, tem como objetivo a descrição e a explicação de como se produziu e se desenvolveu o conhecimento lingüístico em um determinado contexto social e cultural no transcorrer do tempo¹⁸. Já a Filologia do século XX tem como objetivo estudar o texto literário com a intenção de descobrir suas possíveis alterações, evidenciando todas as suas variantes com vistas à publicação.

Ainda considerando o vínculo entre essas duas áreas do saber, destacamos que o filólogo, ao trabalhar com textos, apóia-se em princípios muito parecidos aos propostos por Koerner (1996), conforme mencionado anteriormente. Assim, ele se aproxima da aplicação do princípio da contextualização no momento em que se empenha em compreender o período em que os textos a serem examinados foram construídos, na tentativa de reconstruir a língua do seu autor e, assim, produzir uma análise crítica desses textos, com a intenção de descobrir suas possíveis alterações e evidenciar suas variantes com vistas à publicação. Nesse sentido, pode-se dizer que o filólogo ‘mergulha’ no ‘clima de opinião’ cultural do período da produção dos textos analisados e, assim, considera, em certa medida, o princípio da contextualização no seu trabalho.

No que se refere ao princípio da imanência, ele está vinculado ao fato de o filólogo, munido de um material de pesquisa escasso, muitas vezes composto

¹⁸ Definição apresentada por Altman (1998:25), com base nos estudos de De Clerq & Swiggers (1991). (Ver nota nº 01)

somente por manuscritos autógrafos,¹⁹ empenhar-se na construção do sistema fonológico do tempo, penetrando nos meandros da língua literária comum (koiné) e passando a dominar seus graus de funcionalidade, sem se perder na proliferação mórfica de geovariantes e cronovariantes. (Cunha, 2004:348)

Quanto ao último princípio em discussão – a adequação -, está relacionado ao momento em que o filólogo deve aplicar à análise de textos do passado, teorias lingüísticas e literárias atuais para que, assim, seu trabalho seja compreendido pelo leitor atual. (Cunha, 2004:348)

Considerando a semelhança entre os processos metodológicos utilizados pelo filólogo e pelo historiógrafo, é conveniente ressaltarmos que não estamos sobrepondo os métodos da HL aos da Filologia. Na verdade, queremos evidenciar que ambas as disciplinas mantêm uma relação de complementaridade, uma vez que os progressos da Lingüística são importantes para o trabalho do filólogo, assim como o trabalho filológico contribui para a pesquisa lingüística, principalmente para a Lingüística Diacrônica.

Tratando desse aspecto, Koerner (1997:12-13), ao retomar Schleicher (1850)²⁰, diz que esse teórico da linguagem do século XIX, mesmo considerando a Lingüística e a Filologia como áreas distintas, revela que às vezes uma recebe influência da outra. Sobre isso, diz ele:

Schleicher concorda que o lingüista, especialmente no que concerne às línguas clássicas que não são mais faladas, necessita de tempos em tempos da filologia como disciplina auxiliar, e que também a filologia requer informação lingüística de quando em vez.²¹

A ambigüidade existente na Filologia faz com que lembremos, novamente, da questão da relação entre Filologia e Lingüística, pois ambas eram vistas,

¹⁹ Manuscrito original de um autor.

²⁰ SCHLEICHER, A. *Linguistik und Philologie. Die Sprachen Europas in systematischer Uebersicht* por A. Schleicher, p. 01-05. Bonn: H.B. König, 1850. (Nova ed. com introdução de E. F. K. Koerner, Amsterdam & Filadélfia, John Benjamins, 1983).

²¹ Grifos nossos.

primeiramente, como antagonistas e, posteriormente, como complementares. É importante destacar que, no século XIX, a relação existente entre essas áreas era de antagonismo; porém, citando August Fuchs (1844)²², Swiggers (1998:10) destaca a relação de complementaridade entre elas. Vejamos:

É necessário, portanto, acabar com essa separação odiosa e falsa da Filologia e da Lingüística, dos filólogos e dos lingüistas. Estes não podem dispensar aqueles e vice-versa e ainda menos pela razão de que constataram que aqueles (=os lingüistas) não perdem em nada para eles em questão de cientificidade e que os superam mesmo em polivalência.

Sobre esse assunto, Swiggers (Op. cit., p. 14), citando Antoine Meillet (1925)²³, diz que “para determinar os estados de língua do passado, o lingüista deve servir-se da mais exata Filologia, da mais precisa: e cada progresso na precisão filológica permite um novo progresso para o lingüista”.

Apesar das relações existentes entre essas duas áreas do saber, é possível reservar um lugar particular à Filologia, que trabalha com textos escritos e possui um esforço descritivo o qual está voltado a eles. Os textos escritos, objeto da Filologia, fazem parte também de fontes de trabalhos lingüísticos, porém a Filologia “exige o retorno ao estabelecimento de um texto, com vistas a uma edição crítica e/ou a um comentário lingüístico”. (Cf. Swiggers, 1998:12)

Após a abordagem sobre a relação entre a Filologia e a Lingüística, é fundamental esclarecer qual sua ligação com o trabalho aqui desenvolvido. Nesse sentido, tivemos como intenção evidenciar essa relação em virtude de, muitas vezes, apoiarmo-nos na Filologia no momento em que aplicamos o princípio da imanência a nossa pesquisa (ver capítulo 3). Assim, ao estabelecermos o quadro geral das teorias e das terminologias usadas nas gramáticas analisadas, o qual foi definido internamente, isto é, sem referência à doutrina lingüística externa às obras, nos remetemos, algumas vezes, a questões da Filologia, uma vez que expomos

²² FUCHS, A. *Die Versammlung deutscher Sprachforscher und Schulmänner*. In: Dresden am 1.4.-Oct. (1844). *Blätter für literarische Unterhaltung* 312. 1245-47; 313. 1249-51.

²³ MEILLET, A. *La méthode comparative em linguistique historique*. Paris: Champion, 1925.

uma análise cuidadosa e detalhada do texto, considerando o estado de língua que ele apresenta.

Desenvolvidos os pontos fundamentais deste capítulo, passamos ao segundo, cujo conteúdo está voltado para o estabelecimento do 'clima de opinião' do período em que as obras analisadas foram produzidas. Nele, apresentamos os aspectos sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos que marcaram a produção de ambas as gramáticas, em decorrência de todos eles influenciarem a sociedade e, portanto, o pensamento lingüístico do período em questão.

Capítulo 2

Desvendando o “espírito de época”: a contextualização

Conforme mencionado no capítulo anterior, este capítulo trata de um dos princípios em *Historiografia Lingüística* proposto por Koerner (1996) – a contextualização. Essa é, na verdade, a primeira etapa de pesquisa, cujo objetivo concentra-se no estabelecimento do “clima de opinião” geral do período em que as gramáticas analisadas foram produzidas – 1970 a 2000. Dessa forma, a fim de situá-las no período em que foram escritas, abordamos aqui os aspectos sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos, ocorridos no Brasil e em Portugal, ao longo desses trinta anos.

Tal postura decorre do fato de nosso trabalho relacionar, numa visão historiográfica, a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra, e a *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra; Gramática da Frase e Gramática do Texto/Discurso*, de Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela, cujos respectivos autores e co-autores são de nacionalidade brasileira e portuguesa.

Além disso, com a intenção de verificarmos como o objeto da Lingüística é visto ao longo de 1970 a 2000, bem como de retratarmos os principais movimentos lingüísticos que influenciaram as obras analisadas, destacamos a importância de uma breve abordagem de alguns paradigmas da Lingüística contemporânea, tais como, o Estruturalismo, o Gerativismo, a Pragmática, a Sociolingüística, a Lingüística Textual e a Lingüística Funcional.

É por meio do estabelecimento do “clima de opinião” que encontramos instrumentos para a aplicação do princípio da imanência e da adequação à pesquisa aqui desenvolvida. Passemos aos aspectos sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos que permearam Brasil e Portugal, respectivamente.

2.1 - O Brasil de 1970 a 2000

O início da década de 1970 foi marcado por um forte crescimento econômico, o qual foi mantido até o ano de 1974. Esse período foi chamado de “milagre econômico”, pois a intensidade com que saltou o PIB era incomum. Não obstante, isso fez com que a dívida externa do país triplicasse, uma vez que todo o desenvolvimento era financiado por meio de poupança estrangeira. Desse modo, em virtude dos juros altos, já na década de 1980, a dívida externa era o principal problema da economia brasileira.

Nesse período, prevalecia o regime militar e quem governava o país era o general Médici (1969–1974), sendo seu vice o almirante Rademaker. Médici precisava de forças para combater um grande problema em seu governo: a luta armada²⁴. Para tanto, tinha a seu favor o Ato Constitucional 5 (AI-5). Esse é um documento que prova o quão repressor foi o regime militar. Aprovado pelo presidente antecessor a Médici, o General Costa e Silva, o AI-5, ao contrário dos Atos anteriores, tinha prazo indeterminado. Ele concedia ao presidente o poder de cassar políticos, fechar o Congresso, suspender o hábeas corpus, impor censura prévia à imprensa, aposentar compulsoriamente professores universitários, prender dissidentes, dentre outras prerrogativas.

Após a forte repressão do governo de Médici, houve uma espécie de trégua. A posse do general Geisel (1974–1979), trouxe um clima de distensão política no país. Isso foi consequência de seu projeto político o qual postulava que, gradualmente, os militares deveriam entregar o poder aos civis e, assim, retornarem aos quartéis.

Chegando ao término de seu governo, Geisel, em janeiro de 1978, tornou pública a sua preferência por um sucessor – o general João Baptista Figueiredo, então chefe do SNI (Serviço Nacional de Informação). Essa postura ocorria porque ele era defensor da política de distensão implantada pelo então presidente.

No final de seu mandato, Geisel atingiu seu principal objetivo – impor um ritmo, segundo ele, adequado, para o processo de transição. Nesse momento, o país encontrava-se num clima de liberdade, pois o presidente abriu mão do AI mais

²⁴ A luta armada foi um movimento que tinha como objetivo derrubar o governo e implantar o Socialismo.

perverso de todo o regime – o AI-5. A partir do dia primeiro de janeiro de 1979 esse Ato Institucional já não mais possuía forças, uma vez que, por Decreto, fora extinto.

Em 15 de março de 1979, o novo presidente - general João Baptista Figueiredo (1979–1985) - tomou posse com a promessa de dar continuidade ao projeto político desenvolvido pelo governo antecessor. Contudo, ele se deparou com uma primeira barreira - a reivindicação da anistia. Assim, sancionou uma lei, em 28 de agosto de 1979, a qual não agradou a todos. Nela, os terroristas não foram anistiados, mas tiveram suas penas reduzidas. No que se refere aos torturadores, foram todos anistiados, o que provocou indignação na sociedade civil, principalmente nos familiares das vítimas desse regime repressor.

Além disso, essa lei permitiu que antigos líderes políticos, até então exilados, retornassem ao país. Esse era um momento em que a sociedade se dava conta de que o período da ditadura começava a fazer parte do passado.

No início da década de 1980, havia um clima de festa no país, pois se dava início ao término do regime militar. No Rio de Janeiro, antigos exilados passeavam novamente pela cidade. Em São Paulo, muitos partidos políticos estavam sendo fundados, dentre os quais estava o Partido dos Trabalhadores (PT). Era um momento de euforia, momento em que a liberdade de expressão era devolvida a uma nação inteira.

Cumpramos assinalar que, nesse mesmo período, houve a possibilidade de concretização de um projeto, ambicionado já na década de 1960, que visava à formação de uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira, denominada, posteriormente, Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)²⁵. É por meio dela que houve uma maior preocupação com a questão da lusofonia.

Ao falarmos sobre lusofonia devemos nos remeter a diversos fatores que compõem a história dos países cuja língua oficial ou materna é a Língua Portuguesa. Tais fatores envolvem uma espécie de comunhão de língua, de civilização e de cultura. Segundo Santos (2001:22), ela é “basicamente uma

²⁵ Destacamos que, apesar da intenção de se formar uma Comunidade Luso-Afro-Brasileira surgir já na década de 1960, somente em 1996 ela foi institucionalizada, sendo denominada Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

comunidade de língua. Melhor dizendo: uma comunidade institucionalizada na base de uma comunhão de língua, de história e de cultura”.

Tendo em vista que a Nova Gramática do Português Contemporânea, de Celso Cunha & Lindley Cintra foi produzida na década de 1980, cabe aqui mencionarmos que ela apresenta uma ênfase nas questões lusófonas. Afinal, conforme seus autores dizem em seu prefácio, ela faz uma “descrição (...) da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos (...)”. (1985:XIV)

Entre as décadas de 1980 e 1990, podemos observar o retorno à Democracia. Assim, em janeiro de 1984, a população brasileira foi às ruas a fim de reivindicar as eleições diretas: era a campanha das “diretas já”.

O fim da ditadura militar, predominante por mais de 20 décadas, foi marcado pela eleição indireta, em 15 de janeiro de 1985, do candidato civil e de oposição Tancredo Neves e de seu vice José Sarney. Problemas de saúde provocaram a morte de Tancreto, não permitindo que ele assumisse o poder. Portanto, quem assumiu a presidência do país foi seu vice – José Sarney (1985–1980).

Dentre as muitas dificuldades encontradas por Sarney, havia uma que se intensificava cada vez mais – a inflação. Na verdade, o país encontrava-se numa crise econômica em que a inflação já projetava uma taxa anual de mais de 300%.

Influenciado pela idéia de que somente um choque heterodoxo seria capaz de derrubar a inflação, o presidente implantou o Plano Cruzado, cujo sucesso foi imediato. Contudo, o governo se viu diante de um outro problema: a crise de abastecimento, provocada pelo excesso de compras por parte da população.

Mas, Sarney não tomou nenhuma iniciativa, pois isso afetaria sua popularidade num momento muito delicado de eleições. Após a vitória do partido do presidente – o PMDB –, o governo pôs fim ao Cruzado, elevou impostos indiretos sobre produtos e liquidou o congelamento. Essa iniciativa fez com que seu governo fosse acusado de estelionato eleitoral, uma vez que esperou somente as eleições para tornar público o fracasso do Plano Cruzado.

Após dois anos do fim da ditadura militar, o país continuava a ser regido por uma Constituição elaborada por esse regime. Contudo, no dia 05 de outubro de 1988, foi promulgada uma nova Constituição, cuja revisão foi feita por Celso Cunha – um dos autores da Nova Gramática o Português Contemporâneo.

Apesar de toda a crise econômica, no ano de 1989, ocorreu o que mais os brasileiros sonhavam: as eleições diretas. Foram para o segundo turno Lula e Collor, sendo este segundo o candidato preferido.

Como todos previam, venceu Fernando Collor de Mello (1990–1991), considerado o presidente mais votado e mais jovem da história do Brasil. Sua posse ocorreu no dia 15 de março de 1990. Junto a ela, encontrava-se a esperança de um povo sofrido que sonhava com uma vida melhor.

Seu governo foi marcado por um programa de combate à inflação que se tornou a maior intervenção econômica da história do país. Collor confiscou a poupança de todos os cidadãos brasileiros, sendo o dinheiro devolvido à população, em parcelas, somente após 18 meses.

Em maio de 1992, a popularidade do presidente chegou ao fim. Ele foi acusado por seu irmão, Pedro Collor, de encabeçar um esquema de corrupção, em parceria com seu ex-tesoureiro de campanha, Paulo César Farias, popularmente conhecido como PC Farias.

Diante dessas denúncias, Collor se viu acuado. Grande parte da imprensa exigia sua renúncia. Quanto à população, indignada, já começava a se manifestar exigindo seu impeachment. Assim, estudantes vestidos de preto, saíram às ruas, com os rostos pintados e gritando a seguinte frase: “Fora Collor!”.

Em agosto de 1992 foi concluído o relatório da CPI. Collor foi indiciado como passível de participação em cinco crimes, a saber: prevaricação, defesa de interesses privados no governo, corrupção passiva, formação de quadrilha e estelionato.

No dia 29 de setembro de 1991, a Câmara autorizou a abertura do processo de impeachment e, conforme todos previam, ocorreu um fato inédito em toda a América Latina. Dois dias após a votação, o presidente recebeu um documento, notificando seu afastamento. Quanto ao seu julgamento, o Senado o considerou culpado por crime de responsabilidade, suspendendo seus direitos políticos por oito anos.

Com o afastamento do presidente, seu vice – Itamar Franco (1991–1994) – assumiu o poder. Seu governo foi marcado por mais um choque heterodoxo a fim de combater a inflação. Esse foi o momento da criação de nossa atual moeda: o Plano Real.

Fernando Henrique (doravante FHC) – Ministro da Fazenda – foi considerado o responsável pela criação dessa moeda. A primeira parte do Plano Real foi anunciada no dia primeiro de março de 1994, conforme previa o governo. Era o momento do abandono progressivo de uma moeda desvalorizada por um indexador estável. Nascia, então, a URV (Unidade Real de Valor), o embrião da nova moeda – o Real.

Diante do sucesso do novo plano, ocorreu o que todos previam: o afastamento de FHC do Ministério da Fazenda e sua candidatura à presidência. Sua popularidade aumentou ainda mais a partir do dia primeiro de julho, com o lançamento do Real – a décima moeda da história de nosso país.

A aprovação da população foi imediata, pois nunca ninguém havia visto uma moeda brasileira valer mais que o dólar. Assim, no dia 03 de outubro de 1994, FHC (1994 –2002) foi eleito com 54% dos votos.

Em 1997 – ano que antecedia as eleições – foi aprovada a emenda Constitucional que permitia a reeleição do presidente. Logo, em virtude do sucesso do Real, em 1998, FHC foi reeleito com mais da metade dos votos.

Ao final de seu segundo mandato, iniciou-se um novo período de eleições. Dessa vez, após 20 anos concorrendo à presidência, Lula, candidato do Partido dos Trabalhadores (PT), foi eleito pelo povo no ano de 2002. Esse foi mais um momento em que a sociedade brasileira depositou suas esperanças num novo presidente.

Diante do panorama político e econômico aqui apresentado, fazemos algumas considerações sobre a educação ao longo desses trinta anos – 1970 a 2000. Esse aspecto é fundamental pelo fato de nossa pesquisa focalizar uma análise de duas gramáticas da Língua Portuguesa, numa visão historiográfica. Para tanto, passamos agora ao próximo item, cujo tema é a educação no Brasil.

2.1.1 - A educação no Brasil no período de 1970 a 2000

Entre as décadas de 1970 e 1980, o clima de repressão é predominante no Brasil, uma vez que essa foi uma época de ditadura militar. Nessa fase da política

“violenta” brasileira, a escola era controlada pelo regime; logo, professores, funcionários e alunos eram vigiados para que não houvesse manifestações subversivas.

Quando havia suspeita de subversão por parte dos profissionais da educação e estudantes, o governo mostrava suas “forças”: quando não os prendia, vistoriava suas casas, abria inquéritos contra eles, aposentava os professores arbitrariamente ou, até mesmo, fazia com que eles “desaparecessem”, sem deixar vestígios.

Esse clima de tensão e medo provocou um grande prejuízo para cultura brasileira. Afinal, a escola não podia despertar o espírito crítico dos estudantes e, muito menos, auxiliá-los, com empenho, na aquisição do conhecimento.

Quanto ao ensino de Língua Portuguesa nas escolas, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71, observamos que, no que se refere ao desenvolvimento das habilidades de escrita, compreensão e comunicação, era destinado a ele certa atenção. E isso pode ser comprovado por meio do inciso 2º, artigo 4º, da referida lei:

No ensino de 1º e 2º graus dar-se-á especial relevo ao estudo da língua nacional, como instrumento de comunicação e como expressão da cultura brasileira.

Não obstante, em virtude da repressão, o ensino era direcionado ao controle do povo e não ao desenvolvimento de sua consciência crítica, de sua comunicação. A forte repressão que emergia do regime militar controlava a população brasileira, impunha suas regras e espalhava o medo por toda a parte, inclusive nas escolas e universidades.

Inseridas num clima repressivo, o silêncio prevalecia nas instituições de ensino. “Calados” pela ditadura, sem o direito de desenvolver seu trabalho de forma eficiente, profissionais da educação deparavam-se com uma barreira intransponível ao tentar desenvolver a consciência crítica de seus alunos. Tal dificuldade encadeava prejuízos incomensuráveis no que se refere ao desenvolvimento da

capacidade comunicativa dos estudantes desse período. Logo, nota-se que o cumprimento de alguns pontos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 5.692/71 era vetado pelo próprio regime.

No que se refere às produções das diversas áreas, houve uma atitude de “desaceleração” cultural. Afinal, a ditadura obscureceu a vida cultural da nação no momento em que silenciou os intelectuais e artistas e intimidou professores e estudantes.

Vale destacar que havia nessa época, como ainda há até hoje, a discriminação de classes. Aqueles que pertenciam às classes populares tinham acesso a uma escola que focava um ensino propedêutico e profissionalizante. Já os que pertenciam à elite, estudavam em escolas particulares, as quais se voltavam para a formação geral e para a preparação para o vestibular.

Todos esses aspectos refletem na reforma da LDB nº 5.692/71, a qual visava à união do ensino secundário ao técnico. Na verdade, essa junção ocorreu parcialmente, pois as escolas públicas “obedeceram” à lei, porém, isso não ocorreu nas escolas particulares, principalmente nas destinadas à formação da elite. Elas somente apresentavam um “programa oficial” que atendia apenas formalmente às exigências legais, porém não as cumpriam.

Essa divisão entre o ensino para a elite – escolas particulares – e o ensino para as classes populares – escolas públicas – aumentou ainda mais a questão da seletividade. Desse modo, a elite, bem preparada, ocupava as vagas das melhores universidades. Já a classe popular, preparada para entrar no mercado de trabalho, raramente conseguia alcançar o ensino superior.

No entanto, como todo processo repressor tende a esmorecer, o regime militar começou a enfraquecer. No início da década de 1980, por meio da política de distensão instaurada no governo Geisel e estendida ao governo do general Figueiredo – último presidente militar –, surgiram os primeiros sinais do enfraquecimento do governo, iniciando-se, paulatinamente, o processo de democratização.

Após todo o clima de tensão e silêncio, a sociedade, lentamente, recuperou o direito de obter conhecimento e de lutar pelos seus direitos e, principalmente, o

direito da produção literária. Verifica-se então que é a partir da década de 1980 que a tão esperada liberdade de expressão foi “devolvida” à sociedade brasileira.

Entre as décadas de 1980 e 1990, a educação começou a recuperar o espaço que perdeu durante a ditadura. Nesse período, o fracasso da implantação da reforma da LDB já era reconhecido e, dessa forma, foi elaborada a Lei nº 7.044/82 que dispensava as escolas da obrigatoriedade do ensino profissionalizante. A partir desse momento, foi retomada a ênfase na formação geral e, portanto, na preparação para o vestibular.

A partir de 1985, com o início do mandato do primeiro governo civil após a ditadura, voltaram à legalidade organismos de representação estudantil como a UNE, a UEE etc. Foram retomados nas salas de aula os tão esperados debates políticos. No entanto, verifica-se que, mesmo após a repressão, a escola pública continuou em condições lamentáveis, mantendo-se, portanto, a elitização da educação, isto é, a escola de qualidade fica cada vez mais restrita a grupos privilegiados.

O fracasso do ensino, ocasionado principalmente pela ênfase na profissionalização, provocou a necessidade de reestruturação dos cursos de formação de professores de grau superior – pedagogia e licenciatura –, e também do secundário – magistério. Dessa forma, é notória a importância da reformulação da habilitação específica de 2º grau para o magistério feita pelo governo de Minas Gerais e, posteriormente, por outros governos como, por exemplo, o Estado de São Paulo que, a partir de 1988, implantou diversos Cefams (Centros Específicos de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério) em todo o estado.

Em maio de 1993, na Semana Nacional de Educação para Todos, foi desenvolvido o Plano Decenal, com diretrizes para um período de dez anos – de 1993 a 2003. Além disso, em 1995, houve a elaboração, numa versão preliminar, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), os quais visavam à revisão do projeto educacional do país, concentrando-se na qualidade do ensino e da aprendizagem. Eles apresentam diretrizes para um conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como essenciais para o exercício da cidadania. Logo, tratam, juntamente com as indicações específicas do currículo, dos temas transversais.

Diante das mudanças impostas pela modernidade, no final da década de 1990, o modelo da escola tradicional foi tido como anacrônico. Nesse sentido, é necessário que as propostas para o ensino-aprendizagem estejam voltadas não somente para as novas gerações, mas também para aqueles que estão excluídos do sistema e para a atualização daqueles cuja educação se moldava aos antigos padrões.

Além disso, a década de 1990 foi marcada pela expansão dos meios de comunicação, incluindo aí a Internet. Em consequência das diversas conquistas tecnológicas do final do século XX, a escola se viu diante da tarefa de se voltar ao domínio das inovações oferecidas pelo mundo moderno, visando a levar ao aluno todo o conhecimento imposto por essas conquistas.

Surgiu também, na década de 1990, uma atenção à questão da interdisciplinaridade. Isso decorreu do fato de o mundo requerer cada vez mais das pessoas uma visão holística do conhecimento. Dessa maneira, foi preciso que a fragmentação das disciplinas se extinguisse, pois o mundo exigia a complementaridade entre as áreas do saber.

A fim de sanar alguns problemas contidos nas primeiras LDB, bem como de inserir outros pontos importantes para a questão do ensino, foi aprovada, em 1996, a LDB nº 9.394/96. Nela, podem-se considerar alguns pontos de extrema importância, a saber: a fixação de uma carga horária mínima de oito horas para os professores universitários; a criação de um núcleo comum para todo o território nacional no que se refere ao que se deve ou não ensinar nas escolas (isso permitiu a criação dos PCN); fixação de prazo para o envio de recursos para a educação por parte da União, Estados e Municípios, sendo considerado crime o não cumprimento de tais prazos; determinação do que realmente é considerado como despesa com a manutenção do ensino; criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e a exigência de curso superior para todos os professores do Brasil, incluindo aí aqueles que concluíram o Magistério e lecionam nas séries iniciais (1ª a 4ª séries). (Cf. Aranha, 2002)

Em 1998, houve a elaboração do Plano Nacional de Educação (PNE), conforme prevê o artigo 214, da Constituição de 1988. A base real que norteou a sua produção foram a Constituição de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, de 1996, a Emenda Constitucional 14 de 1995, responsável

pela institucionalização do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Plano Decenal.

A aprovação do PNE ocorreu por meio da lei nº 10.172/2001. É importante ressaltar, ainda, que ele definiu as diretrizes para a gestão e o financiamento da educação, as diretrizes e metas para cada nível e modalidade de ensino, bem como as diretrizes e metas para a formação e valorização do magistério e demais profissionais da educação no período de 1998 a 2008.

É necessário tecer algumas informações sobre a criação, no governo de FHC, de alguns sistemas de avaliação tidos como elogiáveis. Em suma, três importantes exames foram criados, sendo um antes de sua gestão. São eles: Sistema de Avaliação do Ensino Básico (SAEB); Sistema de Avaliação do Ensino Médio (ENEM) e o Exame Nacional de Cursos (popularmente conhecido como Provão).

O primeiro – SAEB – foi criado em 1990 e tem como principal objetivo a avaliação do Ensino Fundamental e Médio. Quanto ao segundo – ENEM –, criado em 1998, objetiva dar parâmetros às escolas, pais, professores, bem como ao próprio estudante quanto ao grau de expectativa que se poderia ter com o investimento de seus estudos. Por fim, o Exame Nacional de Cursos visa à avaliação do ensino superior a fim de destacar as universidades de maior potencial e prestígio.

Agora que já conhecemos os principais fatores que permearam a educação brasileira ao longo de 1970 a 2000, passamos ao próximo item. Nele, procuramos contextualizar ambas as gramáticas sob a perspectiva das LDBs 5.692/71 e 9.394/96.

2.1.2 – “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” no contexto das “Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” nº 5.692/71 e nº 9.394/96

Após nos remontarmos aos principais aspectos que permearam a educação no período de 1970 a 2000, é necessário que demos ênfase àqueles, relacionados à

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional que podem ser relacionados com a Nova Gramática do Português Contemporâneo e com a Gramática da Língua Portuguesa. Para isso, focalizamos os pontos mais relevantes das leis nº 5.692/71 e nº 9.394/96 e, posteriormente, na imanência (capítulo III), procuramos mostrar as possíveis aproximações entre eles e as obras analisadas.

No estudo da LDB nº 5.692/71, nota-se que ela apresenta uma diretriz que revela a importância das variações diatópicas que, conforme veremos no próximo capítulo, é uma característica bastante marcante na obra de Celso Cunha & Lindley Cintra. Sobre isso, encontramos, no caput do artigo 29, a referência de que os professores e especialistas para os ensinos de 1º e 2º graus²⁶ devem receber uma formação que se ajuste às diferenças culturais de cada região do país. Logo, verificamos que nelas estão inseridas as diversas variantes lingüísticas presentes no Brasil.

Ainda sobre a questão das variações diatópicas, encontramos, no artigo 26 da LDB 9.394/96, a menção de que os currículos dos ensinos fundamental e médio devem ter uma base comum. Entretanto, devem ser complementados de acordo com as características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. O que nos permite dizer que, dentre essas características, encontram-se as variantes lingüísticas do Brasil.

Antes de findarmos a alusão sobre os possíveis pontos de contato entre as LDBs nº 5.692/71 e nº 9.394/96 e as obras analisadas, é imprescindível que destaquemos a questão dessa segunda lei dar relevo à Língua Portuguesa como instrumento de comunicação, assim como às formas contemporâneas de linguagem. Isso nos permite dizer que ela valoriza algumas características da Lingüística do Discurso, uma vez que esta tem como escopo a linguagem como atividade, ou seja, as relações entre a língua e seus usuários e as ações que se realizam quando se usa a língua em determinadas circunstâncias de enunciação. (Cf. Koch & Vilela, 2001: 412)

Uma vez que conhecemos os possíveis pontos de contato entre as obras a serem analisadas e as LDB nº 5.692/71 e nº 9.394/96, passamos agora aos aspectos mais relevantes dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o trabalho

²⁶ Está escrito de acordo com a LDB 5.692/71. Atualmente, os denominamos como Ensino Fundamental e Médio, respectivamente.

desenvolvido. Isso nos possibilita fazer, na imanência, prováveis aproximações entre o conteúdo das gramáticas e os referidos documentos.

2.1.3 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” no contexto dos “Parâmetros Curriculares Nacionais”

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) foram criados com a finalidade de apresentar orientações para o desenvolvimento de um trabalho mais coerente e eficaz por parte dos educadores. Desse modo, é necessário destacar que eles não têm pretensão normativa e, assim, devem ser vistos como um suporte para o trabalho do professor na escola. Sobre isso, o Ministro da Educação – Paulo Renato Souza –, em *Ao Professor*, diz esperar que os Parâmetros

(...) sirvam de apoio às discussões e ao desenvolvimento do projeto educativo de sua escola, à reflexão sobre a prática pedagógica, ao planejamento de suas aulas, à análise e seleção de materiais didáticos e de recursos tecnológicos e, em especial, que possam contribuir para a sua formação e atualização profissional. (PCNEF, p. 05)

Para que haja uma melhor organização, os PCNs são divididos, de acordo com cada disciplina, da seguinte forma: Primeiro e Segundo Ciclos do Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries); Terceiro e Quarto Ciclos do Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)²⁷ e Ensino Médio. No entanto, como nossa pesquisa está voltada para a relação entre duas gramáticas da Língua Portuguesa, não nos deteremos a todo o conteúdo trazido pelos Parâmetros, mas sim àqueles que mantêm proximidades

²⁷ A partir do ano de 2007 o Ensino Fundamental passa a ter duração de nove anos. Sobre isso, diz o parágrafo 32, da Seção III, do Capítulo II, da LDB nº 9.394/96: “O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 (seis) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão (...)”. (Redação dada pela lei nº 11.274, de 2006).

com a Nova Gramática do Português Contemporâneo e com a Gramática da Língua Portuguesa.

Ao debruçarmo-nos numa leitura mais detalhada dos PCNs, constatamos uma ênfase nos estudos lingüísticos pós-estruturalistas. Na verdade, o que se verifica é um conteúdo voltado para a lingüística do discurso, isto é, para a linguagem como atividade, como interação; para o texto e não para a palavra ou frase isolada; para as competências discursiva e textual; para as variantes lingüísticas, dentre outras características da lingüística atual.

Assim, encontramos nos PCNs dos Ensinos Fundamental e Médio uma atenção a áreas da Lingüística como, por exemplo, a Sociolingüística, a Pragmática, a Lingüística Textual e os Gêneros Discursivos. Para que compreendamos com mais clareza a atenção dada a essas áreas, tratamos de cada uma delas na análise das obras. (ver capítulo 3)

Por trazerem em seu cerne conceitos dos paradigmas mais recentes da Lingüística, os Parâmetros Curriculares Nacionais apresentam um material riquíssimo para o ensino de Língua Portuguesa, haja vista que os profissionais da educação, baseados nesses documentos, podem adequar suas aulas de acordo com áreas do saber das quais falamos anteriormente.

Agora que conhecemos os principais fatores sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos que nortearam os últimos trinta anos da História do Brasil, focalizamos esses mesmos aspectos na História de Portugal.

2.2 - Portugal de 1970 a 2000

Na década de 1970, Portugal vivia num clima de tensão, pois a situação política se degradava cada vez mais. Diante desse problema, Marcelo Caetano – nomeado presidente do Conselho pelo presidente Américo Tomás – optou por uma política repressiva, uma vez que temia perder o controle da situação.

Dentre suas atitudes, estavam a publicação, em 1970, de uma nova legislação sindical que permitia a destituição dos dirigentes subversivos; a proibição de todas

as associações estudantis, pois elas demonstravam sua irritação com o governo por meio de movimentos estudantis e a incorporação à força, no exército colonial, daqueles estudantes que demonstravam resistência à ordem do governo.

Além disso, deu passe livre à polícia política, conhecida como DGS (Direção-Geral de Segurança)²⁸ que foi responsável pelo aumento do número de prisões, bem como de atitudes repressoras nos anos de 1970 e 1971. Quanto àqueles que demonstravam oposição ao governo, eram todos exilados.

Como resultado dessas adversidades, houve a reivindicação, por parte da população e de opositores, do sufrágio universal direto; entretanto, aconteceu o que o povo temia. As eleições indiretas foram mantidas e, em 1971, Américo Tomás foi reeleito.

É relevante mencionar que o fato de Portugal insistir nas guerras coloniais fazia com que a situação política e econômica piorasse cada vez mais. Além disso, essa postura ocasionava um total isolamento do país, pois todos os outros países vizinhos não concordavam com sua política colonial.

Nesse período, as guerras no Ultramar já eram vistas, por grande parte dos representantes do governo, como algo que estava fora do controle do regime. Dentre eles, estava o general António Spínola que, juntamente com o general Costa Gomes, planejava a tomada do governo por meio de um golpe militar.

Diante disso, os capitães organizaram seu movimento no mês de fevereiro de 1974, tendo como chefes os generais Spínola e Costa Gomes. No dia 25 de abril desse mesmo ano, o Estado Novo, que prevalecia no país há quarenta e três anos, foi derrubado e a democracia foi instaurada em Portugal. Assim, Caetano – presidente do Conselho - entregou o poder a Spínola que seria, a partir desse momento, o novo presidente do Conselho.

Após essa conquista, o poder foi assumido pela Junta de Salvação Nacional que tomou algumas iniciativas. Dentre elas, estavam a dissolução da polícia política (DGS); a destituição do presidente da República – almirante Américo Tomás – do

²⁸ Antes do governo de Marcelo Caetano, a polícia política recebia o nome de PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado) e era detentora de um comportamento totalmente agressivo. Com sua nomeação a presidente do Conselho, resolveu mudar o nome de PIDE para DGS (Direção-Geral de Segurança). Essa foi uma atitude que visava à moderação de algumas atitudes da polícia política. Entretanto, com a degradação da política em seu governo, deu passe livre à DGS que voltou a se comportar como antes.

governo, bem como de todos os governadores do Ultramar; a dissolução da Assembléia Nacional, do Conselho de Estado e da Ação Nacional Popular e, finalmente, a extinção do regime de censura.

A queda do Estado Novo foi comemorada por todos. A população juntou-se aos militares que tinham o cano de suas espingardas enfeitado com cravos vermelhos. Foi exatamente por essa razão que a revolução de 25 de Abril recebeu o nome de Revolução dos Cravos.

No dia 15 de Maio de 1974, uma Junta, composta por uma maioria de militares, designou presidente da República o general Spínola, o qual nomeou o advogado de tendência liberal, Adelino da Palma Carlos, primeiro-ministro. Este, por sua vez, ao deparar-se com uma grande agitação social e política que se espalhou pela metrópole, pediu demissão no dia 09 de Julho.

Apesar de Spínola ser o presidente, o poder estava nas mãos dos capitães da MFA (Movimento das Forças Armadas). Foram eles os responsáveis pela nomeação do novo primeiro-ministro – coronel Vasco Gonçalves. Entretanto, alguns desentendimentos entre ambos fizeram com que Spínola fosse demitido no dia 30 de Setembro, sendo seu substituto o general Costa Gomes.

No dia 25 de Abril de 1975, ocorreram as eleições, tendo como vencedor o Partido Socialista (PS). Entretanto, no dia 08 de Julho, um documento-guia para a aliança Povo-MFA, cujo tema era a exaltação da democracia-direta, fez com que o PS e o PPD abandonassem o governo, pois não concordavam com o documento.

No dia 07 de Agosto, nove oficiais, sob o comando do major Melo Antunes, firmaram um documento que dizia que o socialismo somente poderia ser implantado no país mediante uma democracia pluralista. Essa publicação fez com que o primeiro-ministro - Vasco Gonçalves - se sentisse isolado e, assim, entregasse seu pedido de demissão ao então presidente da República.

Com a demissão de Vasco Gonçalves, foi nomeado primeiro-ministro o almirante Pinheiro de Azevedo; todavia essa crise política por que passava o governo ocasionou diversas manifestações, greves e assaltos à embaixada e ao consulado da Espanha.

Toda essa revolta encadeou o golpe de 25 de Novembro de 1975, cujos responsáveis principais foram os pára-quedistas de Tancos. Esse foi o momento em

que o fracasso da Revolução dos Cravos foi decretado. Desse modo, era necessário que se institucionalizasse o regime democrático, nascido na própria revolução de 25 de Abril.

O ano de 1976, ao contrário do anterior, foi muito calmo. Nesse período, foi adotada a constituição de 02 de Abril, que estabelecia um regime semipresidencial. Nele, o presidente tinha o papel de moderador de toda a atividade política.

Quanto às eleições legislativas, ocorreram no dia 25 de Abril desse mesmo ano. Já as eleições presidenciais, foram realizadas no dia 27 de Junho e elegeu o general Ramalho Eanes - responsável pelo golpe de 25 de Novembro. Ele nomeou Mário Soares primeiro-ministro, cujo governo durou por um período de 02 anos (Julho de 1976 a Julho de 1978).

O governo de Mário Soares encontrou muitas dificuldades, pois Portugal passava por uma crise sem fim. Havia crise econômica, social, assim como financeira. Além disso, o governo ainda se deparava com o retorno de cerca de 700 mil portugueses desempregados, vindos de Angola e de Moçambique devido ao processo de descolonização.

Ao deparar-se com essa crise, Mario Soares levou à Assembléia da República um programa de austeridade e de estabilização financeira; todavia, sua atitude não obteve resultados e, em 1977, a situação piorou.

Com o intuito de amenizar a crise, Sá Carneiro – nomeado primeiro-ministro - tomou algumas iniciativas que, no final de seu governo, demonstraram um índice de progresso. Além disso, o primeiro-ministro, visando às eleições, tomou medidas sociais populares como o aumento de salários e subsídios de desemprego que, sem dúvida, elevariam sua credibilidade perante o povo português. Esses aspectos ocasionaram sua vitória nas eleições legislativas de 05 de Outubro de 1980. Não obstante, faltando três dias para as eleições presidenciais, ele desapareceu num acidente de avião.

Diante dessa tragédia, o presidente da República nomeou Pinto Balsemão novo primeiro-ministro. Este, por sua vez, continuou a política de seu antecessor e amigo; no entanto, enfrentou muitos problemas sociais e econômicos.

Ainda no governo de Balsemão, houve a revisão Constitucional de 24 de Setembro de 1982. A partir desse momento, os militares foram afastados do poder

político e o regime parlamentar foi consagrado. Quanto aos poderes do presidente da República, foram bastante abalados, pois a Constituição lhe tirava o direito de demitir o primeiro-ministro, bem como de nomear os responsáveis militares.

Vale destacar que, durante esse período conturbado, havia um projeto que visava à formação de uma comunidade Luso-Afro-Brasileira, conforme mencionado às páginas 44 e 45. Todavia, somente no início da década de 1980 ela foi aceita pelo governo português. Esse era o momento em que o projeto de se criar uma Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) começava a se concretizar. A busca pela institucionalização dessa comunidade levou mais de vinte anos, uma vez que ela ocorreu somente no ano de 1996. Apesar da dificuldade de institucionalizá-la, é preciso salientar que ela trouxe muitas contribuições, pois deu ênfase a um aspecto extremamente importante para os falantes de Língua Portuguesa: a Lusofonia.

Após as eleições de 25 de Abril de 1983, Mário Soares, ligado à esquerda, foi eleito primeiro-ministro, sendo seu vice Carlos Mota Pinto. A primeira coisa que fez foi um balanço dos governos anteriores, todos eles da direita. Ao concluir, pôde ver a situação desoladora que se encontrava o país e, assim, anunciou à população mais um período de sacrifícios e austeridade. No entanto, isso não melhorou a situação, pois a inflação e o desemprego continuavam a subir.

Diante de todos esses problemas, no dia 13 de Junho de 1985, Mário Soares entregou ao presidente seu pedido de demissão. Esse comportamento fez com que o presidente antecipasse as eleições legislativas para o dia 06 de Outubro. Apesar da crise, Portugal encontrava novas esperanças, uma vez que, no dia 12 de junho, havia assinado um tratado de adesão à Comunidade Européia.

Quanto às eleições legislativas, Aníbal Cavaco Silva foi eleito. Em Janeiro de 1986, três meses após a posse do primeiro-ministro, foram feitas as eleições presidenciais, em que Mário Soares, somente no segundo turno, foi eleito novo presidente do país. Essa era a primeira vez que um político civil estava na presidência de Portugal.

A política de austeridade, de modernização e de saneamento adotada pelo primeiro-ministro trouxe um intenso crescimento econômico ao país. Todavia, ela veio acompanhada de uma total degradação no âmbito social. Mas isso não afetou

sua popularidade, uma vez que, nas eleições legislativas de 06 de outubro de 1991, ele foi reeleito primeiro-ministro.

É necessário ainda reiterar a importância da adesão de Portugal à Comunidade Europeia (CEE), pois esta foi uma decisão que favoreceu o desenvolvimento econômico desse país. Na verdade, a CEE financiava a recuperação daqueles países que tiveram o ingresso na Comunidade mais recentemente. Dessa forma, entre os anos de 1989 a 1993, Portugal recebeu 50 milhões de Francos a serem investidos no país.

Em Dezembro de 1989, o Conselho da Europa decidiu duplicar os fundos de investimentos para o período de 1994 a 1999. Assim, Portugal recebeu uma ajuda de 20 milhões, o que ajudou o país a se restabelecer economicamente.

Não obstante, havia ainda um forte inimigo para a economia portuguesa – a inflação – que, no ano de 1989, atingia 12,6%. Perante essa dificuldade, o governo português adotou medidas restritivas, obtendo êxito ao longo dos anos. Assim, em 1991, a inflação atingiu 10% e, posteriormente, no ano de 1993, ela alcançou 6,3 %. Apesar dessa queda ainda não ser a ideal, ela permitiu a entrada de Portugal, no ano de 1992, na chamada serpente monetária europeia.

Mesmo após todo esse progresso, Portugal encontrava-se numa forte tensão social. No ano de 1991, o salário da população havia se degradado, gerando constantes ondas de greves, principalmente no serviço público. Essa crise fez com que a população, totalmente descontente, criasse aversão ao governo de Cavaco Silva, que já estava no poder há dez anos.

No dia primeiro de Outubro de 1995, foi eleito primeiro-ministro António Guterres (PS). Quanto às eleições presidenciais, ocorreram no dia 14 de janeiro de 1996, tendo como vencedor Jorge Lopes - antigo secretário-geral do PS.

António Guterres manteve a mesma política de seu antecessor e teve como meta derrubar a inflação a fim de permitir a Portugal a entrada no Euro. Mantendo a mesma postura do governo anterior, o primeiro-ministro conseguiu, paulatinamente, alavancar a economia do país; todavia, o plano social decaía cada vez mais.

Nas eleições de 1999, Guterres foi reeleito primeiro-ministro e, no dia 21 de Outubro desse mesmo ano, apresentou ao presidente da República o seu novo governo. Nele, Portugal recuperou-se da crise e continuou preenchendo os quesitos

necessários para a sua participação na moeda única da Comunidade Européia – o Euro.

Apesar de todas as crises por que passou Portugal, hoje o país se encontra num clima estável, com exceção da educação (ver próximo item). Isso não significa que ele não tenha problemas políticos, econômicos e sociais. O que acontece, na verdade, é uma estabilidade política que, naturalmente, proporciona à nação portuguesa momentos de paz.

Após traçarmos alguns aspectos políticos e econômicos que nortearam Portugal ao longo de 1970 a 2000, focalizamos algumas considerações sobre a educação nesse mesmo período. Esse é um aspecto primordial, uma vez que a pesquisa realizada visa a uma análise de duas gramáticas da Língua Portuguesa, tendo participação de sua autoria autores de nacionalidade portuguesa.

2.2.1 - A educação em Portugal no período de 1970 a 2000

No início da década de 1970, o silêncio imposto pelo regime salazarista ainda é predominante em Portugal. O que trouxe muitas conseqüências para a investigação no âmbito da Educação, haja vista que até a Revolução de Abril 1974 quase não encontramos material sobre esse assunto.

Nesse período, o controle repressivo e não consensual da sociedade civil, juntamente com a expansão econômica, ocasionou a re-orientação do sistema educativo. Isso fez com que a preocupação com a dominação econômica se sobrepusesse à dominação ideológica.²⁹ A principal responsável por essa mudança foi a Reforma Veiga Simão que visava à democratização da educação.

Veiga Simão – Ministro da Educação do Governo Caetano – propôs uma reforma radical da Educação Nacional, no início dos anos 70 do século passado, que procurava garantir um sistema escolar aberto, eqüitativo, diversificado,

²⁹ No Portugal de Salazar, a educação estava voltada para a formação ideológica: Deus – Pátria – Família.

individualizado e inter-relacionado, ou seja, um sistema escolar moderno, segundo os padrões da OCDE.³⁰

Essa reforma, ao mesmo tempo em que rompe com a noção salazarista de educação – ensinar a cada um o seu lugar na sociedade –, desperta uma idéia popular e meritocrática de educação como igualdade de oportunidades. Os principais aspectos que a compõem são:

- O aumento do período de escolaridade de seis para oito anos, sendo os primeiros quatro anos destinados à escola primária e o restante ao ensino secundário unificado;
- O ingresso na escola se inicia aos seis anos de idade;
- A reforma do ensino superior, incluindo, além das universidades, os institutos politécnicos e outros institutos de formação profissional e técnica;
- A reforma do Sistema de Formação de Professores por meio de Escolas Superiores de Formação de Professores e de Departamentos de Pós-Graduação para os mesmos.

³⁰ A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) é uma organização internacional dos países desenvolvidos e industrializados com os princípios da democracia representativa e da economia de livre mercado. Também é chamada de Grupos dos Ricos. Juntos, os 30 países participantes produzem mais da metade de toda a riqueza do mundo. A OCDE influencia a política econômica e social de seus membros. Entre seus objetivos está o de ajudar o desenvolvimento econômico e social do mundo inteiro, estimulando investimentos em países em desenvolvimento. São trinta os países membros da organização, dentre os quais se encontra Portugal. (Disponível em: <<http://pt.wikipedia.org>>. Acesso em: 12 jul. 2007)

Ressalta-se, além disso, que a Reforma Veiga Simão incluía medidas que, apesar de não fazerem parte da lei aprovada na Assembleia Nacional, compunham parte importante da atividade de seu criador, durante seus quatro anos no Ministério da Educação (1970-1974). Dentre elas, estavam a criação de novas escolas; o início de inúmeras experiências pedagógicas em todo o país; o aumento da ação social na escola; o desenvolvimento de escolas noturnas e a readmissão de professores universitários que haviam sido demitidos anteriormente.

Com o impacto revolucionário de 25 de Abril de 1974, houve uma intensificação no que tange às manifestações educacionais. Assim, dois acontecimentos podem ser destacados após a revolução. O primeiro está vinculado à Campanha de Dinamização Cultural, realizada pelo Movimento das Forças Armadas (MFA). Quanto ao segundo, diz respeito às iniciativas promovidas pelo Ministério da Educação como o Serviço Cívico Estudantil e a Educação Cívica Politécnica.

Nesse período, foram tomadas algumas medidas na educação. Como resultado do processo de mobilização popular, forças como o Partido Socialista, o Partido Comunista e partidos da “esquerda revolucionária”, criaram algumas medidas na educação. São elas:

- A liberdade de expressão, reunião e associação nas escolas e em toda a sociedade em geral;
- A realização de assembleias de escola regidas por procedimentos democráticos;
- A formação de associações de estudantes e a criação de sindicatos autônomos de professores nas várias zonas do país;

- A “desfascização”³¹ dos currículos escolares;
- A operacionalização geral de reformas concebidas antes do 25 de Abril que conduziria à expansão de cada setor do sistema educativo;
- A instituição de uma pedagogia humanística nas escolas;
- A unificação da educação secundária;
- A criação de escolas e atividades destinadas a integrar o “mundo do trabalho” com o “mundo da educação”. (aqui havia a intenção de eliminar a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual).

Após essas mobilizações educacionais e culturais, por volta de 1976, instaurou-se um período de “normalização”, cujos conceitos-chave na educação eram a eficácia e a hierarquia. Esse foi o momento em que houve a instituição do I Governo Constitucional, sendo nomeado Ministro da Educação Sotomayor Cardia.

Por meio desse processo de “normalização” e, impulsionado pelo desejo de substituir a política pelo planejamento, o Estado reconquistou e reassumiu o controle da educação. O que permitiu a definição e a limitação do que poderia ser (ou não) considerado como educação em todo o sistema de ensino. Assim, foram instauradas medidas como:

- A imposição de novos limites na admissão de professores, sendo aceitos somente os credenciados (por meio de reconhecimento de diploma ou

³¹ Esta palavra está grafada no texto de Stephen Stoer (1986) e, provavelmente, está relacionada à palavra “fascismo”.

qualificações específicas, consideradas necessárias para o ensino de uma matéria);

- Determinação dos locais em que o ensino poderia ser ministrado;
- Limitação dos currículos por meio da supressão de disciplinas como a Sociologia e a Introdução à Política, bem como das atividades de escolas do Magistério Primário que visavam o contato de seus alunos com as crianças, principalmente das populações camponesas locais;
- Controle da pedagogia por meio da seleção de professores.

Quanto ao ensino profissionalizante, com o apoio do Banco Mundial, no final da década de 1970, Portugal apresentava um interesse significativo por essa modalidade de ensino. Isso era resultado da necessidade de técnicos para servirem às exigências do crescimento econômico. Como resultado disso, nos últimos vinte anos do século XX, sua procura aumentou cada vez mais. Assim, segundo dados fornecidos pelo DAPP/ME³², em 1989/90 a procura pelo ensino profissionalizante atingia 9,8% e em 1990/2000 chegava a 28%.

Entre 1980 e 1998, a taxa de escolarização portuguesa mais do que duplicou. No início da década de 1980, 78% da população ativa possuía no máximo seis anos de escolaridade e 66% quatro anos de escolaridade. Já em 1998, a população ativa com um máximo de quatro anos de escolaridade é de 38% e com um máximo de seis anos de escolaridade é de 60%. Todavia, desde 1998, o número de alunos nas escolas vem diminuindo cada vez mais.

Dando ênfase ao ensino pré-escolar e ao 1º Ciclo da Educação Básica, por serem eles o alicerce dos ciclos subsequentes, verifica-se que de 1980 a 2000, o investimento nesses cursos, não constitui prioridades das políticas educativas.

³² Departamento de Avaliação, Prospectiva e Planeamento do Ministério da Educação. (Grafia na variante europeia)

Sobre esse assunto, Joaquim Azevedo, após fazer um alerta no jornal “Público” (1995), o qual se intitulava “Ensino Primário (1º Ciclo): quando se descaram os alicerces...”, recebeu uma carta, no final de 1999, de uma professora do 1º Ciclo, de Viseu, a qual narrava a situação da escola portuguesa. Vejamos:

Só no dia 12 de Setembro, é que me foi entregue o alvará que me indicava a minha escola, para iniciar as aulas entre o dia 15 e o dia 22 do mesmo mês; é tudo feito em cima dos joelhos.

Deparei-me com um edifício que de fora ninguém diria que era uma escola, só a identifiquei porque poucos metros antes avistei um sinal que indicava a sua proximidade.

Estou a trabalhar com 11 alunos. O número de alunos não é o problema, o problema é que são alunos de todos os anos de escolaridade, não falando dos grupos de nível - 4 do 1º ano – sem frequência do jardim de infância (alguns nem as cores sabem);

- 2 do 2º ano – repetentes;

- 1 do 3º ano – pela primeira vez, frequentou duas vezes o 2º ano;

- 4 do 4º ano.

Quando recebi os alunos, o número de cadeiras não era suficiente, faltava uma, tive de contactar a Câmara Municipal pedindo que me levasse à escola uma cadeira, o que demorou mais ou menos 15 dias.

A escola não possui qualquer tipo de material para além de 12 mesas e 12 cadeiras (incluindo a minha), um quadro preto, um apagador, uma placa de esferovite na parede, um armário, alguns sólidos geométricos, uma caixa de giz branco.

Desde que entrei até a data de hoje em que estou a escrever-lhe não recebi qualquer subsídio monetário. Se quero tirar fotocópias ou adquirir outro tipo de material, pago do meu bolso. Onde está a escola gratuita?

Esqueci-me de dizer que faço 62 Kms, ida e volta, mas depois de toda a exposição que fiz, este ponto é o que tem menor importância. Às vezes compensa andar mais quilómetros e ter condições de trabalho, se essas existirem. (apud Azevedo, 2002:23)

Nos últimos vinte anos do século XX – 1980 a 2000 –, a educação portuguesa foi marcada por um crescimento e por uma queda na procura pelo ensino. Isso pode até parecer incoerente, mas até 1997 a educação cresceu desaceleradamente. Contudo, a partir do ano seguinte, a procura pelo ensino diminuiu abruptamente.

No ensino primário, por exemplo, a procura por matrículas caiu demasiadamente. Em 1981, Portugal contava com cerca de 940 000 crianças na escola primária. Dez anos depois, esse número caiu para 640 000 e em 2000, o país

mantinha somente 460 000 crianças nesse nível de ensino. Essa queda é bastante preocupante se pensarmos no número de alunos que freqüentam cada escola portuguesa. Assim, no final do século XX, há mais de 700 escolas do 1º Ciclo com no máximo cinco alunos. Em 2001, há uma média de 2300 escolas primárias com dez alunos ou menos, tendo elas somente um professor; e, num total de 8600 escolas, há aproximadamente 4400 com até 25 alunos.

O mesmo se pode dizer do ensino secundário que, entre 1985 e 1995, teve uma grande procura. Mas, a partir de 1996, o número de matrículas começou a diminuir. Um dos motivos dessa redução, tanto no ensino básico como no secundário, é a queda demográfica por que passou Portugal, entretanto há outros fatores que devem ser investigados, pois a diminuição de freqüência é superior ao ritmo de descida demográfica.

Esses números são alguns sinais de que a situação do ensino-aprendizagem em Portugal está em deterioração contínua, uma vez que, além de as escolas se manterem vazias, a maior parte delas não tem condições de promover um ensino de qualidade. E essa situação está ainda pior, ocorrendo, atualmente, até mesmo o fechamento de algumas escolas. A notícia retirada do jornal “Terras da Feira” (2007)³³, pode mostrar-nos esse problema:

Mais escolas devem ser fechadas já no próximo ano
O Centro de Área Educativa (CAE) tem vindo a chamar os agrupamentos de escolas, com vista à definição do próximo ano letivo. O número de matrículas vai determinar a redefinição da rede, nomeadamente a deslocalização de alunos, sendo quase certo o fecho da de Parada-Louredo, na lista pode estar, igualmente, a do Carvalhal-Romariz. A confirmar-se, ficarão a inaugurar, as obras que os próprios pais terminaram muito recentemente, com material cedido pela Câmara (...).
(Jornal Terras da Feira, Bissemanário Regional, 18 jun. 2007)

Nesse contexto, pode-se observar que, apesar de Portugal ser um país membro da União Européia há 18 anos, apresenta muitos problemas no âmbito

³³ Apesar de nosso tema estar centrado na educação portuguesa no período de 1970 a 2000, mencionamos o ano de 2007 somente para mostrar ao leitor a situação preocupante em que se encontra a educação portuguesa.

educacional. Isso é consequência de uma série de fatores os quais se encontram na sua história política, econômica e social.

Para que possamos compreender com mais nitidez os principais fatores educacionais de Portugal no período de 1970 a 2000, passamos a uma alusão sobre os possíveis pontos de contato entre as obras a serem analisadas e as Leis de Bases do Sistema Educativo nº 46/86 e 115/97.

2.2.2 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” no contexto das “Leis de Bases do Sistema Educativo” nº 46/86 e nº 115/97

Uma vez que fizemos um breve percurso ao longo dos fatores mais importantes da educação em Portugal, no período de 1970 a 2000, é necessário que agora nos voltemos àquele relacionado à Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) que mantém proximidades com a Nova Gramática do Português Contemporâneo e com a Gramática da Língua Portuguesa. Desse modo, tratamos aqui de uma característica importante trazida pelas LBSEs nº 46/86 e nº 115/97 e, mais tarde, na imanência (capítulo III), mostramos suas prováveis relações com essas obras.

Encontramos nas LBSEs nº 46/86 e nº 115/97 uma atenção às questões sociolingüísticas, especificamente no âmbito das variações diatópicas. Assim, nos §4º e §5º do artigo 47º de ambas as leis há a menção de que os planos curriculares dos ensinos básico e secundário devem se adequar às características regionais e locais do país. Isso comprova a inserção dessas leis, bem como das gramáticas analisadas no “espírito de época” do período de sua produção, pois, a partir da década de 1980, a Sociolingüística começa a ganhar força nos estudos sobre a linguagem.

Considerando os modelos teóricos utilizados na produção da Nova Gramática do Português Contemporâneo e da Gramática da Língua Portuguesa, tratamos das possíveis relações entre elas e os Programas de Língua Portuguesa dos Ensinos

Básico e Secundário, haja vista que o conteúdo de ambos está voltado para os principais movimentos lingüísticos da segunda metade do século XX.

2.2.3 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” no contexto dos “Programas de Língua Portuguesa”

Além das Leis de Bases do Sistema Educativo, o ensino português é regido por programas que dão suporte aos professores no que tange ao seu trabalho em sala de aula. Cada disciplina tem seu respectivo programa, cuja divisão – no Ensino Básico – é feita por ciclos. Quanto ao Ensino Secundário, não há nenhuma divisão, uma vez que ele é constituído somente por um ciclo.

Essa organização decorre da estruturação do ensino português, a qual é feita da seguinte forma: Ensino Básico - 1º ciclo (1º ao 4º ano de escolaridade); 2º ciclo (5º e 6º anos de escolaridade), 3º ciclo (7º ao 9º ano de escolaridade) e Ensino Secundário (10º, 11º e 12º anos de escolaridade). Sendo este último dividido em quatro áreas: Científico-natural, Artes, Economia e Humanidades. Desse modo, como nossa pesquisa está voltada ao estudo de duas gramáticas da Língua Portuguesa, nos detemos somente aos Programas de Língua Portuguesa do Ensino Secundário, na área de Humanidades.

Tratando dos Programas de Língua Portuguesa do Ensino Secundário, é importante mencionarmos que ele possui dois modelos. Um destinado ao ensino dos 10º, 11º e 12º anos de escolaridade – Programa de Língua Portuguesa – Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos: Formação Geral. Outro direcionado somente ao último ano do Ensino Secundário (12º ano), cujo conteúdo abrange o ensino das Literaturas de Língua Portuguesa – Programa de Literaturas de Língua Portuguesa: Curso Geral de Línguas e Literaturas.

É preciso salientar que, em decorrência de nossa pesquisa relacionar duas gramáticas da Língua Portuguesa, não focalizamos todo o conteúdo abordado pelos Programas. Assim, detemo-nos somente naqueles que mantêm proximidades com a

Nova Gramática do Português Contemporâneo e com a Gramática da Língua Portuguesa.

No estudo dos Programas de Língua Portuguesa, verificamos uma ênfase na Lingüística do Discurso – marco do deslocamento da “forma” (língua como sistema) para a função (linguagem como atividade/interação). Isso nos permite dizer que predominam neles ramos da Lingüística como a Lingüística Funcional, a Sociolingüística, os Gêneros Discursivos³⁴, a Pragmática e a Lingüística Textual. Assim, com o objetivo de evidenciarmos a influência dessas áreas sobre os Programas, tratamos de cada uma delas, retirando exemplos do próprio texto.

Voltando-se às “incorreções” presentes na fala das crianças, os Programas de Língua Portuguesa do Ensino Básico (PLPEB), fazem menção à Lingüística Funcional. Assim, dizem que, ao se depararem com as incorreções da fala das crianças, os professores devem explorá-las, funcionalmente, de forma com que não haja atitudes inibidoras. (Cf. PLPEB, p. 139)

Em se tratando da Sociolingüística, encontramos uma ênfase nas variações diatópicas, diastráticas e diafásicas. Assim, um dos objetivos dos Programas de Língua Portuguesa do Ensino Básico está relacionado ao desenvolvimento da competência comunicativa por meio da confrontação de variações lingüísticas regionais ou sociais com formas padronizadas da língua. (Cf. PLPEB, p. 16)

Quanto aos Gêneros Discursivos, os Programas fazem menção à sua importância no momento em dizem que o conteúdo das aulas deve dar ênfase a esse paradigma, conforme tratamos na análise das obras. (ver capítulo 3)

No que se refere ao ramo da Lingüística que se volta para as relações entre a língua e seus usuários e para as ações que se realizam quando se usa a língua em determinadas circunstâncias de enunciação – a Pragmática – (Cf. Koch & Vilela, 2001:412), encontramos nos Programas uma menção que reflete a importância da produção de discursos variados, tendo em vista a situação concreta e os participantes. (Cf. PLPEB, p. 13)

³⁴ Os gêneros são tratados por diferentes teorias relacionadas ao texto e ao discurso. Dentre seus estudiosos, encontramos os trabalhos de Bakhtin (1979), Fávero & Koch (1987), Swales (1990), Adam (1990), Travaglia (1991), Bathia (1993), Bazerman (1994), Bronckart (1996), Marcuschi (2001), Brandão (2001) e Rojo (2004).

Tratando de alguns conceitos trazidos pela Lingüística Textual, os Programas dos Ensinos Básico e Secundário dizem que os alunos devem ser capazes de verificar a coerência de um texto (PLPEB, p. 41) e reconhecer os meios lingüísticos utilizados na construção da coesão textual. (PLPES, p. 10)

A fim de concluir esse ponto sobre os Programas de Língua Portuguesa, é necessário tratarmos daquele cujo tema é o ensino das literaturas lusófonas. Nele, encontramos uma preocupação em expressar a cultura, no âmbito literário, dos países que têm como língua oficial a Língua Portuguesa. Assim, verifica-se que ele mantém uma proximidade da Nova Gramática do Português Contemporâneo, uma vez que seus autores dão atenção especial às questões lusófonas.

Finalmente, podemos dizer que os Programas de Língua Portuguesa, apesar de serem apresentados isoladamente, não expõem um conteúdo fragmentado. Afinal, todos eles remontam aos conceitos trazidos pelos movimentos da Lingüística contemporânea, dos quais falamos anteriormente.

Uma vez que expusemos um breve panorama do ensino de Língua Portuguesa em Portugal, no âmbito dos Ensinos Básico e Secundário, passamos ao próximo item, o qual focaliza os principais movimentos lingüísticos desenvolvidos na segunda metade do século XX .

2.3 - A evolução dos estudos lingüísticos na segunda metade do século XX

Para que possamos retratar os estudos lingüísticos no século XX, devemos nos apoiar nas tendências particular e universal da língua e da linguagem, pois os estudos lingüísticos são caracterizados por um processo de freqüente inter-relação entre ambas. A primeira - abordagem particular - considera os fenômenos físicos que diferenciam as línguas e possui afinidade com as ciências biológicas. A segunda, denominada universal, centraliza-se nos princípios subjacentes da linguagem e baseia-se, muitas vezes, na Filosofia e na Lógica.

O século XX foi marcado pela mesma tensão dos séculos anteriores no que diz respeito às visões particularista e universalista da língua e da linguagem. Essa tensão pode ser encontrada nas dicotomias de Saussure – língua e fala; significado e significante - e de Chomsky – competência e desempenho; estrutura profunda e estrutura de superfície -, em que ambos os estudiosos têm uma postura universalista diante do objeto da lingüística – a língua.

No final do século XX, esses pesquisadores receberam muitas críticas por parte de diversos estudiosos. Foram criticados pelos lingüistas e filósofos da linguagem que estudavam a abordagem funcionalista da língua e os aspectos pragmáticos de seu uso e, ainda, por aqueles que defendiam a idéia de que a língua deveria ser vista como uma atividade social, sujeita à pressão da ideologia.

Além disso, houve, no período novecentista, um progresso nos estudos científicos o qual fez com que surgissem grandes campos de investigação que caminharam para uma abordagem interdisciplinar. Isso possibilitou o surgimento de uma ligação entre a Lingüística e a Filosofia, a Sociologia, a Antropologia, a Psicologia, dentre outras ciências humanas.

Considerando o período de produção da Nova Gramática do Português Contemporâneo e da Gramática da Língua Portuguesa, tratamos dos principais movimentos lingüísticos que marcaram o século XX. Assim, remontamos, primeiramente, à Lingüística do Sistema, tratando do Estruturalismo e do Gerativismo. Em seguida, passamos à Lingüística do Discurso, na qual o leitor verificará o deslocamento do enfoque da “forma” para a “função”. Aqui, focalizamos as seguintes correntes lingüísticas: a Pragmática; a Sociolingüística; a Lingüística Textual e a Lingüística Funcional.

Passemos então ao primeiro movimento da Lingüística do Sistema – o Estruturalismo.

2.3.1 - O movimento estruturalista

O surgimento da Lingüística Estrutural na Europa³⁵ foi marcado, em 1916, pela publicação do Curso de Lingüística Geral, de Ferdinand Saussure. Algumas de suas contribuições no âmbito dos estudos lingüísticos podem ser encontradas nas dicotomias sincronia/diacronia; língua/fala; significante/significado e sintagma/paradigma.

Tratando da primeira, Saussure (2004:96) diz que “é sincrônico tudo quanto se relacione com o aspecto sintático da nossa ciência” e “diacrônico tudo que diz respeito às evoluções”.

Sobre a segunda dicotomia - língua/fala -, o mestre genebrino diz que língua “é um sistema de signos distintos, correspondentes a idéias distintas” (p. 18), sendo ela “a parte social da linguagem” (p. 22). Quanto à fala, ele diz que “ela é uma faculdade de associação e de coordenação que se manifesta (...) e desempenha o principal papel na organização da língua. Sua execução jamais é feita pela massa; é sempre individual e dela o indivíduo é sempre senhor” (p. 21). Ressalta-se que, segundo Saussure (2004:27), há uma interdependência entre esses dois constituintes da linguagem. Sobre isso, encontramos no Curso de Lingüística Geral:

(...) esses dois objetos estão estritamente ligados e se implicam mutuamente: a língua é necessária para que a fala seja inteligível e produza todos os seus efeitos; mas esta é necessária para que a língua se estabeleça.

É preciso acrescentar que, de acordo com o autor citado, é por meio da fala que a língua evolui, pois nossos hábitos lingüísticos são modificados pelas impressões que recebemos ao ouvir os outros. Assim, para ele, a língua é, simultaneamente, o instrumento e o produto da fala (p. 27).

³⁵ Abarcamos somente o Estruturalismo europeu pelo fato de nossas fontes primárias de pesquisa apresentarem alguns de seus conceitos.

No que se refere à dicotomia significante/significado, esse estruturalista diz que “esses dois elementos estão unidos e um reclama o outro” (p. 80). Segundo ele, significante é a imagem acústica, isto é, “a representação natural da palavra, enquanto fato de língua virtual, fora de toda realização pela fala” (p. 80). Já o significado é o conceito dessa imagem acústica, ou seja, é aquilo que ela representa. (p. 80-81)

Sobre a última dicotomia – sintagma/paradigma –, Saussure assevera que ela “corresponde a duas formas de nossa atividade mental, ambas indispensáveis para a vida da língua” (p. 142). Tratando das relações sintagmáticas, esse estudioso menciona que, “no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no caráter linear da língua, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo” (p. 142). Voltando-se para as relações paradigmáticas (ou associativas), ele diz que, “fora do discurso, as palavras que oferecem algo de comum se associam na memória e assim se formam grupos dentro dos quais imperam relações muito diversas” (p. 143). Assim, uma só palavra pode fazer com que pensemos numa série de outras palavras, tendo todas elas algo em comum. Sobre esse aspecto, o mestre suíço cita, como exemplo, a palavra ensino que faz com que pensemos em palavras como ensinar, educação, aprendizagem etc. (p. 143)

Apresentadas as contribuições dadas pelo Curso de Lingüística Geral (1916), verificamos que o Estruturalismo foi um movimento que trouxe progressos no que concerne aos estudos lingüísticos. Afinal, rompeu com a visão historicista e atomista dos fatos lingüísticos, no momento em que seu instaurador – Ferdinand de Saussure – conceituou a língua como sistema e preconizou o estudo descritivo desse sistema. (Koch, 1999:08)

Na segunda metade do século XX, surgiram algumas escolas cujos estudos estavam voltados para a Lingüística Estrutural. As que mais contribuíram para os estudos lingüísticos desse período foram a Escola de Praga e a Escola de Copenhague – também conhecida como Glossemática. A primeira teve como principais representantes os russos Nikolai Sergeievitch Troubetzkoy (1890-1938) e Roman Jakobson (1896-1982). A segunda, por sua vez, teve como representante Louis Hjelmslev (1899-1965). Contudo, tratamos somente da primeira, uma vez que

ela é responsável pelo fundamento da Lingüística Funcional – base lingüística com a qual desenvolvemos o princípio da adequação.

A contribuição dada pela Escola de Praga ocorreu em 1928, no Congresso de Haia. Nele, Troubetzkoy, chefe do Círculo Lingüístico de Praga, diferenciou as duas ciências que tratam do significante do signo. Para tanto, baseado na dicotomia saussuriana língua/fala, ele definiu a Fonética (uso individual da língua) como o estudo dos sons. Quanto à Fonologia (sistema social, convencional de signos), ele a definiu como o estudo dos fonemas. Cumpre assinalar, além disso, que, de acordo com Troubetzkoy (1970), tanto os sons quanto os fonemas podem ser estudados sincrônica e diacronicamente.

Quanto ao lingüista Roman Jakobson, sua contribuição ocorreu no campo da Fonologia quando simplificou a noção de fonema como “o conjunto de propriedades sônicas concorrentes que se usam numa língua dada para distinguir palavras de sentido diferente.” (Enciclopédia Tcheca (1932) – apud Silveira, 1986:48)

Cumpre assinalar, ainda, que esse estudioso pode ser considerado um dos precursores da visão funcionalista da linguagem, pois ampliou a noção de função da linguagem, limitada pela teoria estruturalista apenas à função referencial. Assim, propôs outras funções que consideravam os participantes da interação como a emotiva, a conativa e a fática, bem como alguns fatores da comunicação, tais como a mensagem (função poética) e o código (função metalingüística).

Considerando que as obras analisadas apresentam características da Lingüística Funcional, julgamos necessário dar ênfase a uma segunda contribuição dada pela Escola de Praga: a junção de idéias do Estruturalismo e da Lingüística Funcional.

A Lingüística Funcional volta-se à análise das diversas funções desempenhadas pela língua e, assim, possui um “reconhecimento teórico de que a estrutura da língua é, em grande parte, determinada por suas funções características” (Weedwood, 2004:138). A maior contribuição dessa área para os estudos lingüísticos se refere à distinção de “tema” e “rema” e a noção de “perspectiva funcional da frase” ou “dinamismo comunicativo”. O “tema” está voltado para aquilo que já é conhecido ou está no contexto de um dado enunciado. Já o “rema” diz respeito à veiculação da informação nova.

Quanto à “perspectiva funcional da frase”, o princípio geral que tem a guiado “é o de que a estrutura sintática da frase é em parte determinada pela função comunicativa dos vários constituintes e pelo modo como eles se relacionam com o contexto do enunciado” (Weedwood, 2004:143).

Cabe ainda considerar que muitos estudos se desenvolveram a partir das idéias dos pesquisadores de Praga. Nesse sentido, podemos citar o lingüista A. K. Halliday que, baseado na obra de Firth, desenvolveu uma teoria da estrutura da língua a qual foi considerada como detentora de uma maior sistematicidade e abrangência que a de Firth.

A teoria de Halliday vem sendo desenvolvida desde 1960 e é conhecida como “lingüística sistêmica” – uma das correntes da Lingüística Funcional. Ela dá maior atenção aos aspectos semânticos e pragmáticos e, ainda, à maneira como “a entonação é usada na expressão do significado.” (Weedwood, 2004:137) Todavia, vale lembrar que nos debruçamos num enfoque mais detalhado da Lingüística Funcional no item 2.3.6 em decorrência de essa corrente ser a base lingüística com a qual desenvolvemos o princípio da adequação no presente trabalho.

Uma vez que expusemos as principais contribuições trazidas pelo movimento Estruturalista, passamos ao segundo grande movimento do século XX: o Gerativismo. Nele, poderemos verificar algumas contribuições trazidas por Noam Chomsky aos estudos sobre a linguagem.

2.3.2 - O movimento gerativista

Como reação ao movimento Estruturalista, tivemos o surgimento do Gerativismo que teve, como principal representante, Noam Chomsky. Foi com sua obra *Syntactic Structures*, publicada em 1957, que esse renomado lingüista deu os primeiros passos para o surgimento do segundo movimento lingüístico do século XX.

Nessa obra, encontramos o desenvolvimento do conceito de “gramática gerativa”, a qual se diferencia dos ideais do Estruturalismo e do Behaviorismo dos estudos anteriores. Chomsky mostrou que as análises sintáticas da frase,

apresentadas pelos períodos precedentes ao seu estudo, eram inadequadas, pois elas não consideravam a distinção entre os níveis superficial e profundo da estrutura gramatical.

Os objetivos dos gerativistas estão voltados para a descrição de tudo o que constitui a competência lingüística do falante nativo. Nesse contexto, eles têm interesse em estabelecer um sistema de regras que demonstre a capacidade criadora de todo falante nativo. Para eles, é essa capacidade que permite ao falante produzir, assim como compreender, um número infinito de frases, mesmo que nunca as tenha pronunciado ou ouvido antes.

De acordo com sua proposta, Chomsky desenvolveu os conceitos de competência e desempenho. A competência está relacionada ao conhecimento que o falante tem de sua língua, enquanto o desempenho trata do uso dessa língua em situações reais de comunicação. Mediante tais conceitos, ele enfatiza que a Lingüística deve se debruçar sobre estudos voltados à competência e, não somente, ao desempenho, conforme os estudos anteriores ao Gerativismo.

É interessante fazermos aqui uma distinção entre a gramática “Gerativo-transformacional” e o “Estruturalismo”. Assim, a primeira nega a possibilidade de descoberta e acredita que um falante conhece as funções e as unidades combinadas, pois possui “competência” (conhecimento da língua) que atua no “desempenho” (uso da língua em situações concretas). Já a segunda, mediante a análise, procura estabelecer, descobrir as unidades mínimas da língua e suas combinatórias, tendo, portanto, procedimentos de descoberta.

Finalizamos essa breve abordagem do movimento gerativista, mencionando sua influência no âmbito das investigações mais atuais sobre a linguagem. Assim, a partir de 1950, grande parte da Lingüística deteve-se no desenvolvimento de gramáticas gerativas e, dessa maneira, a teoria original de Chomsky passou por diversas reformulações ao longo do tempo. Suas idéias tiveram tanta repercussão na Lingüística que grande parte das questões teóricas atuais é debatida em termos de seus estudos.

A fim de dar prosseguimento ao nosso trabalho, focalizamos algumas correntes lingüísticas mais recentes. Essa postura se justifica na medida em que nossas fontes primárias recebem influências desses estudos, como mostramos nas análises.

2.3.3 - A Abordagem Pragmática

Após esses movimentos lingüísticos, houve, na segunda metade do século XX, uma mudança nos interesses dos estudiosos que desencadeou uma ênfase na Pragmática. Desse modo, os lingüistas deixaram de se preocupar com a estrutura abstrata da língua, denominada por Saussure “língua” e por Chomsky “competência” e debruçaram-se nos estudos sobre os fenômenos ligados ao uso que os falantes fazem da língua. Nessa perspectiva, voltaram suas atenções para o estudo da linguagem como atividade e, portanto, para as relações entre a língua e os usuários. É nesse momento que surge um novo ramo da lingüística - a Pragmática.

A Pragmática tem como objetivo central integrar ao estudo da linguagem o papel dos usuários, assim como as situações em que a linguagem é utilizada. Para tanto, ela tem como foco o estudo de questões como as motivações psicológicas dos falantes, as reações dos interlocutores, as pressuposições, os subentendidos, as implicações, as convenções do discurso, dentre outros aspectos que envolvem o processo comunicativo.

Com o surgimento desse paradigma, criaram-se condições para o nascimento de uma Lingüística do Discurso que, segundo Koch (2003:09), se ocupa das “manifestações lingüísticas produzidas por indivíduos concretos em situações concretas, sob determinadas condições de produção”. Dessa forma, pode-se dizer que ela possibilita a descrição e a explicação da inter-ação humana por meio da linguagem, ou melhor, “a capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente por meio de uma língua, das mais diversas formas e com os mais diversos propósitos e resultados”. (Koch, 2003:10)

Os lingüistas desse período chegaram à conclusão de que todos os fatores pragmáticos que estão à disposição do sistema têm influência sobre a seleção que os falantes fazem de sons, de construções gramaticais e de vocabulário como recursos da língua. Assim, esse paradigma considera importantes noções como as intenções do locutor, os efeitos de um enunciado sobre os interlocutores, as implicações resultantes do expressar alguma coisa de certo modo, assim como os

conhecimentos, as crenças e as pressuposições no âmbito do conhecimento de mundo que partilham os locutores e interlocutores de dada comunicação.

É relevante mencionarmos que esse ramo da lingüística tem como foco o estudo de questões importantes sobre a linguagem. Dentre elas, estão:

- A natureza da linguagem como instrumento de comunicação;
- Os princípios regulares que envolvem os processos de interpretação lingüística;
- A influência da gramática das línguas na função comunicativa;
- A relação existente entre o significado literal e o significado comunicativo, uma vez que o significado do falante é intencional e depende das circunstâncias em que é produzido;
- A função do contexto na interpretação dos atos de fala.

Dada sua relação com a Pragmática, é preciso que apresentemos brevemente a Teoria da Enunciação, a Teoria dos Atos de Fala, a Teoria da Atividade Verbal, bem como os Postulados Conversacionais de Grice. Tal postura decorre do fato de essas abordagens estarem ligadas ao paradigma em questão, uma vez que todas elas dão ênfase ao uso que os falantes fazem da língua.

Iniciaremos essa caracterização, apresentando, primeiramente, as diferentes concepções da linguagem humana. Assim, ao longo da História, encontramos três concepções bastante diversas da linguagem, a saber: a linguagem como representação (“espelho”) do mundo e do pensamento; a linguagem como

instrumento (“ferramenta”) de comunicação e a linguagem como forma (“lugar”) de ação ou interação. (Cf. Koch, 2003:07)

A primeira delas assevera que o homem representa para si o mundo por meio da linguagem. Nela, a língua tem como função a representação do pensamento e do conhecimento de mundo dos falantes.

Quanto à segunda, a língua é vista como um código por meio do qual o emissor comunica mensagens ao receptor. Nessa concepção, a principal função da linguagem é a transmissão de informações.

A última concepção – a linguagem como forma de ação ou interação – vê a linguagem como atividade, como forma de ação, como lugar de interação que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais variados tipos de atos. (Op. cit., p. 07-08)

Dessas três concepções da linguagem, a de maior influência no âmbito dos estudos pragmáticos é a terceira. Dizemos isso porque essa última concepção encara a linguagem como atividade, como lugar de interação. E é exatamente isso o que a Pragmática faz: volta suas atenções para o estudo da linguagem como atividade e, portanto, para as relações entre a língua e os usuários. Entretanto, isso não significa que as outras duas concepções devam ser descartadas; o que ocorre, na verdade, é que elas possuem menor influência nos estudos pragmáticos.

Quanto à Teoria da Enunciação, é interessante que enfatizemos que seu precursor foi o pensador russo M. Bakhtin. Todavia, ela ganhou considerável impulso na França por meio do lingüista Émile Benveniste, na obra *Problemas de Lingüística Geral*. Nela, ele estuda a subjetividade na língua – o “aparelho formal da enunciação” – e, para isso, baseia-se no sistema pronominal e verbal do francês.

É importante reiterar que, para a Teoria da Enunciação, não basta ao lingüista se ater somente à descrição dos enunciados produzidos pelos falantes de dada língua. Segundo ela, o estudioso da linguagem deve considerar a enunciação, isto é, a produção do enunciado que, segundo Koch (2003), é um evento único e jamais repetido. Essa atitude decorre do fato de as condições de produção serem constitutivas do sentido do enunciado. Quando falamos em condições de produção, referimo-nos a aspectos como: tempo, lugar, relações sociais etc. Desse modo, a

enunciação está estritamente relacionada ao fato de ela deixar nos enunciados marcas que evidenciam a que título o enunciado é proferido. (Cf. Koch, 2003)

A Teoria dos Atos de Fala procura fazer uma reflexão sobre os mais variados tipos de ações humanas realizadas por meio da linguagem. São elas: atos de fala, atos de discurso ou atos de linguagem. Essa teoria nasceu no interior da Filosofia da Linguagem, sendo posteriormente apropriada pela Pragmática.

Seus principais representantes foram John L. Austin – seu pioneiro –, John Searle, Strawson, H. P. Grice, todos filósofos da Escola Analítica de Oxford. Esses estudiosos entendiam a linguagem como forma de ação e, assim, há em seus estudos a predominância da asserção de que “todo dizer é um fazer”.

Austin (1965)³⁶, segundo Koch (2003), estabelece a distinção entre três tipos de atos de fala, a saber: locucionário, ilocucionário e perlocucionário. O primeiro diz respeito à emissão de um conjunto de sons organizados com base nas regras da língua. O segundo atribui a esse conjunto de sons (proposição ou conteúdo proposicional) uma espécie de força de pergunta, de asserção, de ordem etc. Quanto ao último ato de fala – o perlocucionário – é aquele que exerce determinados efeitos sobre o interlocutor. Tais efeitos podem ter a função de agradá-lo, convencê-lo etc.; todavia, vale lembrar que eles podem ou não ser realizados.

A Teoria da Atividade Verbal está baseada em algumas idéias de Vigotsky (1980)³⁷ que, de acordo com Koch (2003:23), postula que a linguagem é uma atividade social que visa à realização de determinados fins. Essa teoria foi desenvolvida nos países da antiga URSS e apóia-se nas idéias de psicólogos e psicolingüistas soviéticos, tais como Leontev e Luria.

Para ele, toda e qualquer atividade lingüística é composta por um enunciado, uma intenção, condições necessárias para alcançar um objetivo visado, bem como as conseqüências resultantes da realização desse objetivo. Assim, o locutor de dada atividade lingüística, a fim de alcançar seu objetivo, garante ao interlocutor condições essenciais para que ele consiga identificar suas reais intenções, bem como seja capaz de aceitar a realização do objetivo pretendido. Quanto ao processamento do texto por parte do interlocutor, cumpre assinalar que sua compreensão ou

³⁶ AUSTIN, J. L. *How to do things with words*. New York: Oxford University Press, 1965.

³⁷ VIGOTSKY, C. *Linguagem, Pragmática, ideologia*. São Paulo: Hucitec/Funcamp, 1980.

interpretação constitui uma atividade. Nesse contexto, devemos lembrar que o interlocutor (leitor/ouvinte) não pode ser visto como mero receptor passivo, uma vez que ele atua sobre o material lingüístico de que dispõe e, portanto, é responsável pela construção de sentidos desse material.

Não podemos terminar esta abordagem sobre a Pragmática, sem destacar a importância dos Postulados Conversacionais propostos por Grice. Baseada nesse estudioso³⁸, Koch (2003) diz que a linguagem define-se pela conversação, em que um eu interage com um tu. Nesse contexto, o Princípio da Cooperação é o princípio básico que rege a comunicação humana.

Segundo ele, no momento da interação verbal, as pessoas cooperam para que a interlocução ocorra de maneira adequada. Esse princípio pressupõe quatro máximas:

- Máxima da Quantidade: “não diga nem mais nem menos do que o necessário”.
- Máxima da Qualidade: “só diga coisas para as quais tem evidência adequada; não diga o que sabe não ser verdadeiro”.
- Máxima da Relação (Relevância): “diga somente o que é relevante”.
- Máxima do Modo: “seja claro e conciso; evite a obscuridade, a prolixidade etc.”.

Considerando os fatores que envolvem a Pragmática Lingüística, é relevante mencionarmos que essa é uma área que ainda se encontra em desenvolvimento.

³⁸ GRICE, H. P. *Logic and Conversation*. In: COLE, P. & MORGAN, J. L. (Orgs). *Syntax and semantics*. New York: Academic Press, v. 8, p. 41-48, 1975.

Isso faz com que ela seja um campo de estudo bastante promissor para a Lingüística do século XXI.

Por fim, para que possamos dar continuidade a nossa trajetória dos estudos lingüísticos no século XX, tratamos – no próximo item – da Sociolingüística, haja vista que essa é uma disciplina que contribuiu para os estudos lingüísticos. Afinal, focaliza a questão das variações diatópicas, diastráticas e diafásicas, sendo estas o fundamento de uma das gramáticas analisadas.

2.3.4 - A Sociolingüística

A Sociolingüística é um ramo da Lingüística que faz uma espécie de cruzamento entre o social e o lingüístico. Ela tem por objetivo a investigação da relação entre o mundo lingüístico e o mundo social. Não obstante, é importante que evidenciemos que, apesar dessa relação, essa disciplina pressupõe, primeiramente, a autonomia do sistema lingüístico para, posteriormente, propor sua relação com o mundo social. Ainda, sobre esse assunto, cabe lembrarmos que a Sociolingüística tem como postulado que o sistema lingüístico tem um funcionamento próprio, independente do mundo social, todavia é submetido a ele.

Devemos localizar seu nascimento nos anos 60 do século XX, momento em que o Estruturalismo atingia o seu ápice. No entanto, seus alicerces estavam sendo corroídos por recentes movimentos teóricos que acreditavam que o funcionamento social está estritamente vinculado ao lingüístico.

Metodologicamente, a Sociolingüística procura buscar momentos de intersecção entre a dimensão social e a lingüística. A definição dessas intersecções pode ocorrer com base no funcionamento social ou no funcionamento lingüístico, todavia é nesse último que ela ocorre com mais freqüência.

A pesquisa Sociolingüística divide-se em três grandes áreas: a Teoria da Variação e da Mudança, a Etnografia da Fala e a Sociologia da Linguagem. As duas primeiras voltam-se para o funcionamento lingüístico. Assim, seu interesse está centrado no funcionamento da língua e como ele é afetado pela sociedade; não

obstante é preciso que se faça aqui uma distinção entre essas duas áreas. A Etnografia da Fala tem por intenção chegar à competência comunicativa dos falantes por meio da descrição de cenas enunciativas nas quais tais falantes revelam a maneira pela qual a comunidade está organizada. Ela tem como objetivo a observação das regras que regulam o emprego das formas lingüísticas, sendo este parte do funcionamento social da comunidade.

Quanto à Teoria da Variação e da Mudança, ela tem por intenção observar a maneira pela qual o sistema lingüístico – no âmbito de seu núcleo gramatical – pode ser influenciado pelas relações com a sociedade a que pertence. Entretanto, além das relações no que tange à cena enunciativa, predomina aqui a organização da sociedade em grupos sociais como, por exemplo, em classes sociais.

A Sociologia da Linguagem tem como interesse o estudo das relações da língua com a sociedade e, assim, procura compreender como uma língua se espalha por uma dada comunidade, bem como perceber as relações existentes entre essa difusão e as estruturas de poder. Acrescenta-se, ainda, que essa área da Sociolingüística, com muita freqüência, volta seus estudos para as comunidades plurilingües, procurando determinar como é dada a condição do plurilingüismo.

O trabalho do sociolingüista é, freqüentemente, desenvolvido sob duas dimensões – a lingüística e a não-lingüística, também denominada extra-lingüística. Na primeira, a definição dos limites do fenômeno estudado recebe influências dos níveis de análise. Nesse contexto, é trivial encontrarmos o isolamento de fenômenos sociolingüísticos fonéticos, morfológicos, sintáticos, lexicais etc. Já na dimensão não-lingüística, é muito freqüente o isolamento de três planos de correlação para o funcionamento lingüístico: o espacial, o social e o contextual. Além disso, é necessário mencionar que a esses três planos associam-se um plano temporal e um plano histórico.

O plano espacial diz respeito à relação existente entre as formas lingüísticas e o espaço geográfico em que elas estão inseridas. É o que habitualmente chamamos de dialetos. Quanto ao plano social, volta-se para a investigação da interferência do funcionamento da estrutura social na estrutura lingüística. Finalmente, a dimensão contextual – contexto de enunciação – refere-se à postura, por parte do sociolingüista, de observar a relação da estrutura do funcionamento lingüístico com o funcionamento do processo de comunicação. É por meio do plano contextual que os

dois primeiros – social e espacial – são atualizados, evidenciando quem é quem no processo comunicativo.

Apesar de todos esses planos serem apresentados individualmente, é preciso mencionar que há um vínculo entre todos eles, o qual é realizado por meio de um conceito básico em Sociolinguística – as variantes linguísticas. É por meio delas que a língua expressa as dimensões localizadas fora dela, como, por exemplo, a espacial e a social. Assim, diz-se que as variantes linguísticas são, na verdade, maneiras diferentes de se dizer a mesma coisa.

As variantes linguísticas são um fenômeno que interage com a própria estrutura da língua. Isso significa que as palavras, vistas isoladamente, não estão em variação. O que provoca a variação linguística é a enunciação – é no momento da enunciação que elas ocorrem.

É interessante salientar que a interação entre o funcionamento social e o funcionamento linguístico é feita, freqüentemente, pelo processo de variação. Assim, é no processo enunciativo que as formas de variação comportam os mais variados significados sociais.

Já que mencionamos a questão do processo enunciativo – tido aqui como o momento da enunciação -, é preciso que digamos o que seria exatamente esse processo. O momento da enunciação está relacionado àquele em que o falante expressa sua escolha de acordo com cada lugar de variação da língua. É por meio dessa escolha que o falante faz transparecer “quem ele é (ou quem ele quer parecer que é), para alguém que ele imagina ser, em função do lugar onde se encontram”. (Pagotto, 2006:56)

Ao tratarmos da Sociolinguística, devemos nos remeter à noção da comunidade linguística³⁹, uma vez que é a sua organização responsável por uma série de condições as quais determinam a escolha de uma ou de outra forma variante. Logo,

³⁹ Grupo de seres humanos que usam a mesma língua ou o mesmo dialeto, num dado momento, e que podem comunicar-se entre si. (...) Mas a comunidade linguística não é homogênea: compõe-se sempre de um grande número de grupos que têm comportamentos linguísticos diferentes. A forma de língua que os membros desses grupos usam tende a reproduzir, de uma maneira ou de outra, na fonética, na sintaxe ou no léxico, as diferenças de geração, de origem, de residência, de profissão ou de formação (diferenças socioculturais) (...). (DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J. B. e MEVEL, J. P. *Dicionário de Linguística*. Trad. Brasileira. São Paulo: Cultrix, p. 133-134, 1993)

nela que se localiza uma espécie de sistema variável que dispõe aos falantes as formas em variação.

É necessário que desenvolvamos um pouco mais a dimensão espacial do processo de variação. Ela se refere à maneira de relacionarmos cada variante à determinada região geográfica. Assim, essa dimensão está fortemente vinculada ao conceito de dialeto que possui uma noção bastante relativa.

O conceito de dialeto pode ser visto sob duas perspectivas: geográfica e lingüística. A primeira busca sempre a relação de um dialeto com um outro, como, por exemplo, o de Portugal e o do Brasil. Quanto à segunda, diz respeito ao fato de concebermos o dialeto como um sistema caracterizado por um conjunto de variantes lingüísticas específicas, o qual é posto em contraste com um outro dialeto, também detentor de outras variantes lingüísticas. Aqui, pode-se citar como exemplo a variante carioca e a paulista. Assim, vale destacar que ambos os casos remetem às chamadas variações diatópicas.

As formas variantes, definidas geograficamente, também assumem um significado social no que se refere à comunidade lingüística e são denominadas variações diastráticas.

Também se faz necessário tecer algumas informações sobre a influência dos papéis sociais – decorrentes do significado social – no âmbito do funcionamento da forma lingüística. Isso significa que há um conjunto de regras responsável pelos funcionamentos lingüísticos e que está inserido no conhecimento lingüístico dos falantes. Logo, no funcionamento lingüístico, há a representação do papel social de cada indivíduo os quais podem ser representados por fatores como a idade, o sexo, a classe social, dentre outros. Desse modo, têm-se aqui as variações diafásicas.

Antes de finalizarmos, é preciso tratar da mudança lingüística, pois esse elemento é de extrema relevância para esse ramo da Lingüística, uma vez que as sociedades, bem como a língua, vistas ao longo do tempo, estão em constante mudança.

Para a Teoria da Variação e da Mudança – ramo da Sociolingüística que trata desse assunto – a mudança lingüística, entendida no interior de uma comunidade lingüística, é concebida como um dos resultados possíveis de um processo de variação. Nesse contexto, quando duas ou mais variantes lingüísticas disputam o

mesmo lugar no sistema lingüístico de dada comunidade lingüística, duas coisas podem ocorrer. A primeira delas se refere ao fato de as duas formas serem mantidas em variação no decorrer do tempo. Já a segunda se relaciona à sobreposição de uma forma sobre a outra, fazendo com que a superada caia, lentamente, em desuso.

Desenvolvidos os principais pontos da Sociolingüística, é fundamental ressaltarmos que esse ramo da Lingüística trouxe avanços significativos para os estudos sobre a linguagem. Afinal, uma de suas maiores contribuições é o estudo das variantes da língua, levando em conta seus aspectos social, espacial e estilístico.

Por fim, passemos agora à Lingüística Textual, pois essa é uma área que representou ruptura dos estudos lingüísticos na segunda metade do século XX. Afinal, ela representa o momento em que a gramática deixa de ser estudada sob a perspectiva frasal, passando a ser estudada sob a perspectiva textual.

2.3.5 - Lingüística Textual

A Lingüística Textual surgiu na década de 1960, na Europa, especialmente na Alemanha, contudo ganhou força somente no início de 1970. Seu principal interesse está voltado para a estrutura e o funcionamento dos textos como, por exemplo, as falhas das gramáticas da frase quanto ao tratamento de fenômenos como a referência, a definitivização, as relações entre sentenças não ligadas por conjunções, a ordem das palavras no enunciado, a entonação, a concordância dos tempos verbais, dentre outros fenômenos, cuja explicação só pode ser feita por meio de textos ou em referência a um contexto situacional. (Cf. Fávero, 2002:05)

Essa é uma vertente da Lingüística que estuda fenômenos lingüísticos relacionados ao texto, tanto no que tange a sua produção quanto à construção de sentidos que ele provoca entre interlocutores de dada comunicação. De acordo com Fávero (2002:05), o que a legitima “é sua capacidade de explicar fenômenos inexplicáveis por meio de uma gramática do enunciado”. Afinal, o texto é resultado

de uma competência específica do falante - sua competência textual - e não de um aglomerado de palavras ou frases isoladas.

Quando falamos da competência textual do falante, referimo-nos às habilidades que ele tem de distinguir um texto coerente de um texto incoerente, de parafrasear ou resumir textos, de identificar diferentes gêneros textuais, dentre outras habilidades ligadas a sua competência lingüística. Logo, podemos dizer que ela reflete a experiência lingüística de cada falante.

Koch (2003:10), citando Marcuschi,⁴⁰ concebe a Lingüística Textual como “o estudo das operações lingüísticas e cognitivas reguladoras e controladoras da produção, construção, funcionamento e recepção de textos escritos ou orais”. Assim, esse novo paradigma dedica-se ao estudo do texto e não mais ao estudo de palavras ou frases isoladas, provocando, portanto uma ruptura com os paradigmas anteriores.

A fim de versar sobre os fenômenos que norteiam os estudos no âmbito da Lingüística Textual, focalizamos, primeiramente, qual a definição de texto e, em seguida, o conceito de textualidade. Posteriormente, passamos a uma alusão sobre os sete princípios responsáveis pela textualidade, propostos por Beaugrande & Dressler (1997:12-13), a saber: a coerência e a coesão, a intencionalidade, a aceitabilidade, a situacionalidade, a informatividade e a intertextualidade.

O conceito de texto pode variar de acordo com o autor e a orientação teórica adotada. Verificamos que, desde a origem da Lingüística Textual, até os dias atuais, o texto foi tratado sob diversas formas. Em um primeiro momento ele foi visto como unidade lingüística (do sistema) superior à frase; sucessão ou combinação de frases; cadeia de pronominalizações ininterruptas; cadeia de isotopias; complexo de proposições semânticas. (Cf. Koch, 2000:21)

Quanto às orientações de natureza pragmática, ele passou a ser encarado das seguintes formas: Pelas teorias acionais, como uma seqüência de atos de fala; Pelas vertentes cognitivistas, como fenômeno primariamente psíquico resultante de processos mentais; Pelas orientações que adotam por pressupostos a Teoria da Atividade Verbal, como parte de atividades mais globais de comunicação, que vão

⁴⁰ MARCUSCHI, L. *A Lingüística de Texto: O que é e como se faz*. Série Debates 1, Recife: Universidade Federal de Pernambuco, p. 12-13, 1986.

muito além do texto em si, já que ele constitui apenas uma fase do processo global. (Op. cit., p. 27)

Diante dessas diferentes formas de encarar o texto, ele passou a ser entendido no seu próprio processo de planejamento, verbalização e construção. Tais aspectos dão a ele resultado parcial de nossa atividade comunicativa que englobam processos, operações e estratégias que têm lugar na mente humana, e que, em situações concretas de interação, são postos em ação.

Nesse contexto, Koch (2000:22) concebe o texto como:

uma manifestação verbal constituída de elementos lingüísticos selecionados e ordenados pelos falantes, durante a atividade verbal, de modo a permitir aos parceiros, na interação, não apenas a apreensão de conteúdos semânticos, em decorrência da ativação de processos e estratégias de ordem cognitiva, como também a interação (ou atuação) de acordo com práticas socioculturais.

Segundo a autora citada, Schmidt⁴¹ possui essa mesma posição em que considera o texto como

qualquer expressão de um conjunto lingüístico numa atividade de comunicação – no âmbito de um jogo de atuação comunicativa - tematicamente orientado e preenchendo uma função comunicativa reconhecível, ou seja, realizando um potencial ilocucionário reconhecível.

É importante reiterar que o objeto da Lingüística Textual é a boa formação do texto, o que ocorre em função da textualidade, isto é, da capacidade de se produzir textos detentores de sentido. Dessa maneira, uma ocorrência lingüística, para ser

⁴¹ SCHMIDT, J. *Text Theorie. Probleme der Sprachlichen Kommunikation*. Munique: Fink, p. 170, 1973

texto, deve ser percebida pelo alocutário como um todo significativo. Trata-se, então, de um contínuo comunicativo contextual caracterizado por princípios de textualidade, dos quais tratamos a seguir.

Quando nos remetemos aos estudos sobre textualidade, devemos dar ênfase aos sete princípios de textualidade propostos por Beaugrande & Dressler (1997): coesão e coerência (internos - centrados no texto), situacionalidade, informatividade, intertextualidade, intencionalidade e aceitabilidade (externos - centrados no usuário).

Ao nos referirmos à coesão, segundo a visão de Beaugrande & Dressler, é preciso que a compreendamos, no texto produto, como seqüências de enunciados e a maneira pela qual cada uma delas remete a algo. Aqui, estamos tratando de recursos como anáfora (remete a algo já mencionado) e catáfora (remete a algo que virá na seqüência).

Segundo Koch (2004:35), designa-se por coesão:

a forma como os elementos lingüísticos presentes na superfície textual se interligam, se interconectam, por meio de recursos também lingüísticos, de modo a formar um “tecido” (tessitura), uma unidade de nível superior à da frase, que dela difere qualitativamente.

Koch (2004:35), apoiada nos estudos de Halliday & Hasan (1976)⁴², diz que a coesão pode ser representada por cinco formas: a referência, a substituição, a elipse, a conjunção e a coesão lexical. Não obstante, em decorrência dos inúmeros questionamentos no âmbito da distinção entre referência e substituição, bem como da elipse como uma substituição por zero, grande parte dos estudiosos da Lingüística Textual passaram a caracterizar tais recursos como coesão remissiva ou referencial (remete a elementos anteriores) e coesão seqüencial (mantém a continuidade de sentido textual). Dessa forma, inclui-se na coesão remissiva ou

⁴² HALLIDAY, M. A. K. & HASAN, R. *Cohesion in Spoken and Written English*. London: Longman, 1976.

referencial, a substituição, a referência, a elipse e, ainda, parte da coesão lexical. Quanto à coesão seqüencial, estão incluídas parte da coesão lexical e a conjunção.

A coesão textual pode ser classificada, com base nos estudos de Fávero (2002), em três tipos: recorrencial, seqüencial *stricto sensu* e referencial. A coesão recorrencial tem por função levar adiante o discurso, de maneira com que o fluxo informacional progrida. Ela constitui um meio pelo qual a informação nova é articulada à velha.

A coesão seqüencial (*stricto sensu*) diz respeito aos mecanismos que têm por função, assim como os de recorrência, fazer progredir o texto, ou seja, fazer com que o fluxo informacional caminhe. O que distingue a coesão seqüencial da recorrencial é o fato de não haver, na primeira, retomada de itens, sentenças ou estruturas.

A coesão referencial é manifestada por elementos lingüísticos que têm função de estabelecer referência a algo, ou seja, não podem ser interpretados por seu sentido próprio, porém fazem referência a alguma coisa necessária a sua interpretação. Ela pode ser obtida pela substituição ou reiteração, conforme veremos a seguir.

De acordo com Fávero (2002:19), ocorre substituição quando um componente é retomado ou precedido por uma pro-forma – elemento gramatical representante de uma determinada categoria como, por exemplo, o nome. Quando há a ocorrência de uma retomada, temos uma anáfora; no que diz respeito à sucessão de um componente, temos uma catáfora.

Já a reiteração ocorre quando há repetição de expressões no texto, em que os elementos repetidos possuem a mesma referência. Segundo a classificação de Fávero (2002), ela ocorre por repetição do mesmo item lexical; sinônimos; hiperônimos e hipônimos; expressões nominais definidas e nomes genéricos.

No que se refere à coerência, está relacionada à construção de sentidos de um texto. Assim, Beaugrande & Dressler (1997) acreditam que ela está voltada para o modo como os elementos subjacentes à superfície textual entram numa configuração veiculadora de sentido.

É importante salientar que, apesar da distinção entre os fenômenos de coesão e coerência textuais há, muitas vezes, entre eles uma imbricação em decorrência do

processamento textual. Entretanto, é necessário recordarmos que a coesão não é uma condição necessária, sequer suficiente, para que haja coerência num texto qualquer. (Cf. Koch, 2000:45)

Quanto ao terceiro princípio de textualidade – a situacionalidade –, ele pode ser visto sob duas óticas: da situação para o texto ou do texto para a situação. Assim, tal princípio, numa direção situação – texto, está relacionado a aspectos “que tornam um texto relevante para uma dada situação comunicativa em curso ou passível de ser reconstruída” (Koch, 2004:40). Já numa direção texto – situação, é preciso que levemos em conta que, na produção de um texto, seu produtor, por um lado, “reconstrói o mundo de acordo com suas experiências, seus objetivos, propósitos, convicções, crenças, isto é, seu modo de ver o mundo” (Op. cit., p. 40). Por outro lado, o interlocutor interpreta esse texto de acordo com sua maneira de ver o mundo, isto é, de acordo com suas perspectivas no âmbito de um determinado texto.

A informatividade está voltada para a questão da veiculação de uma nova informação no momento da construção de um texto. Assim, todo texto deve trazer algo de novo, isto é, uma informação ainda não conhecida. No entanto, é preciso ressaltar que ele jamais pode ser composto somente por informações novas, pois seria impossível para o interlocutor o seu processamento. Salienta-se ainda que, num sentido contrário ao já mencionado, isto é, um texto composto somente por informações já conhecidas, há a ausência de progressão, uma vez que as informações nele contidas giram em torno somente daquilo que já se conhece.

Quanto à intertextualidade, está voltada para o fato de todo texto remeter a um outro texto. Assim, segundo Koch (2004:42), a compreensão de “um dado texto depende do conhecimento de outros textos por parte dos interlocutores, ou seja, dos diversos tipos de relações que um texto mantém com outros textos”.

O sexto princípio de textualidade – a intencionalidade – diz respeito ao modo como o produtor de um determinado texto tenta alcançar suas intenções comunicativas. Nesse sentido, ele está vinculado ao “querer” do locutor em relação ao seu interlocutor.

A aceitabilidade, último dos princípios propostos por Beaugrande & Dressler (1997), diz respeito ao fato de os interlocutores de dada comunicação aceitarem a

manifestação lingüística do parceiro como um texto coeso e coerente, o qual, segundo sua visão, tenha alguma relevância.

Finda a abordagem sobre os aspectos mais relevantes da Lingüística Textual, é necessário reiterarmos que esse paradigma apresenta uma ruptura de suma importância para os estudos lingüísticos, pois, conforme mencionado, dedica-se ao estudo do texto e não mais ao estudo de palavras ou frases isoladas.

Uma vez que expusemos os principais aspectos que envolvem a Lingüística Textual, focalizamos uma outra importante vertente da Lingüística: a Lingüística Funcional.

2.3.6) A Lingüística Funcional

A Lingüística Funcional ganhou força a partir da década de 1970 com o surgimento de uma Lingüística do Discurso que, conforme mencionado, é o marco do deslocamento da “forma” para a “função”. Contudo, é fundamental destacar que seu surgimento não é tão recente, uma vez que “o paradigma funcional ostenta uma história quase tão longa quanto o paradigma formal, incluindo-se neste o estruturalismo saussuriano”. (Pezzati, 2005:166)

Segundo a autora citada, DeLancey (2001)⁴³ assevera que o funcionalismo moderno é, de certo modo, um retorno à concepção de lingüistas anteriores à Saussure⁴⁴, como Whitney, von der Gabelentz e Hermann Paul, que apresentaram o enfoque lingüístico em fenômenos sincrônicos e diacrônicos no final do século XIX, entendendo que se deve explicar a estrutura lingüística em termos de imperativos psicológicos, cognitivos e funcionais.

Sobre esse assunto, ressaltamos que também encontramos uma visão funcionalista da linguagem na Escola de Praga que, a partir da década de 1920, até os dias atuais, desenvolveu diversos estudos com base no paradigma funcionalista.

⁴³ DeLANCEY, S. *On functionalism*. Lecture. LSA Summer Institute. Santa Bárbara, 2001. Disponível em: <www.uoregon.edu/~delancey/sb/LECT01.htm>

⁴⁴ Sobre esse assunto ver FARACO, C. A. Estudos pré-saussurianos. In: MUSSALIN & BENTES. *Introdução à Lingüística: fundamentos epistemológicos*. São Paulo: Cortez, v. 3, p. 27-52, 2005.

Como exemplo dessa ênfase na visão funcionalista da linguagem, podemos citar o estudioso Roman Jakobson que ampliou sua noção no momento em que desenvolveu as funções emotiva, conativa e fática, bem como outros fatores da comunicação, como a mensagem (função poética) e o próprio código (função metalingüística. (Cf. Pezatti, 2005:167), conforme veremos mais adiante.

Apesar da diversidade de modelos na Lingüística Funcional, há entre eles um ponto em comum: a determinação do modo como as pessoas conseguem comunicar-se pela língua. Isso nos permite dizer que qualquer um dos modelos funcionalistas tem como objetivo precípua verificar a maneira como os usuários de determinada língua se comunicam de forma eficiente. Isso significa que todos os modelos têm como pressuposto geral o fato de que

o uso das expressões lingüísticas é determinado pelas condições reais de produção, o que se verifica no apego especial por regras pragmáticas, baseadas na capacidade social do usuário de uma língua natural. (Pezatti, 2005:198)

A perspectiva funcionalista não visualiza fronteiras teóricas ou metodológicas entre a sintaxe e a organização semântica e pragmática. Na verdade, para a Lingüística Funcional elas são consideradas como interdependentes, uma vez que as relações funcionais distribuem-se por três diferentes níveis que estabelecem funções semânticas, sintáticas e pragmáticas.

Ao fazermos referência às relações funcionais, é preciso que focalizemos a noção do termo função, pois, conforme mencionado, elas englobam três níveis distintos responsáveis pelo estabelecimento de funções semânticas, sintáticas e pragmáticas. A definição desse termo é tida como uma tarefa muito complexa, pois muitos autores utilizam-na para caracterizar suas análises e isso faz com que ele seja focalizado por vieses variados.

Apesar da dificuldade de definirmos o termo função, é importante lembrarmos que essa é uma noção que possui um caráter polissêmico e não uma coleção de

homônimos. Martelotta & Áreas (2003:18-19), citando Nichols,⁴⁵ mencionam que todos os sentidos desse termo possuem relações tanto no âmbito da dependência de um elemento estrutural com elementos de outra ordem ou domínio, como no que tange ao papel que determinado elemento estrutural desempenha no processo comunicativo.

Remontando aos estudos de Martinet (1994),⁴⁶ Neves (2004:05), ao definir o termo função, atribui-lhe alguns valores:

- O valor de “papel”, ou de “utilidade de um objeto ou de um comportamento” (que é o adotado pela Sociedade Internacional de Linguística Funcional – SILF);
- O valor de “papel de uma palavra em uma oração”, acrescentado ao sentido que a palavra tem um determinado contexto (que é o que está na tradição gramatical);
- O valor matemático de “grandeza dependente de uma ou diversas variáveis” (valor cuja utilização em lingüística é muito perigosa).

Apoiada em tais valores, essa autora diz ainda que Martinet (1994) assevera que para os lingüistas só há sentido para o termo funcional quando ele se refere ao papel que a língua desempenha para os homens, na comunicação de sua experiência uns aos outros. Nessa mesma linha de pensamento, Neves (2004:08) menciona a definição do funcionalista Halliday (1973)⁴⁷ o qual concebe o termo função como aquele que se refere ao papel desempenhado pela linguagem na vida dos indivíduos.

Ainda tratando desse termo, Pezatti (2005:198), citando Halliday (1978)⁴⁸, diz que a linguagem destina-se, num primeiro momento, à expressão do conteúdo, tendo ela três funções, a ideacional, a interpessoal e a textual. Apoiados na função ideacional, falante e ouvinte são capazes de organizar e incorporar na língua sua experiência de mundo.

⁴⁵ NICHOLS, J. Functional theories of grammar. In: *Annual Review of Anthropology*, nº 13, p. 97-117, 1984.

⁴⁶ MARTINET, A. *Qu'est-ce que la linguistique fonctionnelle?* ALFA, v. 38, pp. 11-18, 2004.

⁴⁷ HALLIDAY, M. A. K. *Explorations in the Functions of Languages*. Londres: Edward Arnold, 1973a.

⁴⁸ _____ *Language as social semiotic*. London: University Park Press, 1978.

A função interpessoal se refere ao modo como é dada a interação entre falante e ouvinte, assim como outros fatores da situação de interação. Além disso, ela é responsável pelo estabelecimento e pela manutenção dos papéis sociais próprios da linguagem.

A terceira função – a textual – está relacionada à criação do texto. Ela se refere ao modo e a organização do discurso em determinado contexto discursivo. Com base em tal função, o discurso torna-se possível em decorrência de o emissor poder produzir um texto cujo reconhecimento pode ser feito pelo ouvinte.

Ao se depararem com esse caráter polissêmico do termo função, os estudiosos da linguagem concordam com a idéia de que há três funções para a linguagem⁴⁹, em que todas elas são apresentadas de forma hierarquizada nos diferentes enunciados. São elas: a de representação (função que caracteriza a linguagem como atividade tipicamente humana), a de exteriorização psíquica e a de apelo. De acordo com essa proposta, essas três funções são manifestadas em cada evento da fala. Assim, cada um deles constitui um drama composto por três elementos: uma pessoa (1º elemento), informa outra pessoa (2º elemento) de algo (3º elemento).

Para a Escola de Praga, o termo função é definido de acordo com cada estudioso. Assim, as propostas de conjuntos de funções da linguagem são diversas e dependem do ponto de vista de cada um deles. Desse modo, podemos citar algumas delas como, por exemplo, a de Mathesius e a de Jakobson.

Segundo Neves (2004:10), Mathesius (1923)⁵⁰ atribui duas funções para a linguagem. A primeira é a comunicativa – apontada como básica. Quanto à segunda, tida como secundária, é denominada expressiva e diz respeito à manifestação espontânea das emoções do falante.

Essa autora, retomando os estudos de Jakobson (1969)⁵¹, diz que as funções de representação, exteriorização psíquica e apelo produzem uma série de seis funções da linguagem relacionadas ao ato de comunicação verbal. São elas:

⁴⁹ Proposta feita por Karl Bühler, extraída da obra NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins Fontes, p. 09, 2004.

⁵⁰ MATHESIUS, V. *Jazyk, kultura, a slovesnost (Língua, cultura e literatura)*. J. Vachek, Praga: Odeon, 1982 [1923].

⁵¹ JAKOBSON, R. *Linguística e poética*. In: *Linguística e comunicação*. Trad. de Isidoro Blikstein e José Paulo Paes. São Paulo: Cultrix/Editora da USP, p. 118-162, 1969.

- Ao contexto: função referencial;
- Ao remetente: função emotiva;
- Ao destinatário: função conativa;
- Ao contato: função fática;
- Ao código: função metalingüística;
- À mensagem: função poética.

Ao propor essas seis funções da linguagem, ele postula que, em cada ato de comunicação, há uma função primária e outras secundárias. Assim, a escolha dessa hierarquização dependerá da intenção do locutor. Se, por exemplo, sua intenção for somente a de convencer o leitor, provavelmente dará ênfase à função conativa.

Nessa apresentação da Lingüística Funcional, de acordo com os objetivos de nossa pesquisa, remetemo-nos à Gramática Funcional (Doravante GF), desenvolvida na Holanda por Simon Dik e alguns seguidores, por ser esse o modelo teórico com o qual desenvolvemos o princípio da adequação.

Para os funcionalistas, a língua e, portanto, a gramática não deve ser descrita como um instrumento autônomo. Isso ocorre porque, segundo sua concepção, a gramática deve ser compreendida com base em parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, aquisição e evolução, mudança e variação. Assim, no cerne da análise da GF, encontram-se todos os fatores da situação comunicativa, a saber: o propósito do evento de fala; seus participantes e seu contexto discursivo. Nesse sentido, citando Beaugrande (1993)⁵², Neves (2004:03) diz que a principal tarefa de uma gramática funcional é “fazer correlações ricas entre forma e significado dentro do contexto global do discurso”.

Segundo a autora citada, entende-se por Gramática Funcional (GF) a “teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social”. (p. 15) A autora diz, ainda, que a GF “considera a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões,

⁵² BEAUGRANDE, R. de. *Functionality and Textuality*. Viena: Universitatis Verlag, 1993 (pré-impressão).

mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória”.

Nessa linha de pensamento, Oliveira & Coelho (2003:106) dizem que,

se a hipótese funcionalista reside no fato de a estrutura gramatical depender do uso que se faz da língua, determinada pela situação comunicativa, pensar a língua e conseqüentemente a gramática implica compreendê-las motivadas pelas circunstâncias e pelos contextos de uso.

Neves (2004:62), remontando ao trabalho de Halliday⁵³, diz que uma Gramática Funcional

é essencialmente uma gramática “natural”, no sentido de que tudo nela pode ser explicado, em última instância, com referência a como a língua é usada. Seus objetivos são, realmente, os usos da língua, já que são estes que, através das gerações, têm dado forma ao sistema.

Essa autora (2004:92), citando Dik (1978),⁵⁴ menciona que a GF é uma teoria de componentes integrados, em que a pragmática faz parte de sua composição. Assim, ela procura explicar as regras da língua no âmbito de sua funcionalidade em relação ao modo como elas são usadas, bem como aos propósitos desses usos.

Fazendo um paralelo entre a concepção de linguagem defendida pela GF e pela Escola de Praga, observamos que ambas defendem a idéia de que a linguagem é caracterizada não somente pelo seu caráter funcional, mas também pelo seu caráter dinâmico. Ela é considerada funcional em virtude de não separar o sistema lingüístico das funções que tem de preencher. Quanto ao seu dinamismo, está vinculado ao fato

⁵³ HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. Baltimore: Edward Arnold, 1985.

⁵⁴ DIK, C. S. *Functional Grammar*. Dordrecht-Holland/Cinnaminson-EUA: Foris Publications, 1978.

de reconhecer a presença de uma força dinâmica no que concerne ao constante desenvolvimento da linguagem.

É preciso que reiteremos que, para a GF, a linguagem deve ser vista como um instrumento de comunicação e interação social. Assim, esse modelo do funcionalismo não admite a hipótese da separação entre o sistema e o uso. Para ele, a linguagem deve ser vista como uma espécie de ferramenta que se adapta às funções por ela exercidas.

A respeito desse modelo da Lingüística Funcional, Dik (1981⁵⁵, 1989⁵⁶), segundo Pezatti (2005:171), acredita que ele deve conformar-se a três princípios de adequação explanatória: adequação pragmática, adequação psicológica e adequação tipológica. O primeiro princípio está relacionado ao fato de a GF estar incluída, por definição, numa teoria pragmática de linguagem, em que seu objeto de análise é a própria interação verbal. E esse é o princípio de maior peso para a GF, uma vez que ela é concebida como uma teoria integrada a um modelo de usuário de língua natural.

A adequação psicológica é responsável pela definição da compatibilidade entre a descrição gramatical e hipóteses psicológicas no âmbito do processamento lingüístico. Vale reiterar então que, quando mencionamos a questão do processamento lingüístico, estamos nos referindo a fatores como os princípios e as estratégias que determinam a maneira como as expressões lingüísticas são percebidas, interpretadas, processadas, armazenadas, recuperadas e produzidas.

Quanto ao último princípio – a adequação tipológica – está relacionado ao fato de que a GF deve fornecer gramáticas para línguas tipologicamente diferentes. Para ele, esse modelo do funcionalismo deve se empenhar na explicação das similaridades e diferenças existentes entre os diferentes sistemas lingüísticos.

É importante assinalar, novamente, que a GF procura considerar o uso das expressões lingüísticas na interação verbal, possibilitando, portanto uma espécie de pragmatização do componente sintático-semântico do modelo lingüístico. Sobre

⁵⁵ Op. cit. (1981).

⁵⁶ DIK, C. S. *The theory of functional grammar*. Pt I – The structure of the clause. Dordrecht/Providence: Foris Publications, 1981.

esse assunto, Dik (1989a)⁵⁷, de acordo com Neves (2004:21), diz que, durante a interação verbal, os falantes fazem uso de certos instrumentos – as expressões lingüísticas. Para ele, a Lingüística deve se ocupar com dois tipos de sistemas de regras. Um que comporte regras semânticas, sintáticas, morfológicas e fonológicas as quais são responsáveis pela constituição das expressões lingüística. Outro que comporte regras pragmáticas – responsáveis pelos padrões de interação verbal em que as expressões lingüísticas são usadas.

Além disso, é imprescindível destacar que atualmente há um novo modelo da GF em processo de formalização – a Gramática Funcional Discursiva. Ele foi desenvolvido pelo grupo de funcionalistas da Holanda e, segundo Neves (2006:32), apresenta-se “como expansão de uma gramática da frase para uma gramática do discurso”.

A partir do exposto, é imprescindível destacar que a perspectiva funcional não tem como intenção invalidar a gramática normativa. Na verdade, ela tem como princípio básico libertá-la de suas definições categóricas, propondo uma análise mais contínua das categorias gramaticais.

Desse modo, cabe aqui salientar que um enfoque funcionalista não invalida um enfoque formalista e vice-versa. Na verdade, o que devemos ter em mente é que ambos tratam de fenômenos distintos do mesmo objeto – a língua.

Concluída a abordagem sobre os principais aspectos sociopolíticos, econômicos, culturais e lingüísticos que nortearam o período em questão – 1970 a 2000, passamos ao último capítulo. Nele, apresentamos uma análise da Nova Gramática do Português Contemporâneo, de Cunha & Cintra, e da Gramática da Língua Portuguesa, de Koch & Vilela, mostrando a influência que elas receberam do “clima de opinião” no período de sua produção.

⁵⁷ Op. cit. (1989a).

Capítulo 3

Um Olhar sobre duas importantes Gramáticas da Língua Portuguesa: “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa” – A Imanência e a Adequação

Neste capítulo, analisamos, numa visão historiográfica, duas gramáticas da Língua Portuguesa. Trabalhamos com a 2ª edição da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra, publicada em 1985, e com a 1ª edição da *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra; Gramática da Frase e Gramática do Texto/Discurso*, de Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela, cuja publicação ocorreu no ano de 2001.

Apresentamos, primeiramente, a análise da obra de Celso Cunha & Lindley Cintra e, posteriormente, passamos à análise da obra de Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela. Aqui aplicamos o segundo princípio proposto por Koerner (1996) – a imanência.

Em seguida, utilizando como base teórica a Gramática Funcional, aplicamos o princípio da adequação às obras analisadas. Nesse momento, apoiados na imanência e, considerando as diversas correntes lingüísticas apresentadas pela gramática de Cunha & Cintra e pela gramática de Koch & Vilela, mostramos como os conceitos de gramática, de língua, de linguagem, assim como a noção de “correto” são vistos pela Gramática Funcional. Vale ressaltar, além disso, que, no desenvolvimento desse terceiro princípio, apresentamos justificativas para nos debruçar sobre documentos atuais, pois acreditamos que a inserção do historiógrafo no “clima de opinião” em que foram produzidas a(s) fonte(s) primária(s) de sua pesquisa não afeta o seu trabalho.

Após aplicar o princípio da adequação, estabelecemos relações entre as duas obras. Para tanto, buscamos argumentos no próprio corpo da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e da *Gramática da Língua Portuguesa*, a fim de

expormos, numa perspectiva historiográfica, as diferenças e as semelhanças que ambas as obras apresentam.

Cumpramos ainda assinalar que, na análise, além de apoiarmo-nos nos procedimentos trazidos pela Historiografia Lingüística (HL), fazemos uma interpretação das obras, sob a perspectiva da Filologia. Assim, ao aplicarmos o princípio da imanência – descrição pormenorizada dos aspectos lingüísticos presentes nas fontes primárias –, estamos evidenciando o carácter filológico presente nesse trabalho, conforme acepções 2 e 3 de Houaiss (2001).⁵⁸

Assim, cabe retomarmos um dos assuntos tratados no capítulo 1 – a relação entre a Historiografia Lingüística e a Filologia. Considerando o fato de a Filologia e a Historiografia Lingüística apresentarem métodos afins (ver item 1.5), salientamos que, ao esforçarmo-nos em compreender as gramáticas em questão de forma completa, histórica e crítica, também nos debruçamos numa interpretação filológica desses documentos. Afinal, procuramos ser fiéis aos textos apresentados por ambas as obras, respeitando sempre as intenções que seus autores manifestaram.

Sobre isso, encontramos uma referência no trabalho de Altman (2006:163), a qual, retomando Castro (1992), traz a seguinte definição de Filologia:

A ciência que estuda a gênese e a escrita dos textos, a sua difusão e a transformação dos textos no decurso da sua transmissão, as características materiais e o modo de conservação dos suportes textuais, o modo de editar os textos com respeito máximo pela intenção manifesta pelo autor.

Ainda tratando do aspecto filológico de nossa pesquisa, é interessante lembrar a concepção dada por Mattoso Câmara (1978:117),⁵⁹ segundo Altman (1997:183), ao termo “Filologia”:

⁵⁸ Ver página 35.

⁵⁹ CÂMARA JR., M. *Dicionário de Lingüística e Gramática referente à Língua Portuguesa*. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1978.

FILOLOGIA – Helenismo que significa literalmente, “amor à ciência”, usado a princípio com o sentido de erudição, especialmente quando interessada na exegese dos textos literários. Hoje designa, estritamente, o estudo da língua na literatura, distinto, portanto da lingüística. Há, porém, um sentido mais lato para a filologia, muito generalizado em português; assim **Leite de Vasconcelos entende por filologia portuguesa “o estudo de nossa língua em toda a sua plenitude, e o dos textos em prosa e verso, que servem para a documentar”**⁶⁰ (Vasconcelos, 1926, p. 9), o que vem a ser o estudo lingüístico, especialmente diacrônico, focalizado no exame dos textos escritos (...).

Apoiados na definição dada por Mattoso Câmara, deduz-se que, se a Filologia abrange o estudo da nossa língua em toda a sua plenitude, conseqüentemente há uma aproximação dessa área do saber com a Historiografia Lingüística. Afinal, de acordo com De Clerq & Swiggers (1991)⁶¹, segundo Bastos & Palma (2004:18), ela procura “descrever e explicar como se adquiriu, produziu e desenvolveu o conhecimento lingüístico” em um determinado ponto de nossa história. O que nos permite asseverar, mais uma vez, que a análise das gramáticas que aqui apresentamos, além de estar circunscrita ao campo da HL, mantém, de certa forma, um caráter filológico.

A partir do exposto, verifica-se que o trabalho em HL requer do historiógrafo, muitas vezes, o olhar de um filólogo. Isso porque, na imanência, o pesquisador dessa área, conforme mencionado, faz um estudo lingüístico detalhado dos textos sob observação, interpretando os documentos em foco e procurando ser fiel ao que seus autores manifestaram.

Assim, para verificarmos se houve (ou não) mudanças no que se refere aos estudos lingüísticos, no período que separa a publicação de ambas as obras, procuramos, no presente capítulo, responder às seguintes perguntas:

⁶⁰ Grifos nossos.

⁶¹ Ver nota nº 01

- Que diferenças podemos encontrar em uma gramática voltada para a variação lingüística, mas restrita ao nível frasal, e uma gramática voltada para uma perspectiva discursiva?
- Houve um processo de ruptura ou de continuidade no âmbito dos estudos gramaticais, no período em que as obras foram produzidas?
- Há diferenças de concepção de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação em ambas as obras?
- Até que ponto o princípio da adequação, proposto por Koerner (1996), pode ser aplicado a uma gramática contemporânea?

Para responder a essas perguntas e, tendo como objetivo apontar a concepção de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação presentes nas fontes primárias, serão focalizados, na análise, os seguintes aspectos: 1- Prefácio; 2- Estrutura das obras; 3- Relação entre as idéias das gramáticas e a Legislação Educacional brasileira e portuguesa, respectivamente: LDBs, PCNs, LBSEs e PLPs.

Finalmente, acreditamos que, após a aplicação dos princípios da imanência e da adequação, considerando as relações entre HL e Filologia, estaremos preparados para responder às questões acima mencionadas. Passamos à análise da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

3.1 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo”: um avanço para os estudos gramaticais

3.1.1 – Análise do Prefácio: objetivos da obra

Debruçamo-nos no estudo da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra, com o intuito de verificar se seus autores alcançaram os objetivos propostos nas linhas de seu prefácio. Além disso, buscamos argumentos no próprio texto a fim de mostrar que essa gramática descritiva tem um viés normativo, pois apresenta uma descrição da norma-padrão em diferentes variantes.

Para que possamos compreender a obra de Celso Cunha & Lindley Cintra, é necessário que levemos em conta que, no período de sua produção, surgia um novo paradigma na lingüística: a Sociolingüística. Esse foi um momento em que a questão das variantes lingüísticas ganhou força nos estudos sobre a linguagem. Isso significa que o período em que ela foi produzida coincidiu com aquele em que a ciência da linguagem passou a se preocupar não somente com a variante padrão da língua, mas também com todas as outras variantes, como as consideradas sem prestígio social. (Cf. Mattos e Silva, 1995)

Diante dessa mudança de foco no âmbito dos estudos sobre a linguagem, observamos que Cunha & Cintra apresentaram uma gramática inovadora para aquele período, uma vez que a base teórica para o seu desenvolvimento é exatamente a Sociolingüística. Assim, já no prefácio da obra, notamos que os autores têm como objetivo central produzir uma gramática que dê ênfase ao ensino do português nas diversas variantes da Língua Portuguesa, bem como nos países em que se estuda tal idioma. Sobre isso, dizem eles:

Sentíamo-la como uma urgente necessidade para o ensino da língua portuguesa não só em Portugal, no Brasil e nas nações lusófonas da África, mas em todos os países em que se estuda o nosso idioma. (p. XIII)

E, ainda:

Como esta gramática pretende mostrar a superior unidade da língua portuguesa dentro da sua natural diversidade, particularmente do ponto de vista diatópico, uma acurada atenção se deu às diferenças no uso entre as modalidades nacionais e regionais do idioma, sobretudo as que se observam entre a variedade européia e a americana. (p. XIV)

Vale destacarmos, além disso, que a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* apresenta uma preocupação em mostrar a presença da unidade na Língua Portuguesa em todos os países que possuem esse idioma como língua oficial. O que demonstra a ênfase que seus autores dão à questão da lusofonia⁶² que, segundo Santos (2001:35) “é rica de potencialidades de cooperação econômica, política, cultural e social; espaço de uma só língua, de uma secular vivência histórica, uma cultura e uma identidade com afinidades que seria criminoso desprezar”.

Possivelmente, essa preocupação em produzir uma gramática que valorizasse as questões lusófonas é decorrente da consciência que esses autores têm da importância de se criar uma comunidade Luso-Afro-Brasileira, pois, no período de produção de sua obra, estava nascendo a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), conforme diz Lopes & Oliveira (2006:17):

⁶² Conjunto de países que têm o português como língua oficial ou dominante. A lusofonia abrange além de Portugal, os países de colonização portuguesa, a saber: Brasil, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe; abrange ainda as variedades faladas por parte da população de Goa, Damão e Macau na Ásia, e ainda a variedade do Timor na Oceania. (HOUAISS, 2001:1793)

A revolução de 25 de Abril de 1974 e a institucionalização do sistema democrático em Portugal; o processo de descolonização (...) permitiram que, já em meados da década de 80, o projecto da comunidade de países que em português comunicam pudesse ser encarado como uma hipótese com potencialidades de viabilização.

Assim, considerando que a institucionalização da CPLP ocorreu somente em 1996, onze anos após a publicação da Nova Gramática do Português Contemporâneo, notamos que essa obra se antecipou à preocupação com a lusofonia, pois trata das variações lingüísticas, dando ênfase ao português de Portugal, do Brasil e das nações lusófonas.

Isso nos permite dizer que seus autores acreditam na necessidade de uma união entre os países cuja língua oficial é a Língua Portuguesa, pois é essa língua que nos torna cidadãos de uma nação. É ela que nos liga às pessoas e ao mundo. Desse modo, sua preservação é fator indispensável para a valorização de nossa história, nossa cultura, nossos valores, enfim, de nossa nação.

O interesse pela preservação da unidade da Língua Portuguesa e, portanto, pela lusofonia, já pode ser observada no livro de Celso Cunha Uma Política do Idioma: Nele o autor afirma:

O ideal humano seria que todos falassem uma só língua. Na impossibilidade de conseguirmos esse ideal, devemos lutar por manter a unidade relativa onde ela existe. (...) Nossa luta tem que ser para impedir a fragmentação do idioma comum. Para lutarmos pela conservação da unidade relativa de nossa língua, é necessário, obviamente, partirmos da realidade atual, isto é, **da forma por que a utilizam efetivamente os meios cultos**⁶³ de cada país da comunidade idiomática. (1968:34)

O trecho da obra citada demonstra que Celso Cunha já manifesta preocupação com as variações da Língua Portuguesa quase duas décadas antes da publicação da Nova Gramática do Português Contemporâneo. Desse modo, fica evidente, que já em

⁶³ Grifos nossos.

1960 esse gramático dá ênfase às variações diatópicas entre o Brasil e Portugal, levando em conta a norma-padrão.

Considerando esse aspecto, vale destacar que os autores da Nova Gramática do Português Contemporâneo demonstram uma postura prescritiva no momento em que procuram manter uma proximidade normativa entre os usos variantes do Brasil e de Portugal, ainda que separados por duas culturas bastante distintas. Dizem eles:

Parecia-nos faltar uma descrição do português contemporâneo que levasse em conta, simultaneamente, as diversas normas vigentes dentro do seu vasto domínio geográfico, **(principalmente as admitidas como padrão em Portugal e no Brasil)**⁶⁴ e servisse, assim, fosse de fonte de informação, tanto quanto possível completa e atualizada, sobre elas, fosse de guia orientador de uma expressão oral e, sobretudo, escrita que, para o presente momento da evolução da língua, se pudesse considerar “correta”, de acordo com o conceito de “correção” que adotamos no capítulo 1. (p. XIII)

(...) **A língua padrão**,⁶⁵ por exemplo, embora seja uma entre as muitas variedades de um idioma, é sempre a mais prestigiosa, porque atua como modelo, como norma, como ideal lingüístico de uma comunidade. Do valor normativo decorre a sua função coercitiva sobre as outras variedades, com o que se torna uma ponderável força contrária à variação. (p. 03)

Ainda sobre a valorização dada à norma-padrão, encontramos na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*:

(...) 2. Por outro lado, não devemos empregar o pronome ele (ela) para substituir um substantivo que, com sentido indeterminado, se ficou em expressões feitas, como falar verdade, pedir perdão, etc. Assim, não estariam bem construídas as frases:
Falaste verdade; ela me comoveu.
Pedi perdão; ele me foi concedido.

⁶⁴ Grifos nossos.

⁶⁵ Grifos nossos.

(...)

(...) 4. Na fala vulgar e familiar do Brasil é muito freqüente o uso do pronome ele (s), ela (s) como objeto direto em frases do tipo:

Vi ele. Encontrei ela.

Embora esta construção tenha raízes antigas no idioma, pois se documenta em escritores portugueses dos séculos XIII e XIV, deve ser hoje evitada. (p. 280 - 281)

É preciso reiterar, além disso, que provavelmente foi o “espírito de época” circunscrito ao Brasil que teve maior influência no que tange à produção da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Afinal grande parte da obra foi escrita por Celso Cunha. Isso pode ser comprovado no próprio prefácio, quando os autores dizem:

Toda a obra foi objeto de exame conjunto e de troca de sugestões entre os seus autores. Cumpre-nos, no entanto, dizer, para resguardar as responsabilidades de autoria, que a Lindley Cintra se deve a redação do Capítulo 2, da maior parte do capítulo 3 e do tratamento contrastivo do Capítulo 13. A Celso Cunha cabe a redação dos demais capítulos, bem como a exemplificação aduzida. (p. XV)

Baseados na análise dos capítulos, foi possível constatarmos que, de acordo com o que foi traçado nas linhas do prefácio, a obra realmente tem como base teórica a Sociolinguística. Isso pode ser constatado em alguns trechos, em que há referência à questão das variações linguísticas. Observemos:

Capítulo 1:

Todas as variedades linguísticas são estruturadas, e correspondem a sistemas e subsistemas adequados às necessidades dos seus usuários. Mas o fato de estar a língua fortemente ligada à estrutura social e aos sistemas de valores da sociedade conduz a uma avaliação distinta das características das suas diversas modalidades diatópicas, diastráticas e diáfasicas. (p. 03)

Capítulo 2:

Na área vastíssima e descontínua em que é falado, o português apresenta-se, como qualquer língua viva, internamente diferenciado em variedades que divergem de maneira mais ou menos acentuada quanto à pronúncia, à gramática e ao vocabulário. (p. 09)

Capítulo 3:

(...) Os sinais fonéticos são colocados entre colchetes: [].
Por exemplo ['kaw], pronúncia popular carioca, ['kal], pronúncia portuguesa normal e brasileira do Rio Grande do Sul, para a palavra sempre escrita cal. (p. 30)

Capítulo 7:

(...) Na linguagem coloquial do Brasil é corrente o emprego do verbo ter como impessoal, à semelhança de haver. Escritores Modernos – e alguns dos maiores – não têm duvidado em alçar a construção à língua literária.
(...) O uso de ter impessoal deve estender-se ao português das nações africanas. De sua vitalidade em Angola há abundante documentação na obra de Luandino Vieira (...). (p.127)

Capítulo 11:

Na linguagem popular ou popularizante de Portugal aparece por vezes um pronome ele expletivo, que funciona como sujeito gramatical de um verbo impessoal, à semelhança do francês il (il y a):- Ele haveria no mundo nada mais acertado. (p. 274)
(M. Torga, CM, 24)

Capítulo 13:

No português do Brasil, os verbos em que o 'e' antecede uma consoante nasal, como temer: temo, temas, teme etc. (sempre com [e]); No português de Portugal estes verbos seguem o modelo de dever. (p. 406)

Capítulo 16:

Como dissemos, a Nomenclatura Gramatical Brasileira distingue ainda, entre as CONJUNÇÕES SUBORDINATIVAS, as CONFORMATIVAS e as PROPORCIONAIS. (p. 575)

Além de se apoiar nos conceitos da Sociolingüística, é necessário ressaltar que esta obra recebeu influências do segundo grande movimento lingüístico do século XX: o Gerativismo. Nessa medida, os autores fazem menção a conceitos como sintagma nominal, sintagma verbal, determinantes etc. Podemos observar essa influência nos seguintes trechos:

Podem ocorrer muitos SINTAGMAS NOMINAIS (SN) na oração, mas somente um deles será o SUJEITO. E, como veremos mais adiante, a sua posição, na ordem direta e lógica do enunciado, é à esquerda do verbo. Os demais SINTAGMAS NOMINAIS encaixam-se no PREDICADO. (p. 120)

E, ainda:

(...) Observe-se, por fim, que alguns lingüistas, principalmente os da escola gerativo-transformacional, negam a existência do SUBJUNTIVO INDEPENDENTE, interpretando-o como o efeito do apagamento, na superfície, da oração principal (...). (p. 456)

É interessante lembrar ainda que, no ano de 1977, observa-se o interesse pela produção de uma gramática que se direcionasse a todos os países falantes de Língua Portuguesa, uma vez que, nesse mesmo ano, houve, no Rio de Janeiro, a realização do XV Congresso Internacional de Lingüística e Filologia Românica, organizado por Celso Cunha. Nele, ocorreram discussões sobre o presente e o

futuro da língua, tendo delas participado os principais responsáveis pelo ensino do idioma nos vários países que têm como língua oficial a Língua Portuguesa. Desse modo, acredita-se que os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* foram fortemente impulsionados pelo desejo de produzir uma gramática que expressasse o tema desse congresso - a unidade da Língua Portuguesa.

Celso Cunha & Lindley Cintra, em seu prefácio, fazem menção a diversas obras publicadas antes da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* as quais faziam uma descrição do português. Contudo, nenhuma delas correspondia ao objetivo inicial dos autores que era o ensino de Língua Portuguesa em todos os países lusófonos. Sobre isso, dizem eles: “De então para cá, várias descrições importantes do português se foram publicando (...). Nenhuma no entanto, e por diversas razões, correspondia ao nosso objetivo inicial (...)”. (p. XIII).

Quanto aos objetivos gerais traçados pelos autores, procuramos agora discutir se eles foram (ou não) alcançados. Assim, vale lembrar que encontramos nas entrelinhas do prefácio da obra quatro objetivos.

O primeiro deles se refere ao fato de Cunha & Cintra terem como intenção fazer uma descrição do português contemporâneo, com base em trabalhos literários, dando maior ênfase aos autores dos nossos dias. Sobre esse assunto, dizem eles:

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. (p. XIV)

Ao longo da obra, observa-se que os autores produziram uma gramática descritiva, uma vez que não se baseiam, em muitas situações, em atitudes prescritivas. Isso pode ser observado nos seguintes trechos, entre outros:

No colóquio normal, emprega-se a gente por nós e, também, por eu:
 Houve um momento entre nós
 Em que **a gente**⁶⁶ não falou.

(F. Pessoa, QGP, nº 270)

- Não culpes mais o Barbaças, Compadre! **A gente**⁶⁷ só queria gastar um bocadito do dinheiro.

(F. Namora, TJ, 165) (p. 288)

1. Nas orações ADJETIVAS EXPLICATIVAS, o pronome que, com antecedente substantivo, pode ser substituído por o qual (a qual, os quais, as quais):

(...)

2. Esta substituição pode ser um recurso de estilo, isto é, pode ser aconselhada pela clareza, pela eufonia, pelo ritmo do enunciado. Mas há casos em que a língua exige o emprego da forma o qual. (p. 338-339)

Quanto à questão de os autores darem ênfase ao português na sua forma culta, baseados nos escritores do Romantismo para cá, podemos dizer que essa postura realmente foi assumida ao longo da obra. Assim, para que comprovemos tal asserção, vejamos algumas abonações:

Vivi com Daniel perto de dois anos.

(C. Lispector, BF, 79.) (p.148)

Pediram-me que definisse o arpoador.

(C. Drummond de Andrade, CB, 106.) (p. 565)

Paisagens, quero-as comigo.

(F. Pessoa, OP, 531.) (p. 609)

Maria, ora se atribulava, ora se abonçava.

(Ó. Ribas, EMT, 18.) (p. 304)

⁶⁶ Grifos nossos.

⁶⁷ Grifos nossos.

Ainda nos remontando ao primeiro objetivo que os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* apresentam nas linhas de seu prefácio, é necessário que destaquemos a ênfase que eles dão à questão da contemporaneidade do português. Na verdade, esse é um assunto sobre o qual Celso Cunha revela preocupação muito antes da publicação dessa obra. Já na primeira edição da *Gramática do Português Contemporâneo*, publicada no ano de 1970, verificamos uma preocupação em se fazer uma descrição do português contemporâneo. No prefácio dessa obra, Cunha (1970:09) diz pretender:

(...) apresentar as características do português contemporâneo em sua forma culta, isto é, a língua como a têm utilizado os escritores brasileiros do Romantismo para cá, dando, naturalmente, uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias.

O segundo objetivo dos autores está relacionado à questão da unidade da língua portuguesa em todos os países que têm o português como língua oficial, bem como às diferenças de usos entre suas variantes, principalmente a europeia e a americana, como já demonstramos às páginas 109, 110 e 111.

Na análise, observamos que os autores deram ênfase às variantes do português do ponto de vista diatópico, ou seja, eles procuraram mostrar suas variantes nos seus diferentes domínios geográficos, sempre valorizando a norma-padrão. Vejamos, a seguir, alguns exemplos que evidenciam essa preocupação:

Em Portugal, ao lado de *ouço*, há *oiço* para a 1ª pessoa do singular do PRESENTE DO INDICATIVO. Esta dualidade fonética estende-se a todo o PRESENTE DO SUBJUNTIVO e às pessoas do IMPERATIVO dele derivadas: *ouça* ou *oiça*, *ouças* ou *oiças*, etc. (p. 427)

E, também:

(...) no PRESENTE DO SUBJUNTIVO, o português do Brasil mantém em todas as formas a vogal [e] ou [o], conservada no português de Portugal somente nas formas rizotônicas, pois nas arrizotônicas se dá a redução normal [a] ou [u]. (p. 405)

Baseados no trecho do prefácio citado anteriormente, vale ainda destacar que os autores, além de considerarem a natural diversidade da língua portuguesa, também apresentam um trabalho em que a predominância de exemplos literários dá destaque à norma-padrão⁶⁸. Sobre isso, diz Henriques (2004:71):

(...) As gramáticas de Celso Cunha (...) reiteram os hábitos tradicionais de adotar como modo exemplificador de regras e descrições a transcrição de trechos de autores da literatura de língua portuguesa. Deve-se daí concluir que o filólogo fazia suas escolhas com o zelo de quem precisava atestar suas explicações com passagens que representassem, de um lado, o fato da língua a ser exposto e, de outro, o prestígio do escritor citado perante a comunidade acadêmica e intelectual. Algo que poderíamos chamar de “atestado de qualidade lingüístico-literária”, justificador da seleção do autor e do exemplo por parte do gramático. (p. 117)

Comprovam essa asserção os seguintes trechos:

Pode ser mesmo que em alguma ocasião lhe tivesse ensinado mal...
(Machado de Assis, OC, II, 534.) (p. 513)

⁶⁸ Preferimos o termo “norma-padrão” a “norma culta” por convergirmos com a idéia trazida por Marcos Bagno, em seu livro *“Norma Lingüística”* (2001). Nesse livro, o autor diz que o termo “norma culta” está sujeito a ambigüidades de definição. Já o termo “norma-padrão” indica um ideal de língua “certa”, supostamente descrito-prescrito pela tradição normativa. Além desse termo, Bagno diz que há um outro - as “variedades cultas” - que diz respeito aos usos efetivos, empiricamente verificáveis na atividade verbal dos falantes cultos, isto é, residentes em zonas urbanas e com grau de escolarização superior completo.

Não é uma qualquer coisa, não!
(Luandino Vieira, NM, 116) (p. 356)

Qual deles tinha coragem para começar?
(F. Namora, TJ, 293) (p. 346)

A uma pergunta assim, a rapariga nem sabia que responder.
(M. Torga, NCM, 184) (p.338)

Boa noite, Maria! Eu vou-me embora.
(Castro Alves. Espumas Flutuantes. Poesias. Bahia, 1870, p. 71) (p. 647)

Fatigado, ia dormir.
(Lima Barreto, TFPQ, 279.) (p. 631)

- Que tenciona fazer quando sair daqui?
(A. Abelaira, TM, 86) (p.344)

Ainda sobre esse aspecto, é necessário mencionar que, na obra de Celso Cunha & Lindley Cintra, os autores mais citados são, respectivamente: Machado de Assis 176 vezes, Miguel Torga 94, Carlos Drummond de Andrade 80, Fernando Namora 67, Fernando Pessoa 65, José Lins do Rego (60), Augusto Abelaira (59), Aquilino Ribeiro 57, Ciro dos Anjos 57, Luandino Vieira 49. (Cf. Henriques, 2004:155)

Cunha & Cintra, ao traçarem o terceiro objetivo, mencionam que procuraram fazer um estudo da fonética e da fonologia, assim como da morfologia. Sobre o primeiro, dizem que buscaram estabelecer a equivalência entre os conceitos da terminologia tradicional e os da fonética acústica e da fonologia moderna. Quanto ao segundo estudo – relacionado às classes de palavras –, dizem que examinaram a palavra em sua forma e, posteriormente, em sua função. Isso pode ser observado no seguinte trecho do prefácio:

No estudo da fonética e da fonologia, procurou-se estabelecer, sempre que possível, a equivalência entre os conceitos e a terminologia tradicional e os da fonética acústica e da fonologia moderna; no estudo das classes de palavras examinou-se a palavra em sua forma e, a seguir, em sua função, de acordo com os princípios da morfo-sintaxe.⁶⁹ (p. XV)

Aqui, encontramos precisamente a parte gramatical da obra, em que os autores apresentam um estudo fonético e fonológico e o estudo das classes de palavras. No que concerne ao primeiro, Cunha & Cintra exploraram as “evoluções” e, portanto as contribuições que os estudos do século XX proporcionaram à área. Podemos constatar essa contribuição no seguinte trecho:

Toda distinção significativa entre duas palavras de uma língua estabelecida pela oposição ou contraste entre dois sons revela que cada um desses sons representa uma unidade mental sonora diferente. Essa unidade de que o som é a representação (ou realização) física recebe o nome de FONEMA. (p. 29)

Sobre o tratamento das classes de palavras, na análise verificamos que, além da perspectiva formal e funcional, Cunha & Cintra focalizaram essas classes, com exceção dos numerais, sob perspectivas semânticas. Nos trechos a seguir, podemos observar a ênfase dada a essas três perspectivas⁷⁰:

- **Substantivo**

Formal:

Substantivo é a palavra que designamos ou nomeamos os seres em geral. (p. 171)

⁶⁹ A palavra “morfo-sintaxe” encontra-se grafada na obra como “morfo-sintaxe”.

⁷⁰ Além dos exemplos expostos, podemos verificar outros nas seguintes páginas: Artigo (Pp. 199, 207, 216); Adjetivo (Pp. 238, 241, 239); Verbo (Pp. 367, 498, 517); Advérbio (Pp. 529); Preposição (Pp. 542, 545); Conjunção (Pp. 565, 566, 568).

Funcional:

Do ponto de vista funcional, o substantivo é a palavra que serve, privativamente, de núcleo do sujeito, do objeto direto, do objeto indireto e do agente da passiva. Toda palavra de outra classe que desempenha uma dessas funções equivalerá forçosamente a um substantivo (pronome substantivo, numeral ou qualquer palavra substantivada). (p. 171)

Semântico:

Artesão, quando significa 'artífice', faz no plural artesãos; no sentido de 'adorno arquitetônico', o seu plural pode ser artesãos ou artesões. (p.176)

- **Pronomes**

Formal:

Os pronomes pessoais caracterizam-se:

1) por denotarem as três pessoas gramaticais, isto é, por terem a capacidade de indicar no colóquio:

a) quem fala = 1ª pessoa: eu (singular), nós (plural);

b) com quem se fala = 2ª pessoa: tu (singular), vós (plural);

c) de quem se fala = 3ª pessoa: ele, ela (singular); eles, elas (plural) (...). (p. 269)

Funcional:

Os pronomes desempenham na oração as funções equivalente às exercidas pelos elementos nominais.

Servem, pois:

- a) para representar um substantivo (...). (p. 268)

Semântico:

Como são idênticas as formas do pronome recíproco e do reflexivo, pode haver ambigüidade com um sujeito plural. Por exemplo, uma frase como a seguinte:

Joaquim e Pedro enganaram-se.

Pode significar que o grupo formado por Joaquim e Pedro cometeu o engano, ou que Joaquim enganou Pedro e este a Joaquim. (p. 273)

Matos e Silva (2002:62), ao tratar desse assunto, diz que Celso Cunha & Lindley Cintra definem o substantivo, os pronomes pessoais, os possessivos, os demonstrativos, os numerais e as interjeições sob perspectivas semânticas. Quanto aos artigos, adjetivos, advérbios, preposições e conjunções, todos eles são definidos funcionalmente. Por último, a autora menciona os verbos que, segundo ela, são examinados sob um enfoque formal.

Não obstante, é mister assinalar que, de acordo com nossa análise, todas as classes de palavras são tratadas do ponto de vista formal, funcional e semântico, com exceção dos numerais que não recebem um enfoque semântico. Além disso, é de suma importância salientar que, no que se refere ao verbo, discordamos de Mattos e Silva, uma vez que constatamos que os autores da gramática os focalizam do ponto de vista formal, sintático e também semântico. Isso pode ser comprovado nos seguintes trechos da obra:

Formal:

Como as outras palavras variáveis, o verbo admite dois números: o SINGULAR e o PLURAL. Dizemos que um verbo está no singular quando ele se refere a uma só pessoa ou coisa e, no plural, quando tem por sujeito mais de uma pessoa ou coisa. (p. 368)

*Sintático*⁷¹:

Colocado junto do verbo principal, o GERÚNDIO expressa de regra uma ação simultânea, correspondente a um adjunto adverbial de modo:

Maciel ouvia sorrindo.

(Machado de Assis, OC, II, 506) (p. 480)

*Semântico*⁷²:

O verbo lembrar(-se) apresenta os mesmos tipos de construção que o seu antônimo esquecer(-se). Assim:

1) Com o sentido de “trazer à lembrança”, “evocar”, “sugerir”, “recordar-se” é TRANSITIVO DIRETO (...). (p. 517)

Ainda sobre esse assunto, vale destacar que a obra de Cunha & Cintra, por fundamentar-se nos conhecimentos da Lingüística desenvolvidos no século XX, recebeu influências do trabalho de Mattoso Câmara. Isso pode ser observado no momento em que os autores usam a noção de morfema, apresentada por Câmara Junior em sua obra *Princípios de Lingüística Geral*.⁷³

Além disso, é importante destacar que, de acordo a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, a interjeição não pertence às classes de palavras, uma vez que é considerada um vocábulo-frase. Sobre isso, dizem os autores: “A interjeição, vocábulo-frase, fica excluída de qualquer das classificações”. (p. 77).

Essa atitude dos autores de não considerarem a interjeição como elemento que compõe as classes de palavras, demonstra a influência que essa obra recebeu do estruturalista-funcionalista Tesnière (1969).⁷⁴ Segundo Carone (2000:47), esse estudioso assevera que “as interjeições não são um tipo de vocábulo, embora a gramática oficial se afeire à tradição e as considere uma décima classe de palavras”.

⁷¹ Além desse exemplo, podemos encontrar o tratamento do verbo sob o ponto de vista sintático nas seguintes páginas: 431, 460, 461, 467 a 471, 475, 476, 480, 485, 492, 497 a 499, 502, 503, 514.

⁷² Além desse exemplo, podemos encontrar o tratamento do verbo sob o ponto de vista semântico nas seguintes páginas: 517, 518, 524, 526.

⁷³ CÂMARA JR., M. *Princípios de Lingüística Geral*. 4ª ed. ver. e aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

⁷⁴ TESNIÈRE, L. *Eléments de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck, 1969.

A fim de justificar essa afirmativa, a autora citada retoma novamente Tesnière, dizendo que as interjeições

Não são vocábulos porque, não se constituindo de morfemas, desconhecem a articulação mórfica (primeira articulação); apresentam apenas a articulação fonológica (segunda articulação) e, por vezes, até configurações fonemáticas insólitas da língua.
(...) As interjeições são, na verdade, um tipo rudimentar de frase, sem estrutura mórfica ou sintática; mas são dotadas de entonação vária, que as torna capazes de exprimir modalidades diversas (...).
(p. 47)

Vale aqui destacar que, ao constatarmos que Cunha & Cintra apresentam uma obra que leva em conta os aspectos formal, sintático e semântico das classes de palavras, demonstramos o caráter filológico desse trabalho. Afinal, para que pudéssemos comprovar essa asserção, fizemos uma leitura detalhada da obra, respeitando sempre as idéias manifestadas por seus autores.

Finalmente, chegamos ao último objetivo também implicitamente expresso. Celso Cunha & Lindley Cintra mencionam que sua gramática pode ser também considerada como uma introdução à estilística do português contemporâneo, pois ela procura valorizar os meios expressivos do idioma. Assim dizem eles:

Notar-se-á, por outro lado, uma permanente preocupação de salientar e valorizar os meios expressivos do idioma, o que torna esse livro não apenas uma gramática, mas de certo modo, uma introdução à estilística do português contemporâneo. (p. XV)

No estudo da obra, pudemos constatar que realmente Cunha & Cintra tratam de questões estilísticas. Isso pode ser observado principalmente ao longo dos capítulos 19, 20 e 21, os quais focalizam as Figuras de Sintaxe, o Discurso Direto,

Indireto e Indireto Livre e a Pontuação, respectivamente. Selecionamos dois trechos que comprovam a ênfase dada pelos autores a essas questões:

A ZEUGMA tem na oração comparativa um campo privilegiado de produção de efeitos estilísticos, como nos mostram estes exemplos:

Unidas, bem como as penas
 Das duas asas pequenas
 De um passarinho do céu...
 Como um casal de rolinhas,
 Como a tribo de andorinhas
 Da tarde no frouxo véu
 Castro Alves, EF, 125) (p. 607)

Pleonasmo é a superabundância de palavras para enunciar uma idéia, como se vê nestes passos, em que se procura reproduzir a fala popular:

- Entra pra dentro, Carlinhos.
 (J. Lins do Rego, ME, 186.) (p. 607)

Ainda sobre esse assunto, os autores fazem algumas observações. Vejamos algumas delas:

(...) no DISCURSO INDIRETO o narrador subordina a si a personagem, com retirar-lhe a forma própria e afetivamente matizada pela expressão. Mas não se conclua daí que tal modalidade de discurso seja uma construção estilística pobre. O seu uso ressalta o pensamento, a essência significativa do enunciado reproduzido (...).

É, na verdade, do emprego sabiamente dosado de um e outro tipo de discurso que os bons escritores extraem da narrativa os mais variados efeitos artísticos (...) (p. 620-621)

Há escritores que, para acentuar, nos diálogos, a atitude de expectativa de um dos interlocutores, usam reduzir a sua réplica ao ponto-de-interrogação, seguido às vezes do ponto-de-exclamação. Esses recursos de pontuação não têm apenas valor lingüístico; visam a indicar também a expressão do corpo e do espírito que acompanha e valoriza a pausa lingüística. (p. 638)

Uma vez que constatamos que os autores da Nova Gramática do Português Contemporâneo atingiram os objetivos traçados em seu prefácio, apresentamos, no próximo item, a análise da estrutura da obra.

3.1.2 – A estrutura da obra

A obra aqui analisada é composta por 22 capítulos. Eles trazem muitas contribuições no que diz respeito às informações sobre o português contemporâneo, pois, baseada nos escritores da literatura de Língua Portuguesa a partir do Romantismo, dá ênfase às variações diatópicas, apresentando abonações com trechos do Português europeu, do brasileiro e das nações lusófonas.

Isso pode ser observado, principalmente ao longo do capítulo 13. Nele, Cunha & Cintra trabalharam a classe de palavra “verbo”, expondo uma análise contrastiva da variante americana e da européia. Vejamos alguns exemplos:

No português padrão e nos dialetos setentrionais de Portugal predomina hoje a construção, de sentido idêntico, formada de estar (ou andar) + PREPOSIÇÃO a + INFINITIVO, que aparece, vez por outra, na pena de escritores brasileiros. (p. 385)

O verbo mobiliar (do português do Brasil) apresenta, nas formas rizotônicas, o acento na sílaba bí: PRESENTE DO INDICATIVO: mobílio, mobílias, mobília, mobíliam; PRESENTE DO SUBJUNTIVO: mobílie, mobílies, mobílie, mobíliem; etc. Mas, em verdade, tal anomalia é mais gráfica do que fonética. Este verbo também se escreve mobilhar, variante gráfica admitida pelo Vocabulário Oficial e que melhor reproduz a sua pronúncia corrente. Advirta-se, ainda, que em Portugal a forma preferida é mobilar, conjugada regularmente. (p. 411)

A Nomenclatura Gramatical Brasileira eliminou a denominação de MODO CONDICIONAL para o FUTURO DO PRETÉRITO. Apesar de, no projeto de Nomenclatura Gramatical Portuguesa não se ter adotado esta última designação, decidimos optar pelo seu emprego nesta obra porque, em nossa opinião, se trata de um tempo (e não de um modo) que só se diferencia do FUTURO DO PRESENTE por se referir a fatos passados,

ao passo que o último se relaciona com fatos presentes. E acrescenta-se que ambos aparecem nas asserções condicionadas, dependendo o emprego de um ou de outro do sentido da oração condicionante.

Comparem-se:

Se ele vier, não sairei.

Se ele viesse, não sairia. (p. 452)

O uso de *ter* impessoal deve estender-se ao português das nações africanas. De sua vitalidade em Angola há abundante documentação na obra de Luandino Vieira (...). (p. 127)

Vale assinalar, além disso, que uma outra contribuição trazida pela *Nova Gramática do Português Contemporâneo* diz respeito ao rompimento que ela faz com a forma de apresentação da morfologia e da sintaxe. Isso significa que ela traz esses elementos numa perspectiva morfossintática: introduz as classes gramaticais e, em seguida, evidencia a função sintática exercida por elas. Essa postura demonstra a influência do espírito de época nesse trabalho, uma vez que os estruturalistas e os gerativistas já haviam buscado a sobreposição desses dois níveis lingüísticos, atitude adotada por Cintra & Cunha. (Cf. Lopes, 1976)

Para aprofundarmos a análise da obra, é imprescindível que agora focalizemos detidamente as subdivisões das unidades gramaticais que os autores propõem em sua gramática. Contudo, vale lembrar que não nos prendemos somente a essas subdivisões, uma vez que procuramos observar seu conteúdo a fim de discutir os processos de continuidade e ruptura apresentados pela gramática.

Celso Cunha, no capítulo 1, conceitua linguagem, língua, discurso e estilo. Além disso, explicita as diferenças internas de uma língua, isto é, as variações diatópicas (dialetos regionais), diastráticas (dialetos sociais) e diafásicas (variedades estilísticas). Apresenta, ainda, a diversidade geográfica da língua e a noção de correto em Língua Portuguesa.

Dessa forma, é importante mencionar que todos esses conceitos estão de acordo com o “espírito de época” em que a obra foi produzida. Afinal esses são conceitos trazidos pela Sociolingüística que, conforme mencionado anteriormente, estava em pleno desenvolvimento no período em que a obra de Cunha & Cintra foi produzida.

Observa-se ainda que os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* se voltam a um estudo descritivo da língua, pois discutem questões lingüísticas como a noção de “correto” em Língua Portuguesa. Assim, ampliam esse conceito em relação à Gramática Tradicional, ao apontar que “correto” é tudo aquilo que a comunidade lingüística aceita como parte de sua gramática. Sobre esse assunto, dizem Cunha & Cintra:

Jespersen define o ‘lingüisticamente correto’ como aquilo que é exigido pela comunidade lingüística a que se pertence. O que difere é o ‘lingüisticamente incorreto’. (p. 06)

Verificamos, portanto que esses gramáticos acreditam que a noção de “correto” esteja estritamente vinculada àquilo que é (ou não) aceito pela comunidade lingüística, uma vez que, conforme mencionado no capítulo anterior, é a sua organização responsável por uma série de condições as quais determinam a escolha de uma ou de outra forma variante.

O capítulo 2, cuja autoria é de Lindley Cintra, trata do atual domínio da Língua Portuguesa. O autor divide as variedades do português em:

- a) Dialetos do português europeu;
- b) Dialetos das ilhas atlânticas;
- c) Dialetos brasileiros;
- d) Português da África, Ásia e Oceania (neste item, define as línguas crioulas e não-crioulas).

No que tange ao capítulo 3, em grande parte autoria de Lindley Cintra, ele trata de Fonética e Fonologia. Nele, são abrangidos temas como os sons da fala; o aparelho fonador e seu funcionamento; a definição de som e de fonema; a descrição fonética e fonológica; a classificação das consoantes, das vogais e das semivogais.

Além disso, os autores contrastam a pronúncia culta entre o português americano e o europeu.

Ao longo do capítulo 4, observamos um estudo sobre a Ortografia, em que Celso Cunha expõe as diferenças existentes entre as ortografias oficialmente adotadas em Portugal e no Brasil. Além disso, podemos encontrar, neste capítulo, as definições de letra e alfabeto, bem como a exposição das notações léxicas e das regras de acentuação.

No capítulo 5, há o tratamento de Classe, Estrutura e Formação de Palavras. Nele, há a definição de morfema, que é dividido em lexical e gramatical. As palavras são estruturadas em radicais, desinências, afixos, vogais temáticas, vogais e consoantes de ligação. Há ainda um item sobre a formação das palavras, mostrando que podem ser primitivas ou derivadas.

Quanto ao capítulo 6, Celso Cunha apresenta a derivação e a composição de palavras. Dessa maneira, conceitua a formação de palavras como:

(...) o conjunto de processos morfossintáticos que permitem a criação de unidades novas com base em morfemas lexicais. Utilizam-se assim, para formar as palavras, os afixos de derivação ou os procedimentos de composição. (p. 83)

Ao tratar da derivação, Celso Cunha focaliza as derivações prefixal, sufixal, parassintética, regressiva e imprópria. Quanto à composição, o autor trata dos compostos eruditos, da recomposição, do hibridismo e da onomatopéia. Ele finaliza o capítulo, tratando da abreviação vocabular.

No capítulo 7, o autor conceitua frase, oração e período. Trata da oração e de seus termos essenciais (sujeito e predicado); da oração e de seus termos integrantes (complemento nominal e complementos verbais); da oração e de seus termos acessórios (adjunto adverbial, aposto e vocativo); da inversão dos termos na oração. Celso Cunha finaliza este capítulo, mostrando a importância da entoação

oracional que, dependendo da intenção do falante, pode acarretar diferentes interpretações de uma mesma mensagem.

Do capítulo 8 ao 16, são focalizadas as Classes de Palavras, correspondente à Morfologia, cuja divisão ocorre da seguinte forma: substantivo, artigo, adjetivo, pronomes, numerais, verbo, advérbio, preposição e conjunção. É importante mencionar ainda que, dentre esses capítulos, Lindley Cintra colabora, no que diz respeito aos aspectos contrastivos, somente no capítulo 13. Quanto ao capítulo 17, trata da interjeição que, segundo Celso Cunha, não compõe as classes de palavras, pois ele a considera “um vocábulo-frase”.

O capítulo 18 trata do período e de sua construção. Nele há a menção de que, no capítulo 7, já houve o estudo do período simples – aquele constituído de uma só oração. Nesse momento, Celso Cunha dá atenção às orações coordenadas e às subordinadas.

Quanto ao capítulo 19, Cunha remonta ao estudo das figuras de sintaxe. Encontramos aqui o tratamento das seguintes figuras: elipse, zeugma, pleonasma, hipérbato, anástrofe, prolepse, sínquise, assíndeto, polissíndeto, anacoluto e silepse.

No capítulo 20, Celso Cunha dedica-se ao estudo do discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre. Quanto ao capítulo 21, há um estudo sobre a pontuação o qual é dividido em sinais pausais e sinais melódicos.

Para finalizar a obra, o gramático brasileiro produz um longo capítulo, no qual aborda algumas noções de versificação, apresentando um estudo sobre a estrutura do verso, os tipos de versos, a rima, a estrofação e os poemas de forma fixa.

Após a apresentação dos capítulos da Nova Gramática do Português Contemporâneo, passamos à análise dos capítulos 11 e 13. É mister assinalar que essa escolha está vinculada ao fato de esses capítulos demonstrarem, claramente, a ênfase que os autores dão às variações diatópicas, bem como aos aspectos da morfossintaxe. Afinal, esses dois conceitos são responsáveis pela característica inovadora, bem como pelo avanço no âmbito dos estudos sobre a linguagem que essa gramática traz.

No capítulo 11, Celso Cunha focaliza os pronomes que, segundo ele, “desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos elementos nominais” (p. 268). Nessa parte da obra, foi possível constatar uma das

contribuições que ela traz para os estudos gramaticais – a morfossintaxe -, isto é, o estudo das classes de palavras e das funções sintáticas que elas exercem.

Nesse contexto, para que possamos compreender tal contribuição, basta observarmos os seguintes exemplos:

Os pronomes (..) servem pois:

a) para representar um substantivo:

Os campos, que suportaram a longa presença solar a queimá-los incessantemente, recebem agora a água abundante com uma gula feliz.

(A. Frederico Schmidt, GB, 294)

b) para acompanhar um substantivo determinando-lhe a extensão do significado:

Quanto valem, és capaz de dizer? Leques espanhóis, de seda, de alguma bisavó do meu tio cônego, com estas pérolas de prata e oiro!

(F. Namora, TJ, 103)

Quanto à função, as formas do pronome pessoal podem ser RETAS ou OBLÍQUAS. RETAS, quando funcionam como sujeito da oração; OBLÍQUAS, quando nela se empregam fundamentalmente como objeto (direto ou indireto). (p. 269)

Os exemplos mencionados mostram aspectos da morfossintaxe, na medida em que descrevem a classe gramatical “pronome”, levando em conta a função sintática que ela pode exercer. Desse modo, no primeiro exemplo, o pronome passa a ter o valor de substantivo ou de adjetivo. Já no segundo exemplo, o pronome pessoal reto assume o valor de sujeito da oração e o pronome pessoal oblíquo o de objeto direto ou indireto.

No capítulo 13, os autores tratam da classe de palavra “verbo” sob as perspectivas formal, funcional e semântica, conforme discutimos anteriormente. Não obstante, é importante dizermos que não nos remontamos aqui a esses aspectos. Na verdade, o que queremos mostrar é que, no presente capítulo, podemos constatar com mais facilidade a influência que a obra analisada recebe da Sociolinguística.

Nesse capítulo, encontramos muitas ocorrências de variações diatópicas, uma vez que Lindley Cintra expõe aspectos contrastivos da variante europeia e da americana. Dele, retiramos alguns exemplos que comprovam esse tratamento:

No português padrão e nos dialetos setentrionais de Portugal predomina hoje a construção, de sentido idêntico, formada de estar (ou andar) + PREPOSIÇÃO 'a' + INFINITIVO, que aparece, vez por outra, na pena de escritores brasileiros (...). (p. 385)

Muitos verbos da língua portuguesa apresentam diferenças de timbre na vogal do radical conforme nele recaia ou não o acento tônico. Estas diferenças não são exatamente as mesmas na variante europeia e na variante brasileira da língua portuguesa, devido sobretudo ao fenômeno da redução das vogais em sílabas átonas (...). (p. 402)

(...) há um grupo de verbos em -iar que, no português de Portugal e na língua popular do Brasil, não seguem uma norma fixa, antes vacilam entre os modelos de anunciar e incendiar. São, entre outros, os verbos agenciar, comerciar, negociar, obsequiar, premiar e sentenciar. (p. 411)

Tratando ainda desse capítulo, encontramos um grande número de características que comprovam que a base teórica desta gramática é a Sociolingüística. Nessa medida, podemos reafirmar que Cunha & Cintra desenvolveram um trabalho descritivo do português contemporâneo, voltado para as variações diatópicas da língua portuguesa, principalmente no que diz respeito às variantes americana e europeia.

Ainda sobre os capítulos 11 e 13, concluímos que eles mostram os principais avanços desta gramática, pois ela representou, para aquele momento, década de 1980, um processo de ruptura o qual proporcionou uma nova maneira de se encarar os estudos gramaticais. Logo, essa obra revela uma preocupação em compreender a Língua Portuguesa nos diversos países que a têm como língua oficial, considerando a variante lingüística que não compromete a unidade da língua da comunidade lusófona.

Vale mencionar ainda que ela apresenta uma outra ruptura em relação às gramáticas anteriores. Afinal, estas seguem o modelo greco-latino, apresentando a morfologia e a sintaxe separadamente. Além disso, os conceitos relacionados às variações lingüísticas não são por elas considerados.

Assim, para que possamos destacar a asserção de que a Nova Gramática do Português Contemporâneo apresenta um processo de ruptura em relação às gramáticas anteriores, fizemos uma breve análise da 19ª edição da *Moderna Gramática da Língua Portuguesa*, de Evanildo Bechara, cuja publicação ocorreu no ano de 1975, dez anos antes da publicação da obra de Celso Cunha & Lindley Cintra.

Ao estudarmos o conteúdo trazido pela obra de Bechara (1975), notamos que ela segue o modelo greco-latino. Assim, já nas linhas do prefácio, o próprio autor faz menção ao que dissemos. Vejamos:

(...) Não se rompe de vez com uma tradição secular: isto explica por que esta Moderna Gramática traz uma disposição da matéria mais ou menos conforme o modelo clássico. (p. 21)

Ainda tratando desse assunto, observamos que Bechara apresenta a morfologia e a sintaxe separadamente. Isso significa que o autor da *Moderna Gramática da Língua Portuguesa* não focaliza as classes de palavras sob um ponto morfossintático. Desse modo, selecionamos dois exemplos capazes de evidenciar o que dissemos. São eles:

Os substantivos abstratos designam ações (beijo, trabalho, saída, cansaço), estado e qualidade (prazer, beleza), considerados fora dos seres, como se tivessem existência individual. (p. 73)

Aos adjetivos se aplicam às mesmas regras de plural dos substantivos. Quanto ao plural dos adjetivos compostos, lembraremos que normalmente só o último varia:

Amizades luso-brasileiras, reuniões lítero-musicais. (p. 89)

Por fim, é necessário salientar que, apesar de Bechara mencionar, na introdução de sua obra, que “a língua pode apresentar particularidades cujo conjunto caracteriza a língua regional” (p. 24), produziu uma gramática normativo-descritiva a qual visa a uma descrição do português, embora leve em conta a norma-padrão.

Finalmente, após a análise da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, pudemos constatar uma preocupação em descrever os tópicos com exemplos de todas as regiões em que se fala o português, sendo a maior parte deles do português do Brasil e do português de Portugal. Nesse sentido, os autores procuram conduzir o leitor a uma compreensão das variantes europeia e americana. Observamos essa preocupação em toda obra, o que nos permite destacar alguns exemplos⁷⁵. São eles:

Nas formas do modo indicativo, quando o pronome sujeito vem expresso, a ênclise do pronome oblíquo é a construção preferida em Portugal e a próclise, a normal no Brasil. (p. 400)

E, ainda:

A colocação dos pronomes átonos no Brasil, principalmente no colóquio normal, difere da atual colocação portuguesa e encontra, em alguns casos, similar na língua medieval e clássica. (p. 307)

⁷⁵ Além dos exemplos citados, podemos encontrar outros nas páginas 385, 402 a 407, 411, 420, 427, 431, 452, 487 e 510. Contudo, é importante enfatizar que, além das referidas páginas, há outras que evidenciam a ênfase na variante americana e europeia.

Ao longo da análise apresentada foi possível constatar que os autores conseguiram atingir os objetivos gerais de seu trabalho, uma vez que apresentaram uma gramática voltada para a descrição do português contemporâneo com ênfase nas variações lingüísticas. Isso pode ser comprovado por meio dos trechos citados em nossa análise. Quanto a sua coerência, verifica-se que ela está presente em todo o corpo do trabalho, pois os autores, de um modo geral, desenvolveram tudo o que propuseram em seu prefácio.

Desse modo, a obra aqui analisada é sinônimo de avanço no âmbito dos estudos gramaticais. Afinal, ela tem como base teórica a Sociolingüística – ramo da lingüística que estava em desenvolvimento no período de sua produção, bem como outras correntes da Lingüística do século XX, tais como o Estruturalismo e o Gerativismo. É preciso reiterar, além disso, que Celso Cunha & Lindley Cintra trazem um outro avanço para os estudos gramaticais, por focalizarem as classes de palavras em conjunto com sua função sintática, logo numa perspectiva morfossintática.

Tendo em vista que esta obra recebeu influência dos estudos lingüísticos contemporâneos, conforme mencionamos, é fundamental destacar que ela faz um estudo da palavra à frase, não considerando, portanto, as questões discursivas como fator indispensável para os estudos gramaticais. O que não é de se surpreender, uma vez que, apesar de a Lingüística Textual ter tido seu desenvolvimento na década de 1960 e 1970, os gramáticos da época remontavam-se aos estudos gramaticais somente no nível frasal.

Uma vez que conhecemos as contribuições trazidas pela *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, passamos ao próximo item. Nele, buscamos possíveis pontos de contato entre a obra de Celso Cunha & Lindley Cintra e o conteúdo apresentado pela *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional* nº 5.692/71.

3.1.3 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” nº 5.692/71

Nosso objetivo, neste tópico sob análise, é apontar a relação entre as idéias trazidas pela *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e as que estão presentes na LDB nº 5.692/71, o que comprova a inserção de ambas no “clima de opinião” em que foram desenvolvidas. Procuramos também mostrar a antecipação que a obra de Cunha & Cintra apresenta ao tratar de questões lusófonas num momento em que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) não havia sido institucionalizada.

Ao remontarmos-nos ao “clima de opinião” em que essa gramática foi produzida, verificamos que ela apresenta alguns pontos de contato com a LDB nº 5.692/71. Isso pode ser observado no artigo 29 da referida lei:

A formação de professores e especialistas para o ensino de 1º e 2º graus será feita em níveis que se elevem progressivamente, **ajustando-se as diferenças culturais de cada região do País**⁷⁶, e com orientação que atenda aos objetivos específicos de cada grau, às características das disciplinas, áreas de estudo ou atividades e às fases de desenvolvimento dos educandos.

No caput acima transcrito, observa-se uma preocupação com as diferenças culturais de cada região do país. Quando tratamos dessas diferenças, voltamos-nos aos costumes, ao modo de pensar, falar e agir característicos de uma determinada região⁷⁷ do país. Assim, esse artigo da LDB engloba também uma preocupação com as variações diatópicas do Brasil.

Isso nos possibilitou o estabelecimento de um possível paralelo entre essa lei e uma das características apresentadas pela *Nova Gramática do Português*

⁷⁶ Grifos nossos.

⁷⁷ Definição baseada em HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. & FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss de Língua Portuguesa*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

Contemporâneo, uma vez que ela apresenta um conteúdo voltado para as variações diatópicas do Brasil, de Portugal e das nações lusófonas da África. Esse aspecto, presente tanto na gramática quanto na lei, aponta para um traço do pensamento lingüístico naquele momento.

Entretanto, como nosso foco está nas variações diatópicas do Brasil, haja vista que aqui tratamos de uma legislação educacional brasileira, expomos somente exemplos que evidenciam esses aspectos. Observemos:

De acordo com Antenor Nascentes, é possível distinguir dois grupos de dialetos brasileiros – o do Norte e o do Sul –, tendo em conta dois traços fundamentais:

a) a abertura das vogais pretônicas, nos dialetos do Norte, em palavras que não sejam diminutivo nem advérbios em –mente: pègar por pegar, còrrer por correr;

b) o que ele chama um tanto impressionisticamente a “cadência” da fala: fala “cantada” no Norte, fala “descansada” no Sul.

A fronteira entre os dois grupos de dialetos passa por uma “zona que ocupa uma posição mais ou menos equidistante dos extremos setentrional e meridional do país. Esta zona se estende, mais ou menos, da foz do rio Mucuri, entre Espírito Santo e Bahia, até a cidade de Mato Grosso, no Estado do mesmo nome. (p. 21)

(...) Classificamos a vibrante forte ou múltipla [R] como velar ou [- anterior, - coronal], por ser esta a sua pronúncia mais corrente no português de Lisboa e do Rio de Janeiro. A antiga vibrante alveolar múltipla [r] mantém-se, no entanto, viva na maior parte de Portugal e em extensas zonas do Brasil, como, por exemplo, o Rio Grande do Sul. Uma realização dorso-uvular múltipla ocorre também por vezes em Lisboa e no português popular do Rio de Janeiro. Aponte-se, por fim, a realização linguopalatal velarizada, que se observa na região Norte de São Paulo, Sul de Minas e outras áreas do Brasil e é conhecida por r- caipira (...). (p. 46)

Considerando os aspectos no âmbito da LDB nº 5.692/71 apresentados, podemos reafirmar que Celso Cunha & Lindley Cintra proporcionam avanços no que concerne aos estudos gramaticais. Afinal, produzem já na década de 1980, uma obra que trata de questões sociolingüísticas e lusófonas⁷⁸.

⁷⁸ Ver itens 3.1.1; 3.1.2 e 3.1.6.

Com o intuito dar prosseguimento a nossa pesquisa, focalizamos, a seguir, uma análise da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, procurando estabelecer prováveis relações entre o conteúdo dessa obra e o dos Parâmetros Curriculares Nacionais. Isso nos dará mais argumentos para a asserção que fizemos acerca da antecipação apresentada pela obra de Cunha & Cintra.

3.1.4 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Parâmetros Curriculares Nacionais”

Uma leitura mais atenta dos Parâmetros Curriculares Nacionais nos permitiu observar algumas aproximações entre eles e a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Sabemos que essa afirmativa pode causar estranhamento, haja vista que os PCNs foram desenvolvidos num período posterior à publicação da referida obra. Entretanto, nosso objetivo é mostrar sua antecipação no que se refere aos conceitos trazidos pelos Parâmetros.

Após o estudo da obra de Cunha & Cintra, verificamos que ela é uma gramática inovadora para o período em que foi escrita, pois valoriza as variações diatópicas da Língua Portuguesa, principalmente aquelas entre o português americano e o europeu, num período em que a Sociolingüística começava a ganhar forças.

Levando em conta essas variações e voltando-nos ao conteúdo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, é possível verificarmos que a obra de Celso Cunha & Lindley Cintra antecipa-se quanto ao ensino de Língua Portuguesa. Para que mostremos isso, selecionamos alguns trechos da gramática, contrastando-os com trechos dos PCNs.

Encontramos abonações sobre as variantes diatópicas da Língua Portuguesa em muitos pontos da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. No trecho a seguir, verificamos a atenção dada a esse aspecto:

Na linguagem corrente do Brasil evitam-se as formas do sujeito composto que levam o verbo à 2ª pessoa do plural, em virtude do desuso do tratamento vós e, também, da substituição do tratamento tu por você, na maior parte do Brasil.

Em lugar da 2ª pessoa do plural, encontramos, vez por outra, tanto em Portugal como no Brasil, o verbo na 3ª pessoa do plural, quando um dos sujeitos é da 2ª pessoa do singular (tu) e os demais da 3ª pessoa. (p. 487)

Ao tratar da noção de “correto”, Celso Cunha menciona que não podemos elencar o que é “correto” ou “incorreto” na língua. Na verdade, há várias formas de realização da língua, cuja escolha dependerá dos diversos contextos de uso. Assim, diz ele:

Se uma língua pode abarcar vários sistemas, ou seja, as formas ideais de sua realização, a sua dinamicidade, o seu modo de fazer-se, pode também admitir várias normas, que representam modelos, escolhas que se consagraram dentro das possibilidades de realizações de um sistema lingüístico. (p. 07)

Ao longo dos PCNs é notória a mesma preocupação exposta na obra de Celso Cunha & Lindley Cintra no que se trata da adequação da fala ao contexto de uso. Assim, os Parâmetros dizem esperar que os alunos sejam capazes de:

Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam; (PCNEF, p.41)

Sobre isso, dizem os PCNs do Ensino Médio:

(...) cabe à escola propiciar que o aluno participe de diversas situações de discurso, na fala ou na escrita, para que tenha oportunidade de avaliar a adequação das variedades lingüísticas às circunstâncias comunicativas. (PCNEM, p.75)

No que se refere às variações diatópicas e diastráticas, encontramos nos PCNs a seguinte menção:

A Língua Portuguesa, no Brasil, possui muitas variedades dialetais. Identificam-se geográfica e socialmente as pessoas pela forma como falam. Mas há muitos preconceitos decorrentes do valor social relativo que é atribuído aos diferentes modos de falar: é muito comum se considerarem as variedades lingüísticas de menor prestígio como inferiores ou erradas. (PCNEF, p. 31)

Diante do exposto, verifica-se que alguns dos conceitos sobre a Sociolingüística trazidos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais estão presentes na Nova Gramática do Português Contemporâneo, o que demonstra que essa obra realmente é sinônimo de antecipação dos estudos gramaticais, pois ela trata de questões lingüísticas que, somente no final da década de 90 do século XX, foram focalizadas nas aulas de Língua Portuguesa.

Passemos agora às possíveis aproximações entre essa obra e a Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46/86.

3.1.5 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Lei de Bases do Sistema Educativo” nº 46/86

A seguir, relacionamos a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* com a Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46/86. Para tanto, selecionamos alguns

pontos da gramática, contrastando-os com trechos dessa LBSE, a fim de mostrarmos a antecipação que ela apresenta no que concerne a essa lei.

A lei nº 46/86, nos §4º e §5º do artigo 47º, focaliza as variações diatópicas – assunto bastante explorado por Celso Cunha & Lindley Cintra. Ao tratar do Ensino Básico, diz o §4º, denominado Desenvolvimento Curricular:

4- Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

No que se refere ao Ensino Secundário, encontramos no §5º:

5- Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio económicas e pelas necessidades de pessoal qualificado.

Nos parágrafos acima transcritos, nota-se uma preocupação com a adequação dos planos curriculares a cada região do país. Assim, subentende-se que ela está vinculada a diversos fatores, tais como, as diferentes variantes lingüísticas presentes em todo o território português, as diferenças sócio-econômicas, as diferenças culturais etc.

Apoiados nisso, verificamos que a obra de Cunha & Cintra, publicada no ano de 1985, antecipa-se ao tratar de variação, pois ela só aparece na legislação educacional portuguesa com a publicação da LBSE 46/86. Destarte, para que o leitor compreenda o que dissemos, basta observar alguns trechos da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* apresentados às páginas 109, 110, 111, dentre outras.

Uma vez que expusemos as possibilidades de aproximação entre a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e a Lei de Bases do Sistema Educativo nº 46/86, passamos à análise dessa obra, buscando estabelecer suas relações com os Programas de Língua Portuguesa. Com ela, podemos reafirmar a antecipação que Cunha & Cintra apresentam quanto ao ensino de Língua Portuguesa.

3.1.6 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Programas de Língua Portuguesa”

Neste ponto de nossa pesquisa, procuramos mostrar as possíveis relações entre a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra, e os Programas de Língua Portuguesa, dos Ensinos Básico e Secundário. Isso nos dará elementos para reafirmar que a gramática analisada representa antecipação quanto ao ensino de Língua Portuguesa.

Ao analisarmos os Programas, notamos que há a possibilidade de estabelecermos relações entre eles e a obra de Cunha & Cintra. Apesar de tal afirmativa causar estranhamento, uma vez que os Programas de Língua Portuguesa foram publicados num período posterior à gramática, é necessário salientar que o que pretendemos é mostrar a antecipação que os autores citados apresentam em sua obra gramatical.

O compêndio sob análise pode ser encarado como uma obra que se antecipa quanto aos conceitos que podem ser ensinados na escola porque expõe, na década de 80 do século XX, conceitos da Sociolingüística e da Lusofonia que foram abordados com maior intensidade, no ensino de Língua Portuguesa, somente na década de 90. Prova disto, são os próprios Programas, os quais tratam de questões sociolingüísticas e lusófonas somente na última década do século passado.

Ao longo da gramática em questão, encontramos um conteúdo que considera as variantes dos países que têm como língua oficial a Língua Portuguesa, conforme exemplos às páginas 109, 110, 111, 114, 116, dentre outras. Quanto aos Programas

de Língua Portuguesa, eles fazem abonações sobre as variações diatópicas e diastráticas, demonstrando constantemente a sua importância. Assim, um dos objetivos dos Programas do Ensino Básico é:

- Alargar a competência comunicativa pela confrontação de variações linguísticas regionais ou sociais com formas padronizadas da língua (PLPEB, p. 16)

Já nos Programas do Ensino Secundário, encontramos a ênfase em conteúdos como:

- Língua, Comunidade Linguística, variação e mudança
 - Língua e Falante;
 - Variação e Normalização linguística
- Variedades do português (PLPES, p. 12)

É imprescindível que tratemos, separadamente, de um dos volumes do Programa de Língua Portuguesa do Ensino Secundário – Programa de Literaturas de Língua Portuguesa: Curso Geral de Línguas e Literaturas. Nele, encontramos um conteúdo voltado para o ensino de Literatura dos países cuja língua oficial é a Língua Portuguesa. O que demonstra uma atenção para a questão da Lusofonia; assunto tratado por Cunha & Cintra já na década de 1980. Vejamos o que dizem os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, ao tratarem de questões lusófonas:

(...) Sentíamo-la como uma urgente necessidade para o ensino de língua portuguesa não só em Portugal, no Brasil e nas nações lusófonas da África (...). (p. XIII)

E ainda:

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como a têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá (...). (p. XIV)

Quanto ao Programa de Literaturas de Língua Portuguesa: Curso Geral de Línguas e Literaturas, podemos citar alguns trechos reveladores da importância da Lusofonia. Já na introdução, encontramos referência a esse assunto:

As Literaturas de Língua Portuguesa

Como indica o nome da disciplina, um dos seus primeiros dados de caracterização consiste na pluralidade das matérias que a compõem, distribuídas por dois domínios, o da repartição no espaço geográfico e o da pertença nacional. Na primeira figuram as áreas do Brasil, de África e da Ásia-Sul, enquanto no das nacionalidades comparecem, além da literatura brasileira, cinco africanas, cabo-verdiana, guineense, são-tomense, angolana, moçambicana e a timorense, todas ligadas pela partilha da mesma língua de mediação discursiva e de comunicação. (PLPES, p. 03)

Mais adiante, há menção às diferentes literaturas dos países de Língua Portuguesa. Observemos:

(...) A mesma língua é o mediador de distintas literaturas, a que correspondem linguagens estéticas “outras” e formas diferentes de ser da língua portuguesa, e por isso operadoras visíveis da demarcação das distintas literaturas nacionais. (PLPES, p. 06)

Na análise aqui exposta, pudemos verificar que a gramática de Cunha & Cintra reflete um conteúdo que se antecipa quanto ao ensino de Língua Portuguesa. Afinal, ela trata de conceitos da Sociolingüística, bem como da Lusofonia, num período muito anterior à publicação dos Programas de Língua Portuguesa.

Concluída a análise da obra de Celso Cunha & Lindley Cintra, passamos à análise da *Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra; Gramática da Frase e Gramática do Texto/Discurso*, de Koch & Vilela. Nela, procuramos seguir os mesmos caminhos que nos levaram à análise da primeira obra, o que nos permite, ao final da pesquisa, mostrar os avanços por que passaram as concepções de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação no intervalo que separa ambas as obras.

3.2 – “Gramática da Língua Portuguesa”: ruptura ou continuidade?

Nesta segunda análise, aplicamos as mesmas categorias utilizadas na primeira, uma vez que esta pesquisa visa estabelecer relações entre a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e a *Gramática da Língua Portuguesa*, numa perspectiva historiográfica. Nesse sentido, discutimos algumas questões como os objetivos que Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela tiveram ao produzir sua obra; se é coerente criar linhas de fronteiras, mesmo que tênues, entre os três tipos de gramáticas apresentados; se esta gramática é prescritiva ou descritiva, com ênfase numa perspectiva discursiva e, por fim, se os autores realmente trataram da gramática como uma noção polissêmica.

Antes de nos voltarmos ao estudo do prefácio, das subdivisões gramaticais, assim como do conteúdo abrangido por toda a obra, é necessário que busquemos, no “clima de opinião” já traçado (ver capítulo 2), os aspectos lingüísticos que mais influenciaram a sua produção. Nesse sentido, observamos que a *Gramática da Língua Portuguesa* mantém seus alicerces em alguns modelos da Lingüística contemporânea, a saber: a Pragmática, a Lingüística do Discurso (inseridas nela a Análise do Discurso, a Análise da Conversação e a Lingüística Textual), a Sociolingüística e a Lingüística Funcional.

Nesse contexto, a fim de comprovar o que dissemos no parágrafo anterior, destacamos alguns trechos da obra que evidenciam a influência de cada um dos paradigmas acima citados. Vejamos:

- **Pragmática:**

(...) Muitos lingüistas, contudo, especialmente em países europeus como a França, a Alemanha, a Inglaterra, passaram a voltar sua atenção para a linguagem enquanto atividade e, portanto, para as relações entre a língua e seus usuários e para as ações que se realizam quando se usa a língua em determinadas circunstâncias de enunciação. Assim, pouco a pouco, vai ganhando terreno a lingüística pragmática. (p. 412)

- **Lingüística do Discurso:**

Análise do Discurso:

Pêcheux, pioneiro da A.D. francesa, trabalha basicamente com a concepção de discurso como conjunto de enunciados, embora não abandonando a questão da enunciação, por ele entendida de forma peculiar. (p. 427)

Análise da Conversação:

A análise da conversação é uma disciplina que se originou no interior da Sociologia Interacional (etnometodológica) americana. Tem por princípio trabalhar somente com dados empíricos, analisados em seus contextos naturais de ocorrência. (p. 430)

Lingüística Textual:

(...) a coesão é, portanto, uma relação semântica entre um elemento do texto e algum outro elemento crucial para a sua interpretação. A coesão, por estabelecer relações de sentido, diz respeito ao conjunto de recursos semânticos por meio do qual uma sentença se liga com a que veio antes, aos recursos semânticos mobilizados com o propósito de criar textos. (p. 465)

- **Sociolingüística:**

Há alguns verbos – já designados na tradição lingüística como inacusativos – que se distinguem dos verbos intransitivos normais: são os verbos “existenciais” (acontecer, existir, suceder, ocorrer), verbos de “entrada em cena” (chegar, aparecer, entrar, surgir) em que se considera que o respectivo sujeito é um autêntico complemento direto: pode (ou deve mesmo) ocorrer posposto ao verbo (...).

(Quer em PB, quer em PE⁷⁹, embora não sendo usuais, ocorrem se acompanhados de um advérbio: coisas horríveis aconteceram aqui há alguns anos⁸⁰. (p. 80)

- **Lingüística Funcional:**

A frase configura, numa “proposição”, um dado estado de coisas e ocorre num texto transformada em enunciado ou em parte de um enunciado. O enunciado é a unidade de comunicação integrada num acontecimento comunicativo concreto realizado por um falante ou escrevente. O enunciado, como fato de discurso, pode ocorrer como uma palavra apenas, como uma frase, ou como um texto composto de várias frases. Partimos do princípio de que a frase é a unidade que melhor corresponde, no plano comunicativo, ao enunciado. (p. 296-297).

⁷⁹ PB e PE equivalem, respectivamente, a Português Brasileiro e Português Europeu.

⁸⁰ Grifos nossos.

Vale ainda salientar que, além da ênfase nos paradigmas acima citamos, encontramos na obra de Koch & Vilela, mesmo que com pouca frequência, conceitos relacionados ao movimento gerativista⁸¹. Eles podem ser observados em alguns trechos da obra, tais como:

A gramática gerativa chama a estes verbos “verbos inacusativos” ou “ergativos”: faltar (falta café), crescer (crescem flores aqui). Os seus sujeitos não são argumentos externos como os sujeitos dos verbos transitivos ou dos intransitivos normais (como, por exemplo, cantar): são argumentos internos do verbo (do SV), a projeção máxima do verbo. (p. 80)

O nome é o núcleo do chamado “sintagma nominal” / “grupo nominal”. O nome constitui, normalmente, o sintagma nominal com auxílio de determinantes. O sintagma nominal pode inclusive ser constituído por vários nomes e respectivos determinantes (...). (p. 200)

Nesse sentido, podemos notar que Koch & Vilela produziram uma obra detentora de um conteúdo inovador, pois não é comum uma gramática fazer alusão a praticamente todos os paradigmas da Linguística contemporânea. Assim, seu trabalho leva em conta questões que vão desde a palavra até o texto/discurso, focalizando a gramática como uma noção polissêmica. E é exatamente por esta razão que os autores dividem sua obra nos três tipos de gramáticas já mencionados.

3.2.1 – Análise do Prefácio: objetivos da obra

No que se refere aos objetivos dos autores, procuramos discuti-los de forma a evidenciar se eles foram (ou não) alcançados. Assim, no estudo do prefácio, podemos notar que eles, admitindo que a noção de gramática seja polissêmica, têm

⁸¹ Na obra, podemos encontrar outros exemplos da influência do Gerativismo nas seguintes páginas: 469, 471, 472, 474 a 477, 479, 480, 485, 486, 490, 513, 516, 517, 519, 521, 523.

três objetivos principais, os quais estão relacionados ao desenvolvimento de uma gramática dividida em três tipos: gramática da palavra, gramática da frase e gramática do texto/discurso. Dizem eles:

(...) também a noção de gramática é bem polissêmica⁸². Conscientes dessa polissemia, titulamos a nossa gramática da língua portuguesa, com o subtítulo gramática da palavra, gramática da frase e gramática do texto/discurso, seguindo aliás o caminho que todas as correntes lingüística mais ou menos prosseguem. (p. 05)

Sobre o seu primeiro objetivo, Koch & Vilela mencionam:

Falamos de palavra e, embora passando por cima da complicada teia de discussões tecidas à volta dessa noção, apresentamos as noções mais ou menos tidas como seguras. As palavras envolvem múltiplos traços: uns de natureza puramente lexical ou semântico (os semas), outros apontando mais para a vertente gramatical. (p. 05)

Dessa maneira, ao analisarmos a gramática da palavra, pudemos selecionar alguns exemplos que evidenciam essa preocupação em focalizar os múltiplos traços que envolvem as palavras. Observemos:

(...) Partimos do pressuposto de que a grande massa das palavras da língua têm um significado lexical, significado que se situa num grau de abstração bastante alto. Vejamos as seguintes palavras:

- mesa, estudante, jogo, alegria, número;
- contar, perguntar, alegrar-se, sentar-se;
- grande, encarnado, profundo, suave, jocoso. (p. 56)

⁸² Neste trecho do prefácio, a grafia da palavra “polissêmica” está de acordo com a variante europeia.

Se algumas categorias gramaticais são mais facilmente caracterizáveis, isto não é possível para todas as categorias. Isso acontece com as categorias advérbio, preposição, pronome e conjunção. Estas categorias, no seu conjunto, exprimem, de um modo geral, a noção de “relação”: os pronomes apenas são validados pela “relação” com nomes; as conjunções “relacionam” palavras, grupo de palavras ou frases; os advérbios apenas funcionam “modificando” outros elementos, e esses elementos podem mesmo ser outros advérbios. (p. 58)

O segundo objetivo dos autores está voltado para a produção de uma gramática da frase. Sobre ela, eles dizem:

Abordamos depois – na gramática da frase – a frase e a proposição, aquela como a unidade sintática autônoma mais pequena e esta como a mais pequena unidade de conhecimento e de representação dos “estados de coisas”. Isto é, a frase é o suporte físico da proposição. Num caso e noutro, trata-se de representações abstratas, que depois serão instanciadas em enunciados concretos. Também aqui houve necessidade de recuperar conceitos e noções expostos na primeira parte. Servindo-nos de uma linha teórica que genericamente se rotula de “gramática de dependências”, na sua variante gramática de valências, tivemos necessidade de recuperar os valores dos autossemânticos para construir as estruturas fráscas e proposicionais. (p. 06)

No estudo do capítulo destinado à Gramática da Frase, notamos que a frase pode ser compreendida sob duas perspectivas: ela pode ser autônoma ou parte de uma frase complexa. Sobre isso, Koch & Vilela fazem a seguinte menção:

Por frase podem ser entendidas coisas bem diferentes. A frase pode ser autônoma ou parte de uma frase complexa (subordinante, subordinada, coordenada, frase-elemento de frase):
 O João foi à pesca [= frase autônoma]
 O João disse [= subordinante] que ia à pesca [subordinada]
 O João saiu e foi à pesca [coordenadas]
 O homem que saiu [= frase-elemento de frase] foi à pesca (p. 297)

Ainda sobre a frase e a proposição, os autores dizem:

(...) Os portadores de valência com os seus actantes (obrigatórios e facultativos) – também chamados “cases”, “casos”, “papéis semântico-funcionais” ou “arquétipos” – constituem os componentes fundamentais da semântica frásica, a sua conceptualização em estados de coisas, o seu conteúdo frásico: a proposição. (...) (p. 305)

Quanto à influência que a “gramática de dependências”, na sua variante gramática de valências exerce sobre a obra analisada, pudemos selecionar alguns trechos que a evidenciam:

(...) (iii) os objetos da realidade encontram-se ligados entre si por determinadas relações, e também o léxico dos autossemânticos, como configurações destes objetos, deve igualmente representar, na configuração frásica, essas relações (= o seu ponto de referência); (p. 313)

A valência de um verbo integra, além dos semas inerentes, um determinado número de lugares vazios (valência quantitativa): as propriedades sintáticas dos elementos que realizam esse verbo como frase, as propriedades classemáticas exigidas a cada um dos termos e as funções dos mesmos termos na frase considerada como configuração de um estado de coisas (como proposição) (...). (p. 356)

O último objetivo dos autores da obra diz respeito à produção da uma gramática do texto. Dizem eles:

Na gramática do texto / discurso servimo-nos já de esquemas como quadros de referências, como modelos de organização de textos/discursos, de guiões (scripts) como uma aplicação da teoria dos esquemas a acontecimentos seqüenciais (cfr. Schank e Abelson), de cenas como conjuntos de guiões relativos a diferentes contextos, mas com características comuns. (cfr. Schank) para estabelecermos a tipologia de textos. (p. 06)

Em se tratando desse último tipo de gramática, destacamos alguns exemplos que demonstram que Koch & Vilela atingiram os objetivos mencionados no prefácio. Além disso, vale lembrar que esses exemplos revelam a influência que o “espírito de época” exerceu sobre a gramática, pois, conforme mencionado, ela apoiou-se nos fundamentos dos paradigmas lingüísticos presentes no século XX, a partir do Gerativismo. São eles:

Weinrich (1971, 1973), em sua “Teoria do Artigo” (...) mostra que o artigo definido pode não só remeter a informações do contexto precedente, como a elementos da situação comunicativa e ao conhecimento prévio – culturalmente partilhado – dos interlocutores como, por exemplo, em o sol, o cristianismo etc.; a classes, gêneros ou tipos (O homem é um animal racional; O lobo encontrou o cordeiro bebendo água no riacho); a “frames” ou esquemas cognitivos, como em “Ele não pôde vir de carro. A bateria estava descarregada e os freios estavam falhando” (...). O “frame” é ativado, no caso, pela ocorrência do termo carro (...). (p. 478)

(...) A competência textual de um falante permite-lhe averiguar se em um texto predominam seqüências de caráter narrativo (por exemplo, recurso aos tempos do passado); descritivo (frequência de adjetivos, de proposições centradas nos eventos de estado), argumentativo (presença de conectores do tipo lógico-semântico ou discursivo-argumentativo, que interligam (macro) proposições ao plano textual global), etc. (p. 534)

Constitui, portanto, o ponto de partida deste capítulo da Gramática uma concepção sócio-interacional de linguagem, vista, pois, como lugar de “inter-ação” entre sujeitos sociais, isto é, de sujeitos ativos, empenhados em uma atividade sociocomunicativa. (...) (p. 413)

É imprescindível dizer que a gramática de Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela, composta por três partes, evidencia um progresso no que diz respeito aos estudos gramaticais. Essa contribuição ocorre porque ela é uma obra que conduz o leitor tanto ao entendimento dos estudos gramaticais na variante padrão, como no âmbito dos estudos lingüísticos, principalmente num período ulterior ao movimento gerativista.

Ainda sobre esse assunto, supomos que os próprios autores deixam implícita essa inovação, no momento em que, no prefácio da obra, colocam em negrito o terceiro tipo de gramática - a do texto/discurso: Na gramática do texto/discurso servimo-nos já de esquemas como quadros de referências (...)” (Pp. 06). Nessa medida, a fim de demonstrar a contribuição que essa gramática proporcionou, transcrevemos abaixo alguns trechos da obra:

Pronomes adjetivos

São os pronomes que exercem, segundo Kallmeyer et al. (1974), a “função-artigo”, a saber:

Demonstrativos: este, esse, aquele, tal (...). (p. 479)

Já há quase vinte anos, Conte (1977) distinguia três momentos fundamentais na passagem da teoria da frase à teoria do texto: o da análise transfrástica, o das gramáticas textuais e o da teoria ou lingüística do texto (...). (p. 443)

Os autores finalizam o prefácio de sua obra, retratando o momento em que surgiu a idéia de se produzir uma gramática em que houvesse a colaboração de dois países que têm em comum a Língua Portuguesa: Brasil e Portugal. Em seguida, Koch & Vilela agradecem à editora Almedina por aceitar a proposta de trabalho por eles apresentada.

No estudo da *Gramática da Língua Portuguesa*, como mostramos a seguir, constatamos que Koch & Vilela atingiram os objetivos propostos, pois apresentaram uma gramática sob a perspectiva da palavra, da frase e do texto/discurso. Essa atitude deixa evidente que os estudos gramaticais evoluíram ao longo do tempo,

uma vez que a noção de gramática, com o surgimento da Lingüística do Discurso, deixou de ser encarada sob o ponto de vista da palavra ou da frase, passando a ser vista sob uma perspectiva discursiva.

Assim, salientamos que, no momento em que nos debruçamos sobre a obra, a fim de verificar se ela realmente focaliza os três tipos de gramáticas já mencionados, demonstramos o caráter filológico desse trabalho. Isso porque, fizemos uma leitura minuciosa do texto, respeitando sempre as idéias manifestadas por seus autores.

Após a apresentação dos objetivos, passamos à análise das subdivisões das categorias gramaticais propostas pelos autores. Contudo, vale lembrar que não nos prendemos somente a elas, pois buscamos em seu conteúdo argumentos convincentes para uma discussão dos processos de continuidade e de ruptura apresentados pela gramática.

3.2.2 – Estrutura da Obra

Koch & Vilela dividem sua obra em quatro partes, a saber: Parte 0, (Fundamentação da Noção de Gramática); Parte I (Gramática da Palavra); Parte II (Gramática da Frase) e Parte III (Gramática do Texto/Discurso). A primeira delas procura fundamentar a noção de gramática. Nela, os estudiosos tratam do sistema lingüístico, de seus planos e unidades; da modelização das construções sintáticas; dos campos semântico-funcionais e dos processos lingüísticos de identificação e análise.

Na segunda parte, os autores voltam-se para a Gramática da Palavra. Nesse momento, tratam das palavras, suas formas, suas funções, seus conteúdos e classificações. Desse modo, eles conceituam a palavra como “(...) uma das unidades do sistema lingüístico” (p. 56), e definem-na como:

(...) a unidade menor potencialmente isolável, autônoma, portadora de significado e função, que é separada, como seqüência de grafemas (ou letras), de outras palavras e que, no caso das palavras flexionais, dispõe de várias formas. (Op. cit.)

Ao tratarem das categorias gramaticais – consideradas objeto da morfologia -, os gramáticos fazem menção a quatro categorias que estão vinculadas ao “modo como a língua figura a realidade extralingüística” (p. 59). São elas: objetos ou substantivos; processos ou verbos; propriedades ou adjetivos e relações (advérbios, conjunções, preposições).

Para eles, é por meio da forma e do conteúdo que se verifica o funcionamento de determinada categoria gramatical no processo comunicativo. Dessa forma, admitem que, em cada categoria, existem três traços – o formal, o funcional e o semântico. Não obstante, dentre todos eles, o mais importante é o do conteúdo, haja vista que todos os outros dependem dele. Esses três traços podem ser observados nos seguintes exemplos, retirados do corpo da gramática:

• Verbo

Formal:

O futuro do pretérito composto exprime a ‘irrealidade’ no passado:
Ela teria feito (vs. tinha feito) 100 anos ontem (...). (p. 178)

Funcional:

A ativa e a passiva de processo denotam o mesmo estado de coisas:
- ‘ação causada por um agente’
E distinguem-se pela ‘perspectiva da ação’, a perspectiva assumida pelo falante em relação ao acontecer verbal:
- a ativa perspectiva o acontecer verbal a partir do agente:
A nomeação do agente é obrigatória e ocorre pelo sujeito; (...). (p. 181)

Semântico:

A semântica do subjuntivo pode ser definida em oposição à do indicativo: é o modo do 'não-realizado ou 'ainda não realizado' (...). (p. 177)

- **Substantivo**

Formal:

O substantivo (...) permite a representação lingüística 'objetivada' de coisas, processos, relações, propriedades (...). (p. 184)

Funcional:

(...) Gramaticalmente, os substantivos caracterizam-se por serem flexionáveis (gênero e número), determináveis e atualizáveis pelo artigo e pelos determinantes, especificáveis pelos adjetivos, capazes de funcionar na frase e com possibilidade de realizarem quase todas as funções sintáticas (à exceção de predicado verbal) e disponíveis para ocupar qualquer posição, de acordo com a função, na frase. (p. 184)

Semântico:

Com base nesses semas podemos fazer uma primeira distinção semântica dos substantivos:

- nomes próprios e nomes de espécie (apelativa)
- nomes próprios:
 - seres vivos: João, Mário
 - designações geográficas: Portugal, Brasil
- nomes de espécie:
 - concretos
 - abstratos (p. 186)

- **Artigo**

Formal:

O nome é o núcleo do chamado “sintagma nominal” / “grupo nominal”. O nome constitui, normalmente, o sintagma nominal com auxílio de determinantes. O sintagma nominal pode inclusive ser por vários nomes e respectivos determinantes (...). (p. 200)

Funcional:

O artigo tem ainda como função a de substantivar qualquer outra categoria gramatical:
O sim e o não, o hoje e o amanhã, etc. (...). (p. 201)

Semântico:

O uso genérico de “um” depende de certos contextos sintáticos e semânticos, nunca é comparável à quantificação universal e consegue-se o “genérico” a partir do “individual”. E aqui funcionam o universo de discurso, o contexto, o cotexto, (contexto lingüístico imediato), etc. (p. 203)

- **Pronomes**

Formal:

A própria designação PRO-NOMEN aponta para o valor ‘relação’ entre esta categoria gramatical e o nome (ou substantivo). Os pronomes constituem uma lista fechada de formas (...). (p. 211)

Funcional:

Os pronomes pessoais apenas têm valor substantivo e apenas podem desempenhar as funções sintáticas do substantivo. Na linguagem popular

ocorre um pronome ele, funcionando como um sujeito de verbos impessoais, com forte ênfase e de sabor nitidamente popular, o que não ocorre em PB. (p. 216)

Semântico:

Sintática e semanticamente os pronomes têm pontos de contato com as demais categorias, o que dificulta a sua caracterização (...). (p. 212)

- **Adjetivos**

Formal:

O adjetivo (NOMEN ADJECTIVUM: 'nome acrescentado') ou NOMEN QUALITATIVUM, é, depois do substantivo e do verbo, a classe mais representada na língua. Caracteriza-se gramaticalmente como uma categoria não autônoma sintaticamente e dotada de flexão e graduação sob o ponto de vista morfológico (...). (p. 233-234)

Funcional:

(...) A sua função sintática e configuração morfológica decorre das referências características. Acompanham as demais categorias autossêmicas:

- ocorrem no domínio do verbo como adjetivo frásico, como predicativo (ele está triste), como adverbial, normalmente invariável (ele fala difícil vs. ela é difícil) (...). (p. 234)

Semântico:

(...) semanticamente designa qualidades, propriedades ou relações. Estes valores semânticos não ocorrem de forma independente na realidade: são selecionados a partir das coisas que estão umbilicalmente

ligados e depois armazenados no saber lingüístico como propriedades, qualidades ou relações. (p. 234)

- **Preposições**

Formal:

A “preposição” (= pre + posição) serve de instrumento de ligação entre dois segmentos do enunciado, em que a seqüência colocada após a preposição fica dependente de “um certo modo” da seqüência que precede a preposição. (p. 255)

Funcional:

As preposições contraem-se com o artigo (do, ao, aos, às), combinam-se com advérbios (até hoje, desde ontem), com outras preposições (com base em, a partir de, em vez de, etc.) (...). (p. 257)

Semântico:

(...) Contudo, as preposições distinguem-se das conjunções pela sua capacidade de regência e por serem semanticamente a expressão de uma dada relação (al. Verhältniswort: ‘palavra de relação’).(p. 256)

Quanto à classificação das categorias gramaticais, Koch & Vilela mencionam que os critérios utilizados devem ser de natureza semântica, morfológica e sintática. Desse modo, o primeiro parte de um significado básico do qual derivam as classificações e subclassificações. Os critérios morfológicos englobam conceitos como palavras variáveis (substantivos, adjetivos, artigos, pronomes e verbos); palavras invariáveis (preposições, conjunções, advérbios); palavras conjugáveis (verbos) e palavras graduáveis (adjetivos). Quanto ao último critério – o sintático –

considera a função sintática própria de cada categoria; sua distribuição e posição na frase; a regência etc.

A seguir, destacamos alguns exemplos que expressam a natureza semântica, morfológica e sintática acima mencionada:

Natureza semântica:

Com base nesses semas podemos fazer uma primeira distinção semântica dos substantivos:

- nomes próprios e nomes de espécie (apelativa)
- nomes próprios:
 - seres vivos: João, Mário
 - designações geográficas: Portugal, Brasil
- nomes de espécie:
 - concretos
 - abstratos (p. 186)

Natureza morfológica:

A própria designação PRO-NOMEN aponta para o valor 'relação' entre esta categoria gramatical e o nome (ou substantivo). Os pronomes constituem uma lista fechada de formas (...). (p. 211)

Natureza sintática:

Os pronomes pessoais apenas têm valor substantivo e apenas podem desempenhar as funções sintáticas do substantivo. Na linguagem popular ocorre um pronome ele, funcionando como um sujeito de verbos impessoais, com forte ênfase e de sabor nitidamente popular, o que não ocorre em PB. (p. 216)

No que se refere aos critérios já mencionados - semântico, sintático e morfológico -, os gramáticos acreditam que somente com a junção de todos eles haverá a possibilidade de se apresentar uma explicação ou classificação completa. Além disso, mencionam que, para fins pedagógicos, o critério semântico seria o mais indicado, uma vez que os níveis comunicativos são considerados por eles de difícil acesso.

Os autores completam a Gramática da Palavra tratando do verbo (caracterização genérica; classificação; conjugação e categorias); do substantivo (caracterização; classificação; categorias: gênero e número e subcategorias do substantivo); do artigo; dos pronomes (caracterização e classificação); dos adjetivos (caracterização geral; classificação; flexão: gênero e número; graduação e relação de predicação e posição do adjetivo); dos numerais; dos advérbios (caracterização geral e classificação); das preposições; das conjunções; partículas e partículas modais e dos marcadores da coerência/coesão discursiva. Neste último item, vale salientar que Koch & Vilela mencionam que, apesar de fazer, pela lógica, parte da Gramática do Texto/Discurso, eles resolveram apresentar, na gramática da palavra, um levantamento das unidades da língua, unidades estas que a gramática disponibiliza para construir frases e enunciados.

O último item tratado pelos autores na Gramática da Palavra, diz respeito às interjeições e outros marcadores da expressividade. Segundo eles, as interjeições, apesar de fornecerem à semântica da frase valores emocionais importantes, não possuem caracterização morfológica, assim como não exercem qualquer função na frase. (p. 276).

Na segunda parte, a Gramática da Frase, os gramáticos tratam da frase e da proposição. Concebem a primeira como “a unidade sintática autônoma mais pequena”. (p.06) Quanto à segunda, definem-na como “a mais pequena unidade de conhecimento e de representação dos ‘estados de coisas’” (p. 06) Isso significa que a frase é o suporte físico da proposição. Assim, nesse capítulo, há a exposição de um estudo das estruturas frásicas e proposicionais como construções abstratas e modelos a aplicar em instâncias enunciativas.

Koch & Vilela iniciam esta parte, tratando do objeto da sintaxe. Mencionam que, apesar de os estudiosos concordarem com a definição de sintaxe como “o conjunto das propriedades das estruturas que estão subjacentes aos enunciados existentes (ou possíveis) numa dada língua particular e a descrição dessas estruturas” (p. 285), não há um consenso entre eles quanto ao objeto da sintaxe.

Na verdade, alguns gramáticos voltam-se para a equivalência entre gramática e sintaxe, abrangendo aqui a frase e os elementos que a compõem. Outros acreditam que o objeto da sintaxe não é somente a frase, mas também outras construções sintáticas que estão aquém da frase. E é exatamente neste segundo ponto de vista que os autores da *Gramática da Língua Portuguesa* se encaixam, haja vista não incluírem a “morfologia” na “sintaxe”, bem como não admitirem a frase como objeto único e exclusivo da gramática.

Nesse contexto, os autores da obra consideram que os sintagmas e as frases são as unidades abrangidas pela sintaxe. Contudo, isso não significa que eles postulem que a sintaxe não dê conta do encaixamento da frase num (con)texto, bem como das conseqüências que daí resultam para a configuração da frase. Na verdade, o que eles propõem é que seria mais adequado o estudo do texto e do discurso num outro domínio – na gramática do texto/discurso. E é exatamente por isso que o terceiro tipo de gramática exposto pelos autores trata da Gramática do Texto/Discurso. Desse modo, para Koch & Vilela, a sintaxe ocupa-se:

(...) da construção do discurso linearizado como ele surge no processo de comunicação, compreendendo a frase – a unidade básica do processo –, o grupo de palavras e os respectivos meios formais que servem para construir a frase e o grupo de palavras. (p. 285-286)

Por fim, vale destacar que, após focalizarem o objeto da sintaxe, os autores da *Gramática da Língua Portuguesa* tratam das relações sintáticas e dos meios de expressão dessas relações; da frase; dos grupos de palavras e elementos frásicos; das frases compostas e frases conjuntamente referentes. Em seguida, eles

finalizam o presente capítulo, destinado à Gramática da Frase, tratando da colocação das palavras e colocação dos elementos frásicos.

Na última parte – Gramática do Texto/Discurso –, os autores detêm-se no estudo das formas mais ou menos reais de concretização da língua em atos comunicativos concretos. Aqui, encontramos uma inovação e, portanto um progresso no âmbito dos estudos gramaticais. Dizemos isso porque eles dividem a obra em três tipos de gramática (Gramática da Palavra; Gramática da Frase e Gramática do Texto/Discurso), proporcionando um entrecruzamento entre os estudos gramaticais – gramática da palavra e gramática da frase – e os estudos lingüísticos da segunda metade século XX – gramática do Texto/Discurso.

Aqui, os autores tratam de uma Lingüística que se ocupa das manifestações lingüísticas produzidas pelos falantes de uma língua em situações concretas, sob determinadas condições de produção – a Lingüística do Texto/Discurso. Assim, o objetivo principal desses gramáticos é

(...) descrever e explicar a interação humana por meio da linguagem verbal, a capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente por meio de uma língua, das mais diversas formas e com os mais diversos propósitos e resultados. (p. 412)

Para tanto, Koch & Vilela abordam temas como linguagem e ação; teorias do texto/discurso; conceito de texto; processos de construção textual; gêneros e seqüências textuais e coerência textual. Assim, ao observarmos a abordagem escolhida pelos autores, notamos que eles se detiveram no momento em que a linguagem, como atividade, passa a ser fator preponderante para os lingüistas. Momento este em que nasce a lingüística pragmática, criando-se, então, condições para o surgimento da lingüística do texto/discurso.

Após a exposição do conteúdo de cada parte da Gramática da Língua Portuguesa, passamos à análise da terceira parte da obra. Nesse sentido, é importante assinalar que essa escolha está vinculada ao fato de a Gramática do Texto/Discurso demonstrar mais nitidamente a influência do “espírito de época”

sobre a obra em questão, pois, parece-nos que é nessa parte da gramática que encontramos com maior frequência os conceitos trazidos pela Lingüística contemporânea.

Em Gramática do Texto/Discurso, Koch & Vilela expõem a parte essencialmente lingüística da obra. Aqui, há uma ênfase na Lingüística do Discurso a qual envolve um processo de deslocamento da “forma” para “função”. Isso significa que, nesta parte da gramática, os autores focalizam questões da lingüística contemporânea num período posterior ao Gerativismo.

Para que melhor exemplifiquemos tais aspectos, selecionamos alguns trechos da obra que evidenciam claramente a atenção dada à Lingüística atual, principalmente a partir do desenvolvimento da Pragmática. São eles:

A teoria da enunciação tem por postulado básico que não basta ao lingüista preocupado com questões de sentido descrever os enunciados efetivamente produzidos pelos falantes de uma língua: é preciso levar em conta, simultaneamente, a enunciação, ou seja, o evento único e jamais repetido de produção do enunciado. (p. 414)

Atualmente, são várias as perspectivas teóricas que tem como objeto o texto/discurso, tanto no interior como fora da lingüística. Dentre estas, adquiriram maior importância a Análise do Discurso, a Análise da Conversação e a Lingüística Textual. (p. 426)

O contato com os textos da vida quotidiana como, anúncios, avisos de toda a ordem, artigos de jornais, catálogos, receitas médicas, prospecto, guias turísticos, literatura de apoio à manipulação de máquinas, etc., excita a nossa capacidade metatextual para decifrar textos e ter consciência de que os textos reais e autênticos não se encontram (ou não se encontram apenas) na literatura. (p. 535)

Pela análise do conteúdo da obra, verificamos que os autores conseguiram apresentar um trabalho coerente, voltado para a divisão da gramática em três tipos, a saber: Gramática da Palavra, Gramática da Frase e Gramática do Texto/Discurso. Acredita-se que o sucesso obtido está vinculado ao fato de Koch & Vilela terem

consciência de que não é possível criar fronteiras entre os três tipos de gramática por eles apresentados. Assim, dizem eles:

(...) Isto quer dizer que é impossível encontrar fronteiras entre a gramática da palavra e gramática da frase e mesmo do texto. Somos mesmo de opinião que tudo está no léxico, mas urgia criar linhas de fronteiras por mais tênues que elas fossem. (p. 06)

Assim, parece-nos que os autores buscaram retomar a tradição gramatical – gramática da palavra e da frase – para caminhar no sentido do texto/discurso. Nessa medida, eles mostram que não há produção textual possível, sem o uso da palavra e da frase. E é exatamente por essa razão que eles acreditam na impossibilidade de fronteiras entre os três tipos de gramáticas mencionados. Os trechos selecionados podem comprovar esse aspecto:

Há outras transformações, como a nominalização, que, quer na frase, quer no texto, implica uma alteração do ângulo de visão da representação do extralingüístico, como nomeação ou como retomada textual; como o encaixamento de proposições ou de grupo de palavras, que implica a hierarquização e uma (outra possível) ordenação dos estados de coisas, etc. Todas estas transformações permitem, quer a nível frásico, quer a nível textual, encadeamentos mais explícitos, maior transparência das relações entre os elementos frásicos ou textuais, etc. (p. 51)

Tendo prestado alguma atenção à semântica lexical na “gramática da palavra”, daremos também algum espaço à semântica frásica na “gramática da frase”. O interesse dos lingüistas centra-se atualmente no ato comunicativo, e daí a preocupação normal com a função, com os efeitos e a semântica das unidades autônomas do discurso: as frases e o texto (...). (p. 303)

Quanto às questões metodológicas, acredita-se que Koch & Vilela optaram pela divisão da obra em três tipos de gramática a fim de que os leitores possam

compreender, de forma mais eficiente, todos os aspectos que envolvem a gramática, seja ela sob a perspectiva da palavra, seja da frase, seja do texto/discurso. Logo, verifica-se que esta é uma gramática inovadora, pois ela norteia o leitor tanto no âmbito dos estudos gramaticais, quanto no que concerne aos estudos lingüísticos mais atuais – aqueles desenvolvidos na segunda metade do século XX. Desse modo, é notória a preocupação de se estudarem as classes de palavras, dando ênfase à função sintática que cada uma delas pode exercer. Isso pode ser constatado nos seguintes trechos da obra:

Temos aqui a chamada “passiva reflexiva”. Esta serve para a nomeação de um indivíduo em que se realiza um processo sem nomear o Agente: o complemento direto da ativa assume a função de sujeito na passiva. Esta construção só é possível se não ocorrer o Portador da acção:
Pintam-se as casas com Robbialac. (p. 182)

Gramaticalmente, os substantivos caracterizam-se por serem flexionáveis (gênero e número), determináveis e atualizáveis pelo artigo e pelos determinantes, especificáveis pelos adjetivos, capazes de funcionar na frase e com possibilidade de realizarem quase todas as funções sintáticas (à exceção do predicado verbal) e disponíveis para ocupar qualquer posição, de acordo com a função na frase. (p. 184)

(...) qualquer palavra pertencente a outra categoria pode funcionar como substantivo (o sim e o não, nem ‘mas’ nem meio ‘mas’), certos substantivos (os abstratos) denotam propriedades como os adjetivos; os substantivos podem funcionar como predicado e alguns substantivos têm regência própria como os verbos e adjetivos. (p. 184)

Quanto à criação de linhas de fronteiras entre a Gramática da Palavra, a Gramática da Frase e a Gramática do Texto/Discurso, acreditamos que há coerência nessa divisão. Isso porque ela possibilita que busquemos, na obra, a descrição/explicação dessas gramáticas como conhecimento necessário para o uso adequado da língua nas situações de comunicação. No entanto, isso não significa que a gramática, de um modo geral, deva ser vista como algo fragmentado. Pelo contrário, quando falamos nesses três tipos de gramáticas, referimo-nos a uma só

gramática – aquela que evidencia os princípios e regras pelos quais se constroem as expressões de uma dada língua.

É necessário mostrar ainda que essa gramática expressa uma ruptura em relação às gramáticas tradicionais e, também, garante a continuidade dos estudos gramaticais anteriores a ela. Assim, quando dizemos que ela é ruptura, baseamos-nos nessa nova maneira de conceber a obra, abrangendo a gramática da palavra, a da frase e a do texto/discurso, em que é dada grande ênfase à questão de a noção de gramática ser bastante polissêmica. Contudo, dizemos que ela também apresenta continuidade porque, ao longo da análise do prefácio, e, posteriormente, da obra, notamos que, apesar de expor uma divisão diferenciada, ela apresenta uma continuidade dos estudos gramaticais anteriores, não negando sua importância. Isso pode ser observado no próprio prefácio, quando os autores afirmam que receberam influências de estudos anteriores:

Queiramos ou não, quem se propõe fazer uma gramática – todos somos de alguma forma ‘homines grammatici’ – tem de necessariamente percorrer ‘caminhos já andados’, por nós, servindo-nos de nossas experiências anteriores, e por outrem, socorrendo-nos de experiências estranhas. A tradição gramatical é já muito longa. Essa experiência – nossa e de outrem – está patente ao longo do nosso livro. (p. 07)

Para que o leitor tenha uma visão mais precisa dos processos de ruptura e de continuidade que a *Gramática da Língua Portuguesa* apresenta, fizemos uma rápida análise da 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa*, de Evanildo Bechara, cuja publicação ocorreu no ano de 2004. Assim, pudemos constatar que seu autor apresenta uma gramática normativo-descritiva, demonstrando, portanto, uma preocupação com o bom uso da língua, em situações comunicativas diversas. Além disso, ele focaliza os avanços da lingüística do discurso, uma vez que trata de conceitos trazidos pela Lingüística Textual.

Essa preocupação com os estudos lingüísticos contemporâneos pode ser observada já nas linhas do prefácio da obra. Vejamos:

Entregamos aos colegas de magistério, aos alunos e ao público estudioso de língua portuguesa esta edição, revista, ampliada e atualizada, levado que estamos pelos mesmos propósitos que nos fizemos, em 1961, trazer à luz a Moderna Gramática Portuguesa. (p. 19)

Sobre isso, Bechara, no prefácio de 1961, Diz:

Ao escrever esta Moderna Gramática Portuguesa foi nosso intuito levar ao magistério brasileiro, num compêndio escolar escrito em estilo simples, o resultado dos progressos que os modernos estudos de linguagem alcançaram no estrangeiro e em nosso país.⁸³ (p. 21)

Nesse sentido, os trechos por nós selecionados evidenciam a influência da Lingüística contemporânea e, portanto, da lingüística do discurso na obra de Bechara:

(...) Ao falar individual e relacionado com a maneira de elaborar textos segundo situações determinadas corresponde o chamado saber expressivo ou competência textual; é um saber técnico (gr. *téchne*), isto é, um saber que se manifesta no próprio fazer, um saber fazer gramatical que se manifesta numa língua particular e que pode ir além do já criado nessa língua. (p. 33)

E, ainda:

⁸³ Trecho retirado da 37ª edição da *Moderna Gramática Portuguesa*.

É bem verdade que num discurso e texto pode aparecer mais de uma língua funcional, principalmente se se mudam as circunstâncias e fatores (destinatário, objeto, situação). Todo falante de uma língua histórica é plurilíngüe, porque domina ativa ou passivamente mais de uma língua funcional, embora não consiga nunca saber toda a extensão de uma língua histórica; e o sucesso da educação lingüística é transformá-lo num “poliglota” dentro da sua própria língua nacional. (p.38)

Não obstante, a *Moderna Gramática Portuguesa* apresenta um critério de organização diferente da Gramática da Língua Portuguesa. Em sua organização, Evanildo Bechara estabelece como eixos orientadores a gramática normativa e a descritiva. Isso pode ser comprovado por meio das subdivisões da própria obra, as quais são apresentadas da seguinte forma: Introdução; A) Linguagem: suas dimensões universais; B) Planos e níveis da linguagem como atividade cultural; C) Língua histórica e língua funcional; D) Sistema, norma, fala e tipo lingüístico; E) Propriedades dos estratos de estruturação gramatical; F) Dialeto – Língua comum – Língua exemplar: Correção e exemplaridade. Gramáticas científicas e gramática normativa. Divisões da gramática e disciplinas afins. Lingüística do Texto; I- Fonética e Fonologia; II- Gramática Descritiva e Gramática Normativa; III- Pontuação; IV- Noções Elementares de Estilística e V- Noções Elementares de Versificação.

Retomando a obra de Koch & Vilela, é preciso destacar que esses gramáticos detêm-se na palavra, na frase e, em seguida, no texto/discurso, provavelmente com o intuito de evidenciar que a gramática não está somente na palavra ou na frase, conforme muitos, equivocadamente, pensam. De acordo com a estrutura da obra aqui analisada, a gramática faz parte do nosso dia-a-dia e, assim, está presente em todos os ambientes que freqüentamos: em casa, na escola, no trabalho etc.

Dessa maneira, ela jamais deve ser vista somente como um manual que prescreve palavras e frases corretas, uma vez que não nos comunicamos somente por palavras e frases isoladas. Isso significa que sempre fazemos uso da língua por meio do texto/discurso e é exatamente esse fator que comprova a importância de a noção de gramática ser encarada como uma noção polissêmica.

É preciso reiterar, ainda, que, após a análise do prefácio da obra e de suas subdivisões, pudemos observar que esta gramática, apesar de apresentar um conteúdo voltado para a variante padrão, considera, freqüentemente, a questão da

funcionalidade da língua. Isso pode ser notado, por exemplo, no início da parte 3, em que os autores mencionam:

Constitui, portanto, o ponto de partida deste capítulo da Gramática uma concepção sócio-interacional de linguagem, vista, pois, como lugar de “inter-ação” entre sujeitos sociais, isto é, de sujeitos ativos, empenhados em uma atividade sociocomunicativa. (p. 413)

E, ainda:

(...) Eis os traços característicos do substantivo:
(...) aliados às preposições, prestam-se a formar grupos preposicionais e a exercer as funções de adverbiais e adjetivais (...). (p. 185)

Ainda sobre esse assunto, verifica-se que os autores admitem que o sistema lingüístico é um dos instrumentos da comunicação. Assim, postulam que qualquer descrição lingüística deve ser (ou estar) integrada numa perspectiva comunicativa. (p. 41)

Diante disso, pode-se verificar que Koch & Vilela dão ênfase à questão da relação existente entre a língua e seus usuários, bem como às ações que se realizam quando se usa a língua em determinadas circunstâncias de enunciação. Desse modo, observa-se que, para os autores, a questão da funcionalidade da língua é fator preponderante no que se refere aos estudos gramaticais.

Além disso, é preciso lembrar que a nacionalidade dos autores desta obra muito influencia sua produção. Assim, apesar de ela ser publicada em Portugal, encontramos com grande freqüência referências à variante americana, uma vez que Ingedore Villaça Koch é brasileira. Isso pode ser comprovado nos seguintes trechos:

As formas pronominais *mo, to, lho* são de pouquíssima frequência no PB atual. (p. 214)

No Brasil, a forma de tratamento mais comum é *você*, embora em algumas regiões predomine o *tu* (sul, nordeste). (p. 215)

Nesse contexto, mesmo sem os autores mencionarem em seu prefácio que o objetivo de sua obra é propor um trabalho que considere as variações diatópicas entre Brasil e Portugal, pudemos notar que eles, muitas vezes, fazem referência a tais variações. Essa postura pode ser observada no seguinte trecho da obra⁸⁴:

(...) - indicativo:

Agora, levantas-te da cama e depois contas-me toda a história!

Em **PB**⁸⁵: Agora te levantas da cama e depois me contas toda a história.

(...)

Agora está-se de pé! Nesta altura, está-se sentado! (Apenas em **PE**)⁸⁶.
(p. 179)_

É preciso ainda, antes de finalizarmos, destacar que a *Gramática da Língua Portuguesa* é uma gramática descritiva da variante padrão, sob perspectivas discursivas. Assim, a ênfase dada às questões discursivas pode ser encontrada com maior nitidez na parte III da obra, intitulada Gramática do Texto/Discurso. Desse modo, selecionamos alguns trechos que evidenciam suas características descritivas e discursivas, respectivamente. Vejamos:

⁸⁴ Outros exemplos relacionados à variante europeia e à variante americana podem ser encontrados às páginas 80, 182, 214 a 218, 226, 230, 242, 278, 280, 386, 515 a 526.

⁸⁵ Grifos nossos.

⁸⁶ Grifos nossos.

O plano morfemático é formado por signos lingüísticos elementares que desempenham nos planos superiores – combinados entre si – diferentes funções. O morfema é a unidade menor portadora de significado. (p. 20-21)

A frase configura, numa “proposição”, um dado estado de coisas e ocorre num texto transformada em enunciado ou em parte de um enunciado (...). (p. 296-297)

São formas gramaticais livres os pronomes pessoais de 3ª pessoa (ele, ela, eles, elas) e os pronomes substantivos em geral (demonstrativos, possessivos etc.) que têm função pronominal propriamente dita, bem como advérbios pronominais do tipo lá, aí, ali, acima etc. (p. 477)

As formas gramaticais livres são aquelas que não acompanham um nome dentro de um grupo nominal, mas que são utilizadas para fazer remissão, anafórica ou cataforicamente, a um ou mais constituintes no universo textual. A estas ficaria reservada a denominação genérica de “pronomes” ou de “pró-formas” (...). (p. 480)

Podemos dizer que esta é uma obra que, conforme demonstramos na análise, representa ruptura e continuidade no que concerne aos estudos gramaticais. Assim, ela se apóia nos estudos gramaticais anteriores a ela e também se baseia nos estudos lingüísticos da segunda metade do século XX, principalmente, naqueles que representam um novo paradigma que faz um deslocamento da “forma” para a “função” - a Lingüística do Discurso. E é exatamente por essa razão que constatamos que a Gramática da Língua Portuguesa está voltada para uma perspectiva discursiva.

Antes de passarmos ao próximo ponto de nossa pesquisa, convém enfatizar que os autores da *Gramática da Língua Portuguesa* dão ênfase às questões lusófonas. Todavia, a atenção dada a esses aspectos não está explícita na obra, uma vez que Koch & Vilela não mencionam que tratam desse assunto. Na verdade, observamos a consciência da importância da Lusofonia somente na análise. Vejamos um trecho da obra que comprova o que dissemos:

Relativamente ao verbo querer há um uso, que se vai tornando quase normal no português de Angola e Moçambique e aliás incontável regionalmente no português de Portugal, que aproxima do valor aspectual (“estar prestes a”, “estar em risco de”; “estar quase a”):

Esta árvore quer cair

A flor quer murchar

No português do Brasil, a realização deste valor ocorre como:

Está querendo chover.

Este varal está querendo quebrar. (p. 73-74)

Assim, parece-nos que os autores da *Gramática da Língua Portuguesa* não mencionaram que dariam atenção à Lusofonia porque sua obra está circunscrita a um período em que a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) já havia sido institucionalizada, conforme mencionamos no capítulo anterior. (ver itens 2.1.1 e 2.2.1)

A fim de complementarmos nossa análise, no próximo item, estabelecemos possíveis aproximações entre a LDB nº 9.394/96 e a obra de Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela. Nele, podemos notar que essa gramática mantém alguns pontos de contato com essa lei.

3.2.3) “Gramática da Língua Portuguesa” e “Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional” nº 9.394/96

Neste item, buscamos estabelecer possíveis aproximações entre a obra analisada e a LDB nº 9.394/96. Assim, apoiados no “clima de opinião” em que o trabalho de Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela foi produzido, verificamos que os autores trazem conceitos que estão propostos nessa LDB. Desse modo, no artigo 26, encontramos a menção de que os currículos dos ensinos fundamental e médio devem ter uma base comum. Todavia, devem ser complementados de acordo com as características locais e regionais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela. Assim, diz ele:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, **exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela**⁸⁷.

Pode-se, então, verificar que essa lei⁸⁸ demonstra uma preocupação com as diferenças culturais de nosso país. O que engloba as diversas variantes do Brasil, haja vista que as diferenças culturais envolvem questões lingüísticas.

Quando dizemos que a obra de Koch & Vilela propõe algumas diretrizes contidas na LDB 9.394/96, estamos nos referindo ao fato de esses autores considerarem, mesmo que implicitamente, as variações diatópicas de nosso país. Isso pode ser observado no momento em que eles, ao focalizarem “tema e rema” (p. 514), utilizam exemplos do projeto NURC⁸⁹ (Projeto de Estudo da Norma Lingüística Urbana Culta). Observemos alguns deles:

... e nós temos boas orquestras também (...) inclusive na Tupi temos boas orquestras e temos... e no que tange a nossa música popular eu acho que :: agora a televisão está abrindo as portas... para a nossa música popuLAR coisa que o rádio não faz... (NURC/SP – D2.333:335-339) (p. 515)

... então a salada pro... pro pessoal de Buenos Aires a salada se resume a alface e tomate... (NURC/RJ – DID 328:231-232 (p. 520)

⁸⁷ Grifos nossos.

⁸⁸ A ênfase nesses aspectos também pode ser encontrada na LDB 5.692/71.

⁸⁹ Projeto desenvolvido em cinco capitais brasileiras (São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre, Recife e Salvador), o qual visou ao estudo da fala culta média nessas cidades. Seu objetivo é documentar e descrever o uso urbano do português falado no Brasil, em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, sintáticos e vocabulares. O corpus levantado no país, a partir de critérios rigorosos na seleção dos informantes e no controle de variáveis, perfaz cerca de 1500 horas de registros magnetofônicos. Esse material representa o desempenho lingüístico de falantes de ambos os sexos, nascidos na cidade, com escolaridade universitária, distribuídos por três faixas etárias: 25 a 35 anos (30%); 36 a 55 anos (45%) e mais de 56 anos (25%). (Disponível em: <<http://letras.ufrj.br/nurc-rj/projnurc.html>> e <<http://www.flch.usp.br/dlcv/nurc/historico.htm>>. Acesso em 09 mai. 2007).

Ainda sobre as variações diatópicas do Brasil, encontramos na obra de Koch & Vilela o seguinte trecho:

No Brasil, a forma de tratamento mais comum é você, embora em algumas regiões predomine o tu (sul, nordeste) (p. 215)

É necessário dizer, além disso, que é possível estabelecermos um possível elo entre essa LDB e a *Gramática da Língua Portuguesa* no momento em que, no §4º do artigo 26, encontramos a menção de que o ensino de História deverá levar em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro. Aqui, observa-se que essa lei dá uma certa atenção à lusofonia, uma vez que ela requer que o ensino de História dê ênfase às culturas dos povos que deram origem ao povo brasileiro. O que nos permite supor que essa disciplina também se voltará à questão de a Língua Portuguesa estar presente em outros continentes, a saber: Africano, Asiático e Europeu. Assim, diz o parágrafo:

§4º o ensino de História do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e européias.

Sobre esse assunto, observamos que, em sua obra, Koch & Vilela dão ênfase às diferenças diatópicas existentes em Portugal, Brasil e alguns países africanos. Vejamos alguns exemplos:

(...) Quer em PB, quer em PE, embora não sendo usuais, ocorrem se acompanhados de um advérbio: coisas horríveis aconteceram aqui há alguns anos. (p. 80)

No português do Brasil e dos PALOP⁹⁰ ocorre a forma *ele* em vez de *o*, inclusive no caso de «accusatiuus cum infinitiuo»:

Vi *ele* ontem mesmo no café.

Mandei-*o/ele* vir hoje mesmo.

Fizeram-*no/ele* entrar imediatamente. (p. 216)

Ainda relacionando a LDB nº 9.394/96 à *Gramática da Língua Portuguesa*, podemos dizer que esta obra está voltada para a Língua Portuguesa como instrumento de comunicação, assim como para as formas contemporâneas de linguagem. O que nos possibilita dizer que ela propõe orientações, também previstas na lei nos incisos I do artigo 36 e no inciso II, §1º desse mesmo artigo. Observemos:

Art. 36 - O currículo do ensino médio observará o disposto na seção I deste capítulo e as seguintes diretrizes:

I) Destacará a educação tecnológica básica; a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes; o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura; **a língua portuguesa como instrumento de comunicação**,⁹¹ acesso ao conhecimento e exercício da cidadania.

(...)

§1º Os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação serão organizadas de tal forma que ao final do ensino médio o educando demonstre:

(...)

II) Conhecimento das **formas contemporâneas de linguagem**.⁹²

Podemos comprovar o fato de Koch & Vilela apresentarem uma obra voltada para a Língua Portuguesa como instrumento de comunicação, bem como

⁹⁰ Os PALOP são um conjunto de Cinco Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa, possuindo cada um deles diferentes características geográficas. São eles: Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe. (Disponível em: <<http://www.ilo.org/inclusão-palop/pages/PALOP/PALOP/geral.htm>>. Acesso em 05 jun. 2007)

⁹¹ Grifos nossos.

⁹² Grifos nossos.

focalizarem as formas contemporâneas de linguagem, no instante em que esses gramáticos, na Gramática do Texto/Discurso, tratam dos estudos lingüísticos mais recentes, cujo cerne não mais se encontra na palavra ou frase isolada, mas sim no texto como interação entre interlocutores. Podemos constatar isso nos dois trechos abaixo transcritos:

(...) Muitos lingüistas, contudo, especialmente em países europeus como a França, a Alemanha, a Inglaterra passaram, a voltar sua atenção para a **linguagem enquanto atividade e, portanto, para as relações entre a língua e seus usuários e para as ações que se realizam quando se usa a língua em determinadas circunstâncias de enunciação. Assim, pouco a pouco, vai ganhando terreno a lingüística pragmática.**⁹³

É nesse momento que se criam as condições propícias para o surgimento de uma lingüística do texto/discurso, ou seja, uma lingüística que se ocupa das manifestações lingüísticas produzidas pelos falantes de uma língua em situações concretas, sob determinadas condições de produção.⁹⁴ (p. 412)

(...) Tem-se por objetivo descrever e explicar **a interação humana por meio da linguagem verbal, a capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente por meio de uma língua, das mais diversas formas e com os mais diversos propósitos e resultados.** (p. 412)

Agora que conhecemos as proximidades entre o conteúdo proposto pela LDB nº 9.394/96 e pela *Gramática da Língua Portuguesa*, tratamos, no próximo tópico, das possíveis relações entre o conteúdo desta última e o dos Parâmetros Curriculares Nacionais.

⁹³ Grifos nossos.

⁹⁴ Grifos nossos.

3.2.2) “Gramática da Língua Portuguesa” e “Parâmetros Curriculares Nacionais”

Após debruçarmo-nos no estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais, tendo em vista o conteúdo trazido pela *Gramática da Língua Portuguesa*, foi possível estabelecermos algumas proximidades entre eles e a obra de Koch & Vilela. Desse modo, a fim de que possamos relacionar as idéias trazidas por ambos, destacando aspectos do “clima de opinião”, selecionamos alguns trechos da obra supracitada, assim como dos PCNs.

Antes de passarmos à análise, é mister assinalar que, apesar de a obra de Koch & Vilela ser dividida em três partes, detemo-nos somente à terceira delas – Gramática do Texto/Discurso. Isso porque seu conteúdo está centrado em alguns modelos da Lingüística contemporânea, os quais estão, freqüentemente, presentes nos Parâmetros Curriculares Nacionais.

A Gramática do Texto/Discurso apóia-se na Lingüística pós-estruturalista, principalmente a partir da Lingüística Pragmática, período em que o objeto de estudo da Lingüística passa a ser a linguagem como atividade e não mais a língua como sistema, estrutura. É por essa razão que podemos estabelecer possíveis relações entre a obra de Koch & Vilela e os PCNs, pois estes dão orientações ao professor, baseados em conceitos trazidos por áreas como a Pragmática, a Análise do Discurso, a Lingüística Textual, a Sociolingüística e os Gêneros Discursivos.

Logo no início da Gramática do Texto/Discurso, Koch & Vilela mencionam que, com o nascimento da Pragmática, se criam condições propícias para o surgimento da Lingüística do texto/discurso – aquela que se ocupa das manifestações lingüísticas produzidas pelos falantes de uma língua em situações concretas e sob determinadas condições de produção (p. 412). Aqui, podemos estabelecer um elo entre os Parâmetros e essa obra, uma vez que aqueles apresentam um conteúdo voltado para questões pragmáticas. Observemos então dois trechos que explicitam o que dissemos:

(...) A linguagem, por realizar-se na interação verbal dos interlocutores, não pode ser compreendida sem que se considere o seu vínculo com a situação concreta de produção. É no interior do funcionamento da linguagem que é possível compreender o modo desse funcionamento. Produzindo linguagem, aprende-se linguagem. (PCNEF, p. 25)

(...) A linguagem não se reduz a simples veículo de transmissão de informações e mensagens de um emissor a um receptor, nem é uma estrutura externa a seus usuários: firma-se como espaço de interlocução e deve ser entendida como atividade sociointeracional. (PCNEM, p. 44)

Ao tratar da Análise do Discurso (AD), Koch & Vilela voltam-se à AD francesa e as suas fases. Nesse sentido, selecionamos alguns trechos que demonstram a presença desse ramo da lingüística na obra:

Os trabalhos de Foucault mostraram que não existe discurso uniforme, oriundo de uma só fonte. Ao descrever diversos tipos de discurso, como o da loucura, da gramática, da economia, Foucault mostra que uma formação discursiva é uma dispersão de enunciados, ou seja, inexiste a unidade interna dos discursos. (p. 428)

A partir dos trabalhos de Foucault, Bakhtin, Lacan e outros, começa-se a perceber que a marca mais característica dos discursos é a polifonia: eles têm um percurso que faz com que carreguem a memória de outros discursos, ou seja, são “atravessados” por muitos discursos. (p. 429)

Sobre a questão da polifonia, encontramos nos PCNs um trecho o qual diz que

a produção de discursos não acontece no vazio. Ao contrário, todo discurso se relaciona de alguma forma com os que já foram produzidos. (PCNEF, p. 21)

No que se refere à ciência da estrutura e do funcionamento dos textos (Cf. Fávero, 2002:05) – *Linguística Textual* –, há, na *Gramática da Língua Portuguesa*, alguns pontos que remetem a ela. Assim, retiramos da obra alguns deles e, posteriormente, buscamos aqueles que aparecem com mais frequência nos PCNs, a fim de mostrar as relações entre o conteúdo apresentado por estes e a gramática de Koch & Vilela. Passemos então a eles:

(...) a coerência se constrói, em dada situação de interação, entre o texto e seus usuários, em função da atuação de uma complexa rede de fatores, de ordem lingüística, sócio-cognitiva e interacional (...). (p. 451)

(...) a coesão ocorre quando a interpretação de algum elemento no discurso é dependente da de outro. Um pressupõe o outro, no sentido de que não pode ser efetivamente decodificado a não ser por recurso ao outro.⁹⁵

Diante dos trechos acima citados, verificamos que a Gramática da Língua Portuguesa traz em seu cerne conceitos da Linguística Textual os quais são também propostos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais. Isso pode ser observado no momento em que estes tratam de questões lingüísticas como a intertextualidade, a coesão e a coerência textuais. Vejamos alguns exemplos:

(...) os textos, como resultantes da atividade discursiva, estão em constante e contínua relação uns com os outros, ainda que, em sua linearidade, isso não se explicita. A esta relação entre o texto produzido e os outros textos é que se tem chamado de intertextualidade. (PCNEF, p. 21)

(...) Considera-se mais significativo que:
o aluno internaliza determinados mecanismos e procedimentos básicos ligados à coerência e à coesão do que memorize, sem a devida

⁹⁵ A definição de coesão foi dada com base em HALLIDAY, M. A. K & HASAN, H. *Cohesion in English*. Londres: Longman, p. 04, 1976.

apreensão de sentido, uma série de nomes de orações subordinadas ou coordenadas. (PCNEM, p. 71)

Além dos paradigmas da Lingüística tratados acima, também encontramos na obra de Koch & Vilela conceitos da Sociolingüística, especialmente aqueles que remetem às variações diatópicas. Observemos alguns deles:

(...) Esta colocação também vai-se tornando cada vez mais rara no PB, principalmente falado.
Ela me trará a encomenda amanhã.
Ela me terá trazido a encomenda ontem ou anteontem?
Ela lhe teria dito o mesmo que a mim. (p. 215)

No Brasil, a forma de tratamento mais comum é você, embora em algumas regiões predomine o tu (Sul, Sudeste). (p. 215)

Após a exposição dos trechos selecionados, podemos fazer um paralelo entre a *Gramática da Língua Portuguesa* e os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois eles dão ênfase às variações lingüísticas, especialmente aquelas presentes no país. Observemos abaixo alguns trechos que evidenciam isso:

(...) É papel da escola lidar de forma produtiva com a variedade lingüística de sua clientela, sem perder de vista a valorização da variante lingüística que cada aluno traz consigo para a escola e a importância de se oferecer a esse aluno o acesso à norma padrão – aquela que é prestigiada quando se testam as suas habilidades para ingressar no mundo do trabalho, por exemplo. (PCNEM, p. 82)

Em Objetivos Gerais da Língua Portuguesa, verifica-se uma inclinação para a Sociolingüística quando os Parâmetros dizem que o ensino de Língua Portuguesa deverá organizar-se de modo que os alunos sejam capazes de:

Utilizar diferentes registros, inclusive os mais formais da variedade lingüística valorizada socialmente, sabendo adequá-los às circunstâncias da situação comunicativa de que participam; (PCNEF, p. 41)

Por fim, ao focalizarem questões de Gêneros Discursivos, Koch & Vilela apóiam-se, constantemente, no conceito de gênero proposto por Bakhtin e desenvolvido por Bronckart e Schneuwly. Baseados na definição de gênero proposta por Bakhtin, selecionamos alguns trechos da Gramática da Língua Portuguesa.

(...) tais formas constituem os gêneros, “tipos relativamente estáveis de enunciados”, marcados sócio-historicamente, visto que estão diretamente relacionados às diferentes situações sociais. É cada uma dessas situações que determina, pois, um gênero, com características temáticas, composicionais e estilísticas próprias. (p. 535)

(...) em termos bakhtinianos, um gênero pode, pois, ser assim caracterizado:

- São tipos relativamente estáveis de enunciados presentes em cada esfera de troca: os gêneros possuem uma forma de composição, um plano composicional.
- São entidades caracterizadas por três elementos: além do plano composicional, conteúdo temático e estilo.
- Trata-se de entidades escolhidas tendo em vista as esferas de necessidade temática, o conjunto dos participantes e a vontade enunciativa ou intenção do locutor. (p. 536)

Quanto à contribuição dada por Schneuwly, encontramos *na Gramática da Língua Portuguesa* a alusão sobre os três elementos centrais do gênero: o sujeito, a ação e o instrumento. Sobre isso, dizem Koch & Vilela:

Schneuwly (1994) aponta que, nessa concepção, encontram-se os elementos centrais caracterizadores de uma atividade humana: o sujeito, a ação, o instrumento.

Segundo ele, o gênero pode ser considerado como instrumento, na medida em que um sujeito – o enunciador – age discursivamente numa situação definida – a ação – por uma série de parâmetros, com a ajuda de um instrumento semiótico – o gênero. A escolha do gênero se dá em função dos parâmetros da situação que guiam a ação e estabelecem a relação meio-fim, que é a estrutura básica de uma atividade mediada. (p. 536-537)

De acordo com Bronckart, uma ação de linguagem requer do agente produtor algumas decisões. Observemos um trecho da gramática no qual há referência a esse aspecto:

Segundo Bronckart (1996), uma ação de linguagem exige do agente produtor uma série de decisões, que ele necessita ter competência para executar. Tais decisões referem-se, em primeiro lugar, à escolha do gênero mais adequado, além de outras relativas à constituição dos mundos discursivos, à organização seqüencial ou linear do conteúdo temático, à seleção de mecanismos de textualização e de mecanismos enunciativos. (p. 536-537)

Quanto aos PCNs, vale assinalar que encontramos neles uma atenção bastante significativa no que tange aos Gêneros Discursivos. O que nos permite dizer que o conteúdo da obra de Koch & Vilela mantém proximidades com aquele apresentado por esses documentos, haja vista que os Parâmetros focalizam os gêneros de acordo com o termo proposto por Bakhtin e desenvolvido por Bronckart e Schneuwly. Observemos alguns trechos que explicitam o que dissemos:

Todo texto se organiza dentro de um determinado gênero. Os vários gêneros existentes, por sua vez, constituem formas relativamente estáveis de enunciados, disponíveis na cultura, caracterizados por três elementos: conteúdo temático, estilo e construção composicional (...). (PCNEF, p. 26)

(...) Quando se pensa no trabalho com textos, outro conceito indissociável diz respeito aos gêneros em que eles se materializam, tomando-se como pilares seus aspectos temático, composicional e estilístico (...). (PCNEM, p. 77)

E, ainda, em nota de rodapé, encontramos nos Parâmetros:

O termo 'gênero' é utilizado aqui como proposto por Bakhtin e desenvolvido por Bronckart e Schneuwly. (PCNEF, p. 26)

A análise apresentada permite-nos estabelecer possíveis relações entre a *Gramática da Língua Portuguesa* e os Parâmetros Curriculares Nacionais, pois ambos apresentam um conteúdo que engloba os principais paradigmas lingüísticos num período posterior ao gerativismo. Período em que o objeto da Lingüística deixa de ser a língua como sistema, passando a ser a linguagem como atividade.

Uma vez que expusemos os pontos de contato entre esta gramática e os PCNs, passamos ao próximo item de nossa pesquisa. Nele, procuramos mostrar o elo existente entre a *Gramática da Língua Portuguesa* e a Lei de Bases do Sistema Educativo nº 115/97.

3.2.3) “Gramática da Língua Portuguesa” e “Lei de Bases do Sistema Educativo” nº 115/97

Uma leitura minuciosa da Lei de Bases do Sistema Educativo nº 115/97 permitiu-nos estabelecer um possível elo entre ela e a Gramática da Língua Portuguesa. Assim, nos §4º e §5º do artigo 47º,⁹⁶ verificamos a importância de se desenvolver um plano curricular voltado para as peculiaridades de cada região do país. Ao tratar do Ensino Básico, diz o §4º:

Artigo 47º - Desenvolvimento Curricular:

(...)

4- Os planos curriculares do ensino básico devem ser estabelecidos à escala nacional, sem prejuízo da existência de conteúdos flexíveis integrando componentes regionais.

No parágrafo posterior, há referência ao Ensino Secundário:

5- Os planos curriculares do ensino secundário terão uma estrutura de âmbito nacional, podendo as suas componentes apresentar características de índole regional e local, justificadas nomeadamente pelas condições sócio económicas e pelas necessidades de pessoal qualificado.

Desse modo, os pontos da LBSE nº 115/97 aqui expostos, demonstram a importância da adaptação dos planos curriculares a cada região de Portugal. O que nos permite dizer que essa adequação diz respeito a fatores como as variantes lingüísticas e as diferenças sócio-econômicas e culturais de cada região do país.

⁹⁶ Essa ênfase nas variações diatópicas também pode ser encontrada na *Lei de Bases do Sistema Educativo* nº 46/86. Para maiores detalhes, ver item 3.1.5.

Sobre essa questão, verifica-se que a *Gramática da Língua Portuguesa* mantém possíveis aproximações com a LBSE nº 115/97, haja vista que apresenta em seu corpus, mesmo que com pouca frequência, características que remontam às variações diatópicas do território português. Assim, a fim de evidenciar o que dissemos, retiramos um trecho da obra de Koch & Vilela. Vejamos:

Nas formas de tratamento, em português, usa-se o pronome pessoal tu, oposto a você (equivalente a tu em algumas zonas geográficas, ou situando-se num nível de distanciamento em relação ao interlocutor que fica entre o tu e o senhor) o senhor, vocemecê, vossa excelência, vossa senhoria, etc. Você (s) exige a terceira pessoa do singular/plural: Você tem obrigação de me respeitar, pois sou mais velho. Vocês entendem-se às mil maravilhas (p. 215)

Contudo, vale ressaltar que a obra em questão, apesar de não apresentar uma incidência maior sobre as variações lingüísticas presentes em Portugal, expõe um conteúdo que leva em conta as variações diatópicas entre os países que têm como língua oficial a língua portuguesa, principalmente Brasil e Portugal.⁹⁷ Fato que nos prova que há nela a predominância de conceitos trazidos pelo ramo da Lingüística que tem como objeto o estudo da língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso – a Sociolingüística. (Alkmim, 2005:31)

A fim de darmos continuidade ao nosso trabalho, tratamos, no próximo item, das relações entre a *Gramática da Língua Portuguesa* e os Programas de Língua Portuguesa. Isso nos possibilita mostrar que a obra supracitada apresenta um conteúdo voltado para os estudos lingüísticos mais recentes.

⁹⁷ Maiores detalhes sobre esse assunto podem ser encontrados nos itens 3.2, 3.2.1, e 3.2.2.

3.2.4) “Gramática da Língua Portuguesa” e “Programas de Língua Portuguesa”

Ao debruçarmo-nos no estudo dos Programas de Língua Portuguesa, dos Ensinos Básico e Secundário, encontramos possíveis pontos de contato entre eles e a *Gramática da Língua Portuguesa*. Desse modo, focalizamos o conteúdo que ambos trazem, mostrando ao leitor em que medida essa gramática mantém proximidades com os Programas.

Encontramos na obra de Koch & Vilela um estudo que abrange desde a palavra ao texto/discurso, o que lhe dá o mérito de ser uma das poucas gramáticas que traz em seu cerne conceitos da Lingüística contemporânea, principalmente aqueles surgidos a partir da Pragmática. Conforme mencionado, ela tem como base teórica ramos da Lingüística como a Sociolingüística, a Pragmática; a Lingüística Textual, a Lingüística Funcional, assim como os Gêneros Discursos.

Para que evidenciemos o tratamento que ela dá a essas áreas da Lingüística, destacando sua relação com os Programas de Língua Portuguesa, tratamos de cada uma delas, retirando exemplos do próprio texto. Em seguida, selecionamos trechos dos Programas, a fim de mostrar que muitas dessas teorias também estão presentes neles.

Considerando os conceitos da Sociolingüística, encontramos na obra de Koch & Vilela uma atenção às variações diatópicas, principalmente entre a variante européia e a americana. No entanto, cumpre destacar que seus autores não mencionam essa ênfase nas linhas de seu prefácio. Assim, somente no estudo da gramática pudemos constatar a referência a essas variações. Observemos um exemplo:

Obs.: as formas pronominais *mo*, *to*, *lho* são de pouquíssima frequência no PB atual. (...) No Brasil a forma de tratamento mais comum é *você*, embora em algumas regiões predomine o *tu* (sul, nordeste). (p. 215)

Sobre as variações diatópicas, encontramos nos Programas de Língua Portuguesa:

Confrontar variações linguísticas sociais ou regionais com formas padronizadas da língua:

- Reflectir oportunamente sobre variações ou inadequações linguísticas de ocorrência frequente. (PLPEB, p. 18)

No que se trata dos estudos pragmáticos, observamos na Gramática da Língua Portuguesa algumas abonações a seu respeito. Vejamos um exemplo:

(...) Muitos lingüistas, contudo, especialmente em países europeus como a França, a Alemanha, a Inglaterra, passaram a voltar sua atenção para a linguagem enquanto atividade e, portanto, para as relações entre a língua e seus usuários e para as ações que se realizam quando se usa a língua em determinadas circunstâncias de enunciação. Assim, pouco a pouco, vai ganhando terreno a lingüística pragmática. (p. 412)

Quanto aos Programas de Língua Portuguesa, é possível encontrarmos referência a esse paradigma lingüístico, em Funcionamento da Língua, num item destinado à Pragmática e à Lingüística Textual. Vejamos:

Pragmática e Lingüística Textual

- Interação discursiva

- Discurso
- Força ilocutória
- Princípios reguladores da interação discursiva

- Adequação discursiva

- Reprodução do discurso no discurso

- Modos de relato do discurso
- Verbos introdutórios de relato no discurso (...). (PLPES, p. 13)

Considerando os conceitos da Lingüística Textual, localizamos na obra de Koch & Vilela alguns trechos que tratam de coesão e coerência textuais. Assim, dizem eles:

Para Beaugrande & Dressler (1981)⁹⁸, a coesão concerne ao modo como os componentes da superfície textual – isto é, as palavras e frases que compõem um texto – encontram-se conectadas entre si numa seqüência linear, por meio de dependências de ordem gramatical. (p. 465)

E, ainda:

Para Beaugrande & Dressler (1981)⁹⁹, a coerência diz respeito ao modo como os componentes do universo textual, ou seja, os conceitos e relações subjacentes ao texto de superfície são mutuamente acessíveis e relevantes entre si, entrando numa configuração veiculadora de sentidos. (p. 466)

Voltando-se para esses mesmos conceitos, o Programa de Língua Portuguesa do Ensino Básico registra a importância de se:

Verificar experimentalmente a coerência de um texto

(...)

Reconhecer a função das conjunções na coesão textual. (PLPEB, p. 41-44)

No que se refere à Lingüística Funcional, verificamos, na *Gramática da Língua Portuguesa*, alguns pontos que remetem a esse ramo da Lingüística. Assim, observemos abaixo dois trechos da obra:

⁹⁸ BEAUGRANDE, R. & DRESSLER, W. U. *Einführung in die Textlinguistik*. Tübingen: Niemeyer, 1981.

⁹⁹ Op. cit.

Concebemos a língua como um sistema estratificado obedecendo aos seguintes propósitos:

(...)

- a língua tem um carácter funcional, funcionalidade detectável não apenas nas suas funções externas, mas também no interior do próprio sistema de signos. (p. 19)

Sobre a Lingüística Funcional, observamos nos Programas de Língua Portuguesa uma série de exemplos que mostram forte preocupação com a língua em uso e com a funcionalidade das unidades lingüísticas. Assim, em Aspectos específicos da Didática da Língua Portuguesa, temos:

(...) a aula de Língua Portuguesa deve desenvolver os mecanismos cognitivos essenciais ao conhecimento explícito da língua, bem como incentivar uma comunicação oral e escrita eficaz, preparando a inserção plena do aluno na vida social e profissional, promovendo a educação para a cidadania, contribuindo para a formação de um bom utilizador, habilitando-o a ser um comunicador com sucesso e um conhecedor, do seu modo de funcionamento, sujeito que se estrutura, que constrói a sua identidade através da linguagem para poder agir com e sobre os outros, interagindo. (PLPES, p. 02)

No que se refere ao tratamento dos Gêneros Discursivos, verificamos, na Gramática da Língua Portuguesa, alguns pontos que remetem a eles. Assim, selecionamos um trecho da obra que expressa essa atenção aos gêneros. São eles:

O contato com os textos da vida quotidiana, como anúncios, avisos de toda a ordem, artigos de jornais, catálogos, receitas médicas, prospectos, guias turísticos, literatura de apoio à manipulação de máquinas, etc., exercita a nossa capacidade metatextual para decifrar textos e ter consciência de que os textos reais e autênticos não se encontram (ou não se encontram apenas) na literatura. (p. 535)

Nos Programas de Língua Portuguesa há uma atenção bastante significativa no âmbito dos Gêneros Discursivo. Neles, é possível notar diversas orientações para o ensino de Língua Portuguesa baseadas na diversidade de textos. Em Desenvolver o gosto pela escrita e pela leitura, encontramos menção aos Gêneros Discursivos. Vejamos:

Contactar com diversos registos de escrita (produções dos alunos, documentação, biblioteca, jornais, revistas, correspondência, etiquetas, rótulos, registos de presença, calendários, avisos, recados, notícias) (...). (PLPEB, p. 147)

Diante desses aspectos, verifica-se que a *Gramática da Língua Portuguesa* e os Programas de Língua Portuguesa estão inseridos no “clima de opinião” em que foram produzidos, o que pode ser comprovado pelos pontos de contato que eles apresentam. Afinal, todos os modelos teóricos da lingüística contemporânea foram tratados por ambos, conforme demonstram os trechos aqui expostos.

Considerando ainda as possíveis aproximações entre a obra de Koch & Vilela e os Programas de Língua Portuguesa, vale ainda destacar que estes últimos apresentam um trecho que trata da importância de se considerar não somente as gramáticas da palavra e da frase, mas também a gramática do texto. O que demonstra mais uma aproximação entre ambos, haja vista que a Gramática da Língua Portuguesa apresenta uma obra gramatical sob a perspectiva da palavra, da frase e do texto/discurso.

Sobre isso, encontramos já no prefácio da *Gramática da Língua Portuguesa*:

Se definir uma palavra só pode ser feito dentro de uma dada perspectiva, como, por exemplo, língua e cultura, língua e sociedade, língua e história, língua e conhecimento, língua e aprendizagem, língua e desenvolvimento, etc., também a noção de gramática é bem polissêmica. Conscientes dessa polissemia, titulamos a nossa gramática **gramática da língua portuguesa**, com o subtítulo **gramática da palavra, gramática da frase**

e gramática do texto/discurso, seguindo mais ou menos o caminho que todas as corrente lingüística prosseguem. (p. 05)

Os Programas de Língua Portuguesa do Ensino Médio fazem a seguinte abonação a esse aspecto:

Os conteúdos relativos ao funcionamento da língua distribuem-se, por duas áreas, o previsível e o potencial: no previsível estão inscritos conteúdos relativos à dimensão semântica e pragmática da linguagem (desenvolvimento das competências linguística e discursiva/textual), enquanto no potencial se inscrevem os itens gramaticais que apóiam as escolhas lexicais, morfológicas, sintáticas e fonológicas que estão na base das opções semântico-pragmáticas. Deste modo, os conteúdos previsíveis convocam o estudo do texto, orientando-se, por isso, para uma **gramática do texto**¹⁰⁰ e os conceitos potenciais convocam saberes (...) mais interligados a uma gramática da frase. (PLPES, p. 48)

Desse modo, é possível dizermos que os trechos acima transcritos reafirmam a inserção da *Gramática da Língua Portuguesa* e dos Programas de Língua Portuguesa no “clima de opinião” do período de sua produção, pois ambos concebem a gramática sob a perspectiva da palavra, da frase e do texto/discurso.

Por fim, tratando desse último ponto, vale destacar que a obra de Koch & Vilela traz contribuições ao ensino de Língua Portuguesa ao focalizar a gramática sob a perspectiva do texto/discurso. O que nos permite afirmar que seus autores procuram evidenciar que os estudos gramaticais não devem ficar somente na palavra ou frase, uma vez que não nos comunicamos por meio palavras ou frases isoladas de contexto mas sim por meio de textos. (Cf. Koch & Vilela, 2001:413).

Nesse sentido, uma vez que aqui expusemos as possíveis relações entre a *Gramática da Língua Portuguesa* e os Programas de Língua Portuguesa, destacando a contribuição da primeira no âmbito dos estudos gramaticais, passamos ao próximo ponto deste trabalho. A partir de agora, aplicamos o princípio

¹⁰⁰ Grifos nossos.

da adequação, procurando expor as concepções de gramática, de língua, de linguagem, bem como o conceito de “correto” nas obras analisadas e sua relação com a Gramática Funcional.

3. 3 - Uma análise da “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e da “Gramática da Língua Portuguesa”, focalizada sob a perspectiva da Gramática Funcional: a adequação

Com base na proposta metodológica apresentada por Koerner (1996), aplicamos aqui o princípio da adequação. Assim, mostramos como alguns conceitos trazidos pela *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e pela *Gramática da Língua Portuguesa* podem ser aproximados da Gramática Funcional.¹⁰¹

Antes de nos voltarmos à aplicação desse princípio, é fundamental esclarecermos que alguns estudiosos como, por exemplo, Koerner (1996), asseveram que o historiógrafo deve se debruçar sobre documentos antigos, pois sua inserção no “clima de opinião” em que as fontes primárias foram produzidas pode ocasionar uma análise subjetiva desses documentos. Além disso, essa falta de distanciamento não possibilita ao historiógrafo a aplicação do princípio da adequação ao trabalho, pois esse princípio estabelece aproximações entre os modelos teóricos utilizados nos documentos e um conceito ou teoria atual.

Entretanto, assumindo uma postura contrária a esses argumentos, a pesquisa realizada tem como fontes primárias duas gramáticas atuais, pois, compartilhando com o pensamento de Stoer (1986) e Tétart (2000), consideramos plausível a produção de um trabalho historiográfico com base em documentos recentes. Afinal, a proximidade que o historiógrafo mantém do “clima de opinião” não prejudica a interpretação e a descrição dos documentos. Pelo contrário, ela possibilita um conhecimento maior dos aspectos sociopolíticos, econômicos, educacionais e lingüísticos que os permearam no momento de sua produção.

¹⁰¹ No capítulo 2, há um item destinado à Lingüística Funcional, no qual desenvolvemos esse assunto com mais profundidade.

Considerando esses aspectos, Tétart (2000) diz:

O problema da falta de distanciamento constituiu - e ainda constitui para alguns – “a” armadilha do tempo presente. Preso na rede de uma história que é em parte sua, o historiador não seria capaz de desembaraçar serenamente o emaranhado nem de escapar à subjetividade, ao julgamento. Mas não está todo historiador intimamente presente na história que compõe? A relação com a história pode ser igualmente passional, tratando-se de períodos antigos ou presentes.

(...)

O historiador do tempo presente não pode portanto, tanto quanto os outros, pretender uma pura objetividade. Ele recusa contudo a doxa que afirma que só se fala com razão do passado morto. Nenhum passado morre pois inerva continuamente a história dos indivíduos. De resto, conhecendo a especificidade de seu trabalho, ele deve, talvez mais do que qualquer outro, escrever com mais consciência e rigor (...). (p. 135-136)

Também tratando do trabalho com base em documentos atuais, Stoer (1986) faz a seguinte abonação:

Vale a pena recordar que mesmo acontecimentos do passado distante não se clarificam por si próprios por uma qualquer espécie de processos automáticos. O observador actual faz a escolha e são muitas vezes razões contemporâneas que determinam a lógica da escolha. Adicionalmente, há vantagens que se obtêm do estudo da “história contemporânea”: os materiais estão muito mais à mão e, por conseguinte, são geralmente mais fáceis de obter, e a memória das impressões dos participantes e observadores do período em questão é muito mais nítida. (p. 35)

E é exatamente o que ocorre no presente trabalho. Analisamos duas gramáticas contemporâneas, sendo a primeira construída num período em que as questões pragmáticas ainda não tinham grande força nos estudos lingüísticos. Já a segunda, está circunscrita a um período fortemente influenciado por uma lingüística centrada na linguagem como atividade/interação – a pragmática.

A fim de aplicarmos o princípio da adequação às gramáticas analisadas, selecionamos as concepções de gramática, de língua, de linguagem, assim como a noção de “correto”, para, assim, mostrarmos como elas são apresentadas pelas obras e pela Gramática Funcional.

Tratando da concepção de gramática, verifica-se que a GF concebe-a como uma “teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social”. (Neves, 2004:15) Além disso, ela “considera a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória”. (Op. cit.)

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Celso Cunha & Lindley Cintra focalizam a gramática sob a perspectiva da palavra e da frase. Assim, verifica-se que esses gramáticos não dão ênfase aos aspectos pragmáticos da língua, embora já caminhem para uma perspectiva funcional, o que pode ser constatado no momento em que, tratando da linguagem, os autores fazem referência a uma definição dada por Coseriu (1956).¹⁰² Logo, podemos observar que essa obra apresenta uma tênue aproximação com a GF na medida em que considera a contribuição trazida pelo trabalho desse funcionalista.

Quanto à *Gramática da Língua Portuguesa*, seus autores dão ênfase aos aspectos pragmáticos da língua, pois consideram o texto/discurso como parte integrante da gramática. Aqui, podemos fazer uma aproximação entre o conceito trazido por esses gramáticos e aquele apresentado pela GF, uma vez que Koch & Vilela levam em conta os mecanismos de funcionamento da língua e do texto/discurso. Assim, postulam que a gramática também engloba “a capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente por meio de uma língua, das mais diversas formas e com os mais diversos propósitos e resultados”. (Cf. Koch & Vilela, 2001:412)

No que se refere à concepção de língua, constatamos que, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, ela é focalizada sob duas perspectivas. Na primeira ela é vista como um código. Assim, Celso Cunha & Lindley Cintra, retomando o conceito de língua apresentado por Saussure (1916), consideram-na como “um

¹⁰² COSERIU, E. *La geografía lingüística*. Montevideo: Universidad de la República, 1956.

sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos” (p. 01). Não obstante, esses gramáticos levam em conta também seu dinamismo, pois ela deve “viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou” (p. 01). Na segunda ela é considerada como um instrumento de comunicação social que pode variar de acordo com aspectos como o social, o cultural e o geográfico. (p. 02)

Considerando as concepções de língua apresentadas pela obra de Celso Cunha & Lindley Cintra, podemos dizer que há uma relação entre ela e a GF. Assim, quando os autores citados consideram o dinamismo da língua, bem como suas variações, aproximam-se em certa medida do conceito de língua trazido pela GF, pois esta não concebe a língua como um sistema autônomo; e, assim, postula que a gramática deve ser entendida com referência a parâmetros como mudança e variação, aquisição e evolução, dentre outros. (Cf. Neves, 2004)

Na *Gramática da Língua Portuguesa*, Koch & Vilela levam em conta a contribuição trazida pela Pragmática. Assim, os autores citados concebem a língua como ação, pois consideram a linguagem como interação. Logo, verifica-se que há uma aproximação muito grande entre a concepção de língua apresentada por essa obra gramatical e pela GF, uma vez que esta última, levando em conta questões pragmáticas, também concebe a língua como ação.

Na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, a linguagem é considerada como instrumento para a comunicação, necessitando, portanto, de um código - a língua. Aqui, podemos estabelecer relações com a GF no momento em que Celso Cunha & Lindley Cintra consideram o dinamismo da língua. Assim, Neves (2004:03), retomando Gebruers (1987)¹⁰³, diz que, para a GF, a “linguagem tem um caráter dinâmico, porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem”.

Baseada nos estudos sobre a Pragmática, a *Gramática da Língua Portuguesa* apresenta uma concepção sócio-interacional de linguagem, considerando, assim, a linguagem como lugar de inter-ação entre sujeitos sociais, isto é, de sujeitos ativos, empenhados em uma atividade sociocomunicativa (p. 413). Desse modo, é plausível o estabelecimento de relações entre esse conceito e o apresentado pela GF, pois esta última, no que se refere à linguagem, está vinculada a toda situação

¹⁰³ GEBRUERS, R. S. C. *Dik Advances in Functional Grammar*. Review Article. *Lingua*, v. 62, p. 349-374, 1984.

comunicativa, ou seja, ao propósito do evento da fala, aos seus participantes e ao seu contexto discursivo.

Quanto à noção de “correto”, verifica-se que Celso Cunha & Lindley Cintra ampliam-na em relação à Gramática Tradicional. Segundo esses gramáticos, “correto” é tudo aquilo que a comunidade lingüística aceita como parte de sua gramática. Com base nessa definição, podemos estabelecer uma relação entre ela e o conceito de “correto” apresentado pela Gramática Funcional, pois esse modelo da Lingüística Funcional concebe como “correto” todas as variantes da língua, desde que haja uma comunicação eficiente entre seus usuários. Sobre isso, Neves (2004:02) diz que a GF, “considerando os aspectos pragmáticos da língua, tem como questão básica verificar o modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente”.

Na Gramática da Língua Portuguesa, Koch & Vilela concebem como “correto” qualquer uma das variedades da língua. Assim, os autores não se detêm somente à norma-padrão, uma vez que consideram a língua em uso, isto é, a “capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente, por meio de uma língua, das mais diversas formas (...)” (p. 412). Pode-se notar que essa concepção é bastante similar àquela trazida pela GF, uma vez que esta considera como correta todas as variantes da língua, desde que haja uma comunicação eficiente entre os sujeitos envolvidos numa atividade sociocomunicativa.

Cumpramos destacar ainda que a *Gramática da Língua Portuguesa* foi fortemente influenciada pela GF, pois considera as questões pragmáticas como elemento pertencente à gramática, o que pode ser comprovado por meio da bibliografia da Gramática do Texto/Discurso, na qual consta estudiosos como Daneš (1974)¹⁰⁴ e Halliday (1987)¹⁰⁵. Assim, apesar de ela expor um conteúdo que valoriza a norma-padrão, focaliza também questões discursivas, apresentando um trabalho que vai da palavra ao texto/discurso.

Além disso, ao longo do estudo da obra de Koch & Vilela, constatamos que esses gramáticos apresentam uma característica marcante de um emergente modelo da GF: a Gramática Funcional Discursiva. Esse tipo de GF apresenta-se

¹⁰⁴ DANEŠ, F. (1974) Functional Sentence Perspective and the Organization of the Text. In DANEŠ, F. (ed.) *Papers on Functional Sentence Perspective*. Praga, The Hague.

¹⁰⁵ HALLIDAY M. A.K. (1987) Spoken and written modes of meaning. IN R. Horowitz & S. J. Samuel (eds.) *Comprehending oral and written language*. São Diego: Academic Press.

como expansão de uma gramática da frase para uma gramática do discurso. Assim, baseada em Hengeveld (2003)¹⁰⁶, Neves (2006:32) diz que há duas razões para o desenvolvimento desse modelo:

(...) primeiro, por existirem muitos fenômenos lingüísticos que só podem ser explicados em termos de unidades maiores do que a frase individual, como partículas discursivas, cadeias anafóricas, formas de verbos da narrativa e muitos outros aspectos da gramática que requerem uma análise que tome um contexto lingüístico mais amplo em consideração; segundo, por existirem muitas expressões lingüísticas que são menores do que a frase individual, embora funcionem como enunciados completos e independentes dentro do discurso.

Ainda sobre esse assunto, é necessário que enfatizemos que não há na obra, em nenhum momento, menção de que ela esteja vinculada a esse emergente modelo da GF. Todavia, podemos concluir que essa obra já está seguindo o caminho desse novo modelo, pois, conforme mencionado, apresenta uma gramática que vai da palavra ao texto/discurso, focalizando aspectos da lingüística pragmática.

Quanto à *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, vale reiterar que, apesar de ela apresentar uma descrição da norma-padrão em diferentes variantes, considerando a gramática sob a perspectiva da palavra e da frase, mantém aproximações com a GF, pois, conforme mencionado, recebe influências do trabalho de Coseriu (1956).¹⁰⁷ Observemos:

Na linguagem é importante o pólo da variedade, que corresponde à expressão individual, mas também o é o da unidade, que corresponde à comunicação interindividual e é garantia de intercompreensão. A linguagem expressa o indivíduo por seu caráter de criação, mas expressa também o ambiente social e nacional, por seu caráter de repetição, de aceitação de uma norma, que é ao mesmo tempo histórica e sincrônica: existe o falar

¹⁰⁶ HENGEVELD, K. The architecture of a functional discourse grammar. In: GÓMEZ GONZÁLES, M. A.; MACKENZIE, J. L. (eds). *A new architecture for functional grammar*. Berlim: Mouton de Gruyter, p. 1-21, 2003.

¹⁰⁷ COSERIU, E. *La geografia lingüística*. Montevideo: Universidad de la República, 1956, p. 44-45.

porque existem indivíduos que pensam e sentem, e existem 'línguas' como entidades históricas e como sistemas e normas ideais, porque a linguagem não é só expressão, finalidade em si mesma, senão também comunicação, finalidade instrumental, expressão para outro, cultura objetivada historicamente e que transcende ao indivíduo.

Concluído o estabelecimento das relações entre alguns conceitos apresentados pelas obras analisadas e a Gramática Funcional, notamos que a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* é uma obra que faz um estudo descritivo da norma-culta, dando ênfase às variações diatópicas, principalmente à variante americana e à europeia. Todavia, conforme mencionado, ela está de certa forma inserida numa perspectiva funcional, uma vez que leva em conta o trabalho de Coseriu (1956). Já a *Gramática da Língua Portuguesa* é uma obra que, apesar de expor um conteúdo voltado para a norma-padrão, focaliza também questões discursivas, haja vista que considera o texto/discurso como parte integrante da gramática.

Passamos agora ao último ponto de nosso trabalho. Nele, vamos expor algumas discussões voltadas para as semelhanças e as diferenças entre a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e a *Gramática da Língua Portuguesa*.

3.4 - “Nova Gramática do Português Contemporâneo” e “Gramática da Língua Portuguesa”: suas semelhanças e suas diferenças

Ao aproximarmos a *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, de Celso Cunha & Lindley Cintra da *Gramática da Língua Portuguesa*, de Ingedore Villaça Koch & Mário Vilela, verificamos que a segunda gramática pode ser considerada sob duas perspectivas: ruptura e continuidade em relação à primeira.

A obra de Koch & Vilela apresenta ruptura em relação à *Nova Gramática do Português Contemporâneo* porque expõe um modelo de gramática que busca integrar a gramática da palavra, a gramática da frase e a gramática do

texto/discurso.¹⁰⁸ Essa obra focaliza os estudos gramaticais (Partes I e II), bem como os estudos lingüísticos da segunda metade do século XX, com ênfase nos trabalhos posteriores ao Gerativismo (Parte III). Quanto à questão da continuidade, ela ocorre porque a gramática de Koch & Vilela, nos dois primeiros capítulos, focaliza as questões gramaticais sob os moldes da norma-padrão e não desconsiderando a tradição gramatical.

É preciso reiterar ainda que, após a análise de ambas as obras, pudemos observar que elas apresentam três características semelhantes. A primeira delas é a ênfase nas variantes europeia e americana. Segundo Cunha & Cintra, essa preocupação em fazer um estudo diatópico voltado para essas duas variantes surgiu antes mesmo da produção das obras, uma vez que elas foram resultado de um projeto que visava a um trabalho conjunto entre estudiosos brasileiros e portugueses. Assim, tratando dos verbos, dizem eles:

A construção do estar (ou andar) + GERÚNDIO, preferida no Brasil é a mais antiga no idioma e ainda tem vitalidade em dialetos centro-meridionais de Portugal (principalmente no Alentejo e no Algarve) (...). (p. 384)

Quanto à *Gramática da Língua Portuguesa*, apesar de seus autores demonstrarem uma constante preocupação em expressar as diferenças e as semelhanças entre essas variantes, não encontramos no prefácio de sua gramática nenhuma referência sobre a intenção de se trabalhar com essas questões. Essa postura de comparar ou, muitas vezes, somente expor as variantes europeia e americana, pode ser observada no seguinte trecho da obra:

¹⁰⁸ Ressalta-se que encontramos referência à gramática sob a perspectiva da palavra, da frase e do texto/discurso, já em 1983, no trabalho de MIRA MATEUS, M.; BRITO, M. A.; DUARTE, I. S. & FARIA, I. H. *Gramática da Língua Portuguesa: Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual*. Coimbra: Almedina, 1983.

Agora dorme-se

Aqui não se dança

Nas nomenclaturas do PE e PB, consideram-se estes casos como de oração com sujeito indeterminado. (p. 182)

A segunda característica em comum entre a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e a *Gramática da Língua Portuguesa* diz respeito ao tratamento das classes de palavras do ponto de vista formal, semântico e sintático. Isso pode ser verificado ao longo da análise de cada uma das obras, uma vez que exemplificamos todas as classes sob essas três perspectivas.¹⁰⁹

Por fim, a terceira característica afim entre as obras está relacionada à atenção que seus autores dão à lusofonia. Todavia, vale salientar que, na gramática de Cunha & Cintra, essa ênfase está explícita, pois ela aparece no prefácio da obra. Já na obra de Koch & Vilela, ela está implícita, uma vez que a observamos somente no estudo da gramática. Os trechos abaixo demonstram a preocupação com a lusofonia expressa pela *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e pela *Gramática da Língua Portuguesa*, respectivamente.

Trata-se de uma tentativa de descrição do português atual na sua forma culta, isto é, da língua como têm utilizado os escritores portugueses, brasileiros e africanos do Romantismo para cá, dando naturalmente uma situação privilegiada aos autores dos nossos dias. (Cunha & Cintra, 1985:XIV)

Relativamente ao verbo querer há um uso, que se vai tornando quase normal no português de Angola e Moçambique e aliás encontrável regionalmente no português de Portugal, que aproxima do valor aspectual (“estar prestes a”, “estar em risco de”, “estar quase a”):

Esta árvore quer cair.

A flor quer murchar.

No português do Brasil, a realização deste valor ocorre como:

Está querendo chover.

Este varal está querendo quebrar. (Koch & Vilela, 2001:73-74)

¹⁰⁹ Essa exemplificação pode ser encontrada às páginas 117 a 120; 152 a 156.

Baseados no “espírito de época” de cada uma das obras, verificamos que elas, apesar de apresentarem características afins, retratam uma ruptura para o período de sua produção que contribui para o desenvolvimento dos estudos gramaticais. Essa contribuição está relacionada ao fato de a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* trazer conceitos da Sociolinguística num período em que essa disciplina estava em pleno desenvolvimento. Quanto à contribuição dada pela *Gramática da Língua Portuguesa*, diz respeito ao fato de ela trazer uma série de conceitos, cujo desenvolvimento ocorreu a partir da Pragmática, o que nos permite dizer que esta é uma gramática que está plenamente circunscrita à Linguística Discursiva.

Não obstante, é necessário destacar que os progressos científicos não ocorrem somente por rupturas, mas também por continuidades, uma vez que um paradigma não anula o outro, mas, sim, o complementa. É exatamente por essa razão que as obras analisadas trazem um avanço para os estudos gramaticais, pois representam ruptura e continuidade dos estudos gramaticais. Um exemplo desse avanço é o fato de a gramática de Celso Cunha & Lindley Cintra apresentar um estudo da palavra à frase e a gramática de Koch & Vilela focalizar um estudo da palavra ao texto/discurso. Aqui, verifica-se exatamente o avanço dos estudos sobre a linguagem, uma vez que a palavra ou a frase deixa de ser vista isoladamente, passando a ser focalizada a partir do texto/discurso.

A fim de reafirmar a evolução dos estudos sobre a linguagem que essas gramáticas representam, selecionamos as concepções de língua, de linguagem e comunicação que cada uma delas traz. Isso nos dá elementos para comprovar que os estudos sobre a linguagem estão em constante desenvolvimento, haja vista que a língua não é estática, pois está sujeita às pressões do uso.

A *Nova Gramática do Português Contemporâneo* concebe a língua sob dois enfoques. No primeiro ela é tida como um código e, assim, se voltando ao conceito de língua apresentado por Saussure (1916), Celso Cunha & Lindley Cintra concebem-na como “um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos” (p. 01). Além disso, seus autores, nesse primeiro enfoque, levam em conta o seu caráter dinâmico,

sendo este desconsiderado pelo mestre genebrino. No segundo enfoque, a língua é vista como um instrumento de comunicação social que pode variar de acordo com os aspectos social, cultural e geográfico (p. 02). Quanto à *Gramática da Língua Portuguesa*, ela concebe a língua como ação, pois considera a linguagem como interação.

Voltando-nos para a concepção de linguagem apresentada por ambas as obras, verificamos que, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, a linguagem é considerada como instrumento para a comunicação, carecendo assim de um código, a língua. Já a *Gramática da Língua Portuguesa*, por se basear nos estudos lingüísticos surgidos a partir da Pragmática, expõe uma concepção sócio-interacional de linguagem.

No que se trata da concepção de comunicação, os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* a concebem como a união de linguagem, língua e discurso (p. 01). Assim, para Cunha & Cintra, a língua é a criação e o fundamento da linguagem, sendo a manifestação desta última concretizada por meio de discursos (p. 02). Sobre esse aspecto, Koch & Vilela apresentam como definição de comunicação “a troca, entre falante e ouvinte, de representações da realidade objetiva com auxílio de signos lingüísticos” (p. 17).

Considerando as concepções de língua, de linguagem e de comunicação apresentadas pelas obras, constatamos que realmente os estudos gramaticais evoluíram, pois, na *Gramática da Língua Portuguesa*, todos esses conceitos levam em conta a inter-ação entre interlocutores de dada comunicação, aspecto desconsiderado pela *Nova Gramática do Português Contemporâneo*.

Desse modo, podemos finalizar a discussão sobre os processos de ruptura e continuidade apresentados pelas gramáticas, citando Altman (1998:35), que postula que não há momentos de “rupturas” na Lingüística, pois, apesar de sua multiplicidade de teorias, um novo paradigma não faz com que o anterior desapareça. Além disso, o avanço do conhecimento lingüístico não é composto somente por rupturas e descontinuidades, mas, também, por acumulação e continuidades.

Conclusão

O tema desta dissertação é a Gramaticografia da Língua Portuguesa, focalizada em uma perspectiva historiográfica, em dois momentos: final do século XX e início do século XXI. Sobre ele, indagamos se é possível produzir-se um trabalho historiográfico, fundamentado em fontes primárias atuais, aplicando a ele o princípio da adequação. Além disso, a problematização está ligada ao fato de evidenciarmos que os estudos gramaticais não são marcados somente por rupturas, mas também, por continuidades dos paradigmas precedentes. Diante desses aspectos, procuramos responder às seguintes perguntas:

- Que diferenças podemos encontrar em uma gramática voltada para a variação lingüística, mas restrita ao nível frasal, e uma gramática voltada para uma perspectiva discursiva?
- Houve um processo de ruptura ou de continuidade no âmbito dos estudos gramaticais, no período em que as obras foram produzidas?
- Há diferenças de concepção de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação em ambas as obras?
- Até que ponto o princípio da adequação, proposto por Koerner (1996), pode ser aplicado a uma gramática contemporânea?

Ao responder esses questionamentos, temos como objetivo geral:

- Contribuir para os estudos em Gramaticografia da Língua Portuguesa.

Como objetivos específicos, pretendemos:

- Evidenciar, numa perspectiva historiográfica, as diferenças entre uma gramática voltada para a variação lingüística, mas restrita ao nível frasal, e uma gramática voltada para uma perspectiva discursiva;
- Verificar se houve um processo de ruptura ou de continuidade nos estudos gramaticais, no período que separa a publicação das gramáticas.
- Verificar a concepção de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação apresentada por cada uma das obras;
- Verificar a pertinência da aplicação do princípio da adequação, proposto por Koerner (1996), a gramáticas contemporâneas.

No que se refere à primeira de nossas perguntas, constatamos que a *Nova Gramática do Português Contemporâneo* é uma obra inovadora para o período em que foi escrita por dois motivos. O primeiro está relacionado ao fato de ela fazer um estudo descritivo da norma-padrão em diferentes variantes, dando ênfase à variante europeia e à americana. Além disso, ela apresenta uma gramática que, focalizando a palavra e a frase, traz conceitos, como as variantes da Língua Portuguesa, num momento em que a Sociolingüística começava a emergir. O segundo diz respeito ao tratamento que essa obra dá às classes de palavras e às funções que elas exercem. Quanto à *Gramática da Língua Portuguesa*, ela traz inovações porque expõe um estudo descritivo da norma-padrão, sob a perspectiva da palavra, da frase e do texto/discurso, focalizando os estudos lingüísticos surgidos a partir da Pragmática. Além disso, ela traz uma segunda contribuição no momento em que utiliza como

critérios para a classificação das categorias gramaticais o nível morfo-sintático-semântico.

Considerando as inovações trazidas por ambas as obras, encontramos respostas para a segunda de nossas indagações. No estudo das gramáticas, verificamos que houve um processo de ruptura e de continuidade no período que separa sua produção. A obra de Koch & Vilela é sinônimo de ruptura porque ela amplia a noção de gramática em relação à obra de Celso Cunha & Lindley Cintra, ao considerar o texto/discurso como parte integrante da gramática. No entanto, ela também representa continuidade dos estudos gramaticais em relação à *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, porque, ao tratar da gramática da palavra e da frase, focaliza-as sob os moldes da norma-padrão, não desconsiderando, portanto, a tradição gramatical.

A terceira de nossas indagações diz respeito às diferenças (ou não) que as obras apresentam ao tratarem das concepções de gramática, de língua, de linguagem e de comunicação. Ao focalizarem a concepção de gramática, os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e da *Gramática da Língua Portuguesa* concebem-na de formas diferentes. Cunha & Cintra tratam da gramática sob o enfoque da palavra e da frase, desconsiderando, portanto, as questões discursivas. Já Koch & Vilela, por considerarem o texto/discurso como parte integrante da gramática, dão ênfase aos aspectos pragmáticos da língua. Desse modo, levam em conta os mecanismos de funcionamento da língua e do texto/discurso e, assim, postulam que a gramática engloba “a capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente por meio de uma língua, das mais diversas formas e com os mais diversos propósitos e resultados”. (Cf. Koch & Vilela, 2001:412)

Ao tratarem da língua, Celso Cunha & Lindley Cintra concebem-na em dois sentidos. No primeiro, a língua é vista como um código e, segundo esses gramáticos, ela é “um sistema gramatical pertencente a um grupo de indivíduos. Expressão da consciência de uma coletividade, a LÍNGUA é o meio por que ela concebe o mundo que a cerca e sobre ele age. Utilização social da faculdade da linguagem, criação da sociedade, não pode ser imutável; ao contrário, tem de viver em perpétua evolução, paralela à do organismo social que a criou”. (p. 01). Nessa primeira definição, verificamos que os autores da *Nova Gramática do Português*

Contemporâneo retomam o conceito de língua apresentado por Saussure (1916), considerando, entretanto, o seu dinamismo. Logo, verifica-se que esses gramáticos consideram-na como fato social e dinâmico, ao mesmo tempo. No segundo, ela é um instrumento de comunicação social, maleável e diversificado quanto aos aspectos social, cultura e geográfico (p. 02). Assim, observa-se que essa concepção está vinculada ao fato de eles utilizarem como modelo teórico preponderante de sua obra a Sociolinguística. Quanto aos autores da *Gramática da Língua Portuguesa*, por se apoiarem em modelos teóricos surgidos a partir da Pragmática, concebem a língua como ação, uma vez que levam em conta a linguagem em uso.

No que se refere à concepção de linguagem, Celso Cunha & Lindley Cintra consideram-na como um conjunto complexo de processos que torna possível a aquisição e o emprego concreto de uma língua (p. 01). Assim, ela é vista como instrumento para a comunicação, sendo, para isso, necessário um código, a língua. Daí se conclui que os autores da *Nova Gramática do Português Contemporâneo* não vêem a linguagem como interação. No que se refere aos autores da *Gramática da Língua Portuguesa*, eles têm uma concepção sócio-interacional de linguagem, considerando-a como lugar de inter-ação entre sujeitos sociais, isto é, de sujeitos ativos, empenhados em uma atividade comunicativa. (p. 413)

Por comunicação, Celso Cunha & Lindley Cintra entendem a união de linguagem, língua e discurso (p. 01), uma vez que a língua é a criação e o fundamento da linguagem, sendo a manifestação desta última concretizada por meio de discursos (p. 02). Koch & Vilela, tratando desse mesmo conceito, entendem por comunicação “a troca, entre falante e ouvinte, de representações da realidade objetiva com auxílio de signos lingüísticos” (p. 17). Aqui, mais uma vez se observa que Cunha & Cintra não consideram a linguagem como interação, enquanto Koch & Vilela dão destaque a esse aspecto.

A última pergunta está relacionada à aplicação do princípio da adequação a gramáticas contemporâneas. Assim, utilizando a Gramática Funcional como modelo teórico para sua aplicação, estabelecemos aproximações entre ela e os conceitos de gramática, de língua e de linguagem apresentados pela *Nova Gramática do Português Contemporâneo* e pela *Gramática da Língua Portuguesa*. Desse modo, considerando que já mencionamos como cada uma das gramáticas vê esses

conceitos, tratamos a seguir somente de como eles são considerados pela Gramática Funcional.

Voltando-nos aos estudos sobre a GF, constatamos que esse modelo da Lingüística Funcional concebe a gramática como uma “teoria da organização gramatical das línguas naturais que procura integrar-se em uma teoria global da interação social” (Neves, 2004:15). Vale destacar, ainda, que ela “considera a capacidade que os indivíduos têm não apenas de codificar e decodificar expressões, mas também de usar e interpretar essas expressões de uma maneira interacionalmente satisfatória”. (Op. cit.)

Sobre a concepção de língua, Neves (2004:03), retomando Givón (1995)¹¹⁰, diz que, na Gramática Funcional, ela não pode ser descrita como um sistema autônomo, já que a gramática não pode ser entendida sem referência a parâmetros como cognição e comunicação, processamento mental, interação social e cultural, mudança e variação, aquisição e evolução.

Gebruers (1987:129), segundo Neves (2004:03), menciona que “a concepção de linguagem defendida pela Gramática Funcional é seu caráter não apenas funcional como também dinâmico. Ela é funcional porque não separa o sistema lingüístico e suas peças das funções que têm de preencher, e é dinâmica porque reconhece, na instabilidade da relação entre estrutura e função, a força dinâmica que está por detrás do constante desenvolvimento da linguagem”.

Ainda no princípio da adequação, estabelecemos a relação entre o conceito de “correto” apresentado pelas gramáticas analisadas e a Gramática Funcional. Desse modo, na *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, esse conceito foi ampliado em relação à Gramática Tradicional, haja vista que Celso Cunha & Lindley Cintra consideram como “correto” tudo aquilo que a comunidade lingüística aceita como parte de sua gramática. Levando em conta essa definição, estabelecemos uma relação entre ela e o conceito de “correto” trazido pela Gramática Funcional, uma vez que esta última concebe como “correto” todas as variantes da língua, desde que haja uma comunicação eficiente entre seus usuários. Tratando desse assunto, Neves (2004:02) diz que a GF, “considerando os aspectos pragmáticos da língua,

¹¹⁰ GIVÓN, T. *Functionalism and Grammar*. Amsterdam/Filadélfia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

tem como questão básica verificar o modo como os usuários da língua se comunicam eficientemente”.

A *Gramática da Língua Portuguesa* considera como “correta” qualquer uma das variedades da língua. Desse modo, Koch & Vilela não restringem sua obra somente à norma-padrão, pois consideram a língua em uso, isto é, a “capacidade que tem o ser humano de interagir socialmente, por meio de uma língua, das mais diversas formas (...)” (p. 412). Nesse sentido, observa-se que essa concepção converge com aquela apresentada pela GF, uma vez que esta considera corretas todas as variantes da língua, desde que haja uma comunicação eficiente entre os sujeitos envolvidos numa atividade sociocomunicativa.

Desse modo, ao mostrarmos como os conceitos mencionados são vistos pela Gramática Funcional, comprovamos a possibilidade de se trabalhar com documentos atuais no trabalho historiográfico. Todavia, é necessário salientar que a aplicação do princípio da adequação a documentos contemporâneos somente é plausível quando a base teórica para o seu desenvolvimento não esteja no cerne do texto sob análise.

Considerando que conseguimos responder aos questionamentos deste trabalho, podemos dizer que todos os objetivos traçados foram atingidos. Logo, verifica-se que a pesquisa apresentada traz contribuições para os estudos historiográficos tendo ainda possibilidades de continuação.

Bibliografia

Fontes Primárias

KOCH, I. V. & VILELA, M. Gramática da Língua Portuguesa: Gramática da Palavra, Gramática da Frase, Gramática do Texto/Discurso. Coimbra: Almedina, 2001.

CUNHA, C. & CINTRA, L. F. Nova Gramática do Português Contemporâneo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

Fontes Secundárias

ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. *Biografia de Celso Cunha*. Disponível em: <<http://www.biblio.com.br/Templates/biografias/celsocunha.html>>. Acesso em: 14 nov. 2004.

AGGIO, A. & LAHUERTA, M. (Orgs). *Pensar o século XX: Problemas Políticos e História Nacional na América Latina*. São Paulo: Unesp, 2003.

ALCKMIM, T. M. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIN, F. & BENTES, A. C. (Orgs.). *Introdução à Lingüística*. São Paulo: Domínios e Fronteiras, v. 1, 2005, p. 21- 47.

ALTMAN, C. *A Pesquisa Lingüística no Brasil (1968-1988)*. São Paulo: Humanitas /FFLCH/ USP, 1998.

_____. *Filologia e Lingüística: Outra Vez*. In *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, 2004, nº 06, p. 161-198.

ARANHA, M. L. A. *História da Educação*. São Paulo: Moderna, 2002.

ARRUDA, J. J. & FONSECA, L. A. da (Orgs.). *Brasil-Portugal: História, agenda para o milênio*. Bauru: EDUSC, 2001.

AZEVEDO, J. *O Fim de um Ciclo? A Educação em Portugal no início do século XX*. Porto: Asa, 2002.

BAGNO, M. (Org.). *Norma Lingüística*. São Paulo: Loyola, 2001.

_____. *A norma oculta: língua & poder na sociedade brasileira*. São Paulo: Parábola, 2003.

_____. *Língua Materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo, Parábola, 2005.

BAKHTIN, M. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2002.

BASTOS, N. B. O fazer historiográfico em Língua Portuguesa. In: *Língua Portuguesa em Calidoscópio*. São Paulo: Educ, 2004, p. 73-82.

_____; PALMA, D. V. *História Entrelaçada: A Construção de Gramáticas e o Ensino de Língua Portuguesa do Século XVI ao XIX*. IP-PUC/SP. Ed Lucerna: Rio de Janeiro, 2004.

_____. *História Entrelaçada 2: A Construção de Gramática e o Ensino de Língua Portuguesa na Primeira Metade do Século XX*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

BASTOS, N. O.; FACCINA, R. L. S.; FRANCO, M. I. S. M.; PALMA, D. V. *Língua Portuguesa através dos séculos (XVI ao XX): Em busca do método historiográfico*. In: Anais do II EDIP, 2002, p. 31-40.

BEAUGRANDE, R. A. & DRESSLER, W. U. *Introducción a la lingüística del texto. Versión española y estudio preliminar de Sebastián Bonilla*. Barcelona: Editorial Ariel S.A., 1997.

BECHARA, E. *Ensino da Gramática. Opressão? Liberdade?* São Paulo: Ática, 1999.

_____. *Moderna Gramática Portuguesa*. 19ª ed., São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

_____. (2004) *Moderna Gramática Portuguesa*. 37ª ed. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.

BENVENISTE, É. *Problemas de Lingüística Geral*. Trad. Maria da Glória Novak e Maria Luisa Néri. Campinas: Pontes, v 1 e 2, 2005.

BESSELAAR, J. V. D. *Introdução aos Estudos Históricos*. São Paulo: Epu-Edusp, 1974.

BORBA, F. S. *Introdução aos estudos lingüísticos*. Campinas: Pontes, 1998.

BRANDÃO, S. F. *A Geografia Lingüística no Brasil*. São Paulo: Ática, 1991.

BRASIL. Lei nº 5.692/71 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/L5692.html>. Acesso em: 10 jul. 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394/96 – *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <http://www.pedagogiaemfoco.pro.br//5692_71>. Acesso em: 06 abr. 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: primeiro e segundo ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília/SEF. Disponível em: <In Site – <http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pcn1a4.asp>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. Brasília/SEF. Disponível em: <<http://mecsrv04.mec.gov.br/sef/estrut2/pcn/pcn5a8.asp>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Ensino Médio: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília/SEF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/14-24.pdf>>. Acesso em: 24 abr. 2007.

BRZEZINSKI, I. (Org.). *LDB Interpretada: diversos olhares se entrecruzam*. São Paulo: Cortez, 2005.

BURKE, P. *A Escola dos Annales 1929-1989: A Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp, 1997.

CÂMARA JR, M. *Princípios de Lingüística Geral*. 4ª ed. ver. E aum. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1969.

CARONE, F. *Morfossintaxe*. São Paulo: Ática, 2000.

CARVALHO, C. *Para Compreender Saussure*. Petrópolis: Vozes, 1998.

CASAGRANDE, N. S. *A implantação da Língua Portuguesa no Brasil do século XVI: um percurso historiográfico*. São Paulo, 2001. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

CASTILHO, A. *Reflexões sobre a área de Filologia e Língua Portuguesa*. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, nº 04, p. 221-290, 2001.

CASTRO, I. *Lingüística Histórica e História da Língua*. In: *Curso de História da Língua Portuguesa*. Universidade Aberta, 1991.

_____. *Figuras da Cultura Portuguesa – Luís Filipe Lindley Cintra*. Disponível em: <<http://www.instituto-camoes.pt/cvc/figuras/cintra.html>>. Acesso em: 14 nov. 2004.

COSENTINO, F. C. & SOUZA, M. A. *1500 – 2000: Trajetórias*. Belo Horizonte: Centro Universitário Newton Paiva Curso de História, 1999.

COSTA VAL, M. G. *Redação e textualidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

CUNHA, C. *Uma política do idioma*. Rio de Janeiro: Livraria São José, 1968.

_____. *Gramática do Português Contemporâneo*. Belo Horizonte: Bernardo Álvares, 1970.

_____ *Língua, Nação, Alienação*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.

_____ O ofício de filólogo. In *Sob a Pele das Palavras*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2004, p. 341-359.

DIJK, T. A. V. *Cognição, Discurso e Interação*. São Paulo: Contexto, 2002.

DONATO, H. *Brasil 5 séculos*. São Paulo: Green Forest do Brasil Editora, 2003.

DUBOIS, J.; GIACOMO, M.; GUESPIN, L.; MARCELLESI, C.; MARCELLESI, J. B. & MEVEL, J. P. *Dicionário de Lingüística*. Trad. Brasileira. São Paulo: Cultrix, 1993.

DUCROT O. *Princípios de Semântica Lingüística: dizer e não dizer*. São Paulo: Cultrix, 1979.

_____ *O dizer e o dito*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

_____ ; TODOROV, T. *Dicionário Enciclopédico das Ciências da Linguagem*. Trad. Brasileira. São Paulo: Perspectiva, 2001.

FACCINA, R. L. S. *Políticas Lingüísticas: Normatização do Ensino de Língua Portuguesa no século XX*. São Paulo, 2002. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

FAULSTICH, E. *Planificação Lingüística e problemas de normalização*. São Paulo: Unesp. Disponível em: www.resenhas.com-InstitutoDifusordaLínguaPortuguesa. Acesso em: 19 nov. 2004.

FÁVERO, L. L. *As Concepções Lingüísticas do Século XVIII - A Gramática Portuguesa*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

_____ *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Ática, 2002.

_____ ; & KOCH, I. V. *Lingüística Textual: Introdução*. São Paulo: Cortez, 2002.

_____ ; & MOLINA, M. A. G. *As Concepções Lingüísticas no século XIX: A Gramática no Brasil*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.

FERREIRA, L. C. M. O quadro atual da Análise de Discurso no Brasil: Um breve preâmbulo. In: FERREIRA, Leandro Cristina Maria & INDURSKY, Freda (Orgs). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Clara Luz, 2005.

GHIRALDELLI JR, P. *História da Educação Brasileira*. São Paulo: Cortez, 2006.

GLÉNISSON, J. (1986) *Iniciação aos Estudos Históricos*. São Paulo: Bertrand/Difel.

GONÇALVES, M. F. Notas sobre as relações entre a História e a Historiografia da Língua Portuguesa: Problemas e métodos (com base em exemplos oitocentistas). In: *Descrição do Português: Lingüística Histórica e Historiografia Lingüística*. Cultura Acadêmica Editora, 2002, p. 11-24.

HENRIQUES, C. O Cânone lingüístico-literário das Gramáticas de Celso Cunha. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*. São Paulo: Humanitas, nº06, p. 115-159, 2004.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. & FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. 1ª ed., Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

INCLUSÃO SOCIAL NOS PALOP. Disponível em: <<http://www.ilo.org/inclusao-palop/pages/PALOP/PALOP/geral.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2007.

KOCH, I. V. & SOUZA E SILVA, M. C. P. *Lingüística Aplicada ao Português: Morfologia*. São Paulo: Cortez, 1999.

_____ *O texto e a construção dos sentidos*. São Paulo: Contexto, 2000.

_____ *A coesão Textual*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____ *A inter-ação pela linguagem*. São Paulo: Contexto, 2003.

_____ *Introdução à Lingüística Textual*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

KOERNER, K. *On the problem of influence in Linguistic Historiography*. In: AARSLEFF et al., (eds.), p. 13-28, 1987.

_____ *Practicing linguistic historiography: select essays*. Amsterdam & Philadelphia: John Benjamins, 1989.

_____ *Questões que persistem em Historiografia Lingüística*. In Revista ANPOLL, nº 2, p. 45-70, 1996.

_____ *O Problema da metalinguagem em Historiografia da Lingüística*. Trad. Cristina Altman. In. Revista DELTA, vol. 12, nº 01, p. 95-124, 1996.

_____ *Lingüística e Filologia: O Eterno Debate*. In Filologia e Lingüística Portuguesa. São Paulo: Humanitas, nº 01, p. 07-20, 1997.

KRISTEVA, J. *A Lingüística Indiana. In História da Linguagem*. Lisboa Edições, p. 103-113, 1969.

KUHN, T. A. *A Estrutura das Revoluções científicas*. São Paulo: Perspectiva, 2000.

LABOURDETTE, J. F. *História de Portugal*. Trad. Magda Bigotte de Figueiredo. LISBOA: Dom Quixote, 2001.

LOPES, E. *Fundamentos da Lingüística Contemporânea*. São Paulo: Cultrix, 1976.

LOPES, E. A Situação Atual, Problemas e Desafios do Sistema Educativo Português. In: *A Educação em Portugal no Horizonte dos Anos 2000. Actas do Seminário*. Lisboa: CNE, p. 103-116, 1993.

LOPES, L. F. & SANTOS, O. dos *Os Novos Descobrimentos: Do Império à CPLP: Ensaio sobre História, Política, Economia e Cultura Lusófonas*. Coimbra: Almedina, 2006.

LYONS, J. *Linguagem e Lingüística: uma introdução*. Trad. Marilda Winkler Averbug & Clarisse Sieckenius de Souza. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MAIS ESCOLAS devem ser fechadas no próximo ano. *Jornal Terras da Feira, Bissemanário Regional*, [S.l.], 18 jun. 2007.

MARQUES, A. H. O. *Breve História de Portugal*. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

MARTELOTTA, M. E. & AEREAS, E. K. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: *Lingüística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A/FAPERJ, 2003.

MATTOS e SILVA, R.V. *Contradições no Ensino de Português*. São Paulo: Contexto, 1995.

_____. *Sobre desencontros e reencontros: Filologia e Lingüística no Brasil do século XX*. In ANPOLL, p. 17-36, 1999.

_____. *Tradição Gramatical e Gramática Tradicional*. São Paulo: Contexto, 2002.

MEGALE, H. & CAMBRAIA, C. N. *Filologia Portuguesa no Brasil*. Delta, nº15.

MENDONÇA, S. R. & FONTES, V. M. *História do Brasil Recente: 1964 – 1992*. São Paulo: Ática, 2004.

MIRA MATEUS, M. H. *A Face Exposta da Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1999.

_____. ; BRITO, M. A.; DUARTE, I. S. & FARIA, I. H. *Gramática da Língua Portuguesa: Elementos para a descrição da estrutura, funcionamento e uso do português atual*. Coimbra: Almedina, 1983.

NAKAMURA, L. T. B. *Os estudos históricos e sua importância*. In Anais do II EDIP, p. 201-210, 2002.

NEVES, M. H. M. *A Gramática Funcional*. São Paulo: Martins fontes, 1997.

_____. *A Gramática: história, teoria e análise, ensino*. São Paulo: Unesp, 2002.

_____. *Texto e Gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NOGUERIA, S. M. *Língua Portuguesa no Maranhão do Século XIX sob o enfoque Historiográfico*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

NOGUEIRA JÚNIOR, J. E. *Comicidade e Língua Portuguesa na primeira metade do século XIX no Brasil*. São Paulo, 2005. Tese (Doutorado em Língua Portuguesa) –

Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, M. B. de. *As noções de Grammatica Portuguesa de Pacheco da Silva Junior e Lameira de Andrade no processo de Gramatização Brasileira*. São Paulo, 2007. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, M. E. *Construções Sintáticas na Grammatica Portuguesa de Julio Ribeiro: Século XIX*. São Paulo, 2002. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

OLIVEIRA, R. P. Semântica. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras* (Orgs.).v. 2. São Paulo: Cortez, 2006.

ORLANDI, E. *Interpretação: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____ *Análise do discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Pontes, 2001.

_____ A Análise de Discurso em suas diferentes tradições intelectuais: o Brasil. In: FERREIRA, L. C. M. & INDURSKY, F. (Orgs). *Michel Pêcheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Clara Luz, 2005.

PAUL, H. *Princípios Fundamentais da História da língua*. Trad. Maria Luisa Schemann. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, [s.d].

PEREIRA, C. C. Esboço biográfico. In: PEREIRA, C. C. & PEREIRA, P. R. D. (Orgs.). *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. XV-XXIII, 1995.

_____ *Celso Cunha e a Tradição Filológica*. Disponível em: <www.academia.org.br>. Acesso em: 14 nov. 2004.

PEZZATI, E. G. O Funcionalismo em Lingüística. In: MUSSALIM, F. & BENTES, A. C. (Orgs). *Introdução à Lingüística: Domínios e Fronteiras*. v. 3. São Paulo: Cortez, 2006.

PICCHIO, L.S. Saudades de Celso Cunha. In: PEREIRA, C. C. & PEREIRA, P. R. D. (Orgs). *Miscelânea de Estudos Lingüísticos, Filológicos e Literários in Memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. IX-XIII, 1995.

PFEIFFER, C. C. & NUNES, J. H. (Orgs). *Linguagem, História e Conhecimento*. Campinas: Pontes, 2006.

PILAGALLO, O. (2006) *A História do Brasil no século 20 (1960-1980)*. São Paulo: Publifolha, 2006.

_____ *A História do Brasil no século 20 (1980-2000)*. São Paulo: Publifolha, 2006.

PORTUGAL. Departamento da Educação Básica. *Organização Curricular e Programas. Ensino Básico: 1º Ciclo, 4ª ed. Revista*. Disponível em: <http://dgidc.min-edu.pt/fichdown/programas/Prog%20_1cicloEB.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2007.

PORTUGAL. Departamento da Educação Básica. *Programa de Língua Portuguesa: Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. Ensino Básico 2º Ciclo, 4ª edição*. Disponível em: <[http://dgidc.min-edu.pt/curriculo/Programas/programas-2ciclo/LPortuguesa_2ºciclo.pdf](http://dgidc.min-edu.pt/curriculo/Programas/programas-2ciclo/LPortuguesa_2%ciclo.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2007.

PORTUGAL. Departamento da Educação Básica. *Programa de Língua Portuguesa: Plano de Organização do Ensino-Aprendizagem. Ensino Básico 3º Ciclo*. Disponível em: <[http://dgidc.min-edu.pt/curriculo/Programas/programas3ciclo/LPortuguesa_3ºciclo.pdf](http://dgidc.min-edu.pt/curriculo/Programas/programas3ciclo/LPortuguesa_3%ciclo.pdf)>. Acesso em: 11 jun. 2007.

PORTUGAL. Departamento do Ensino Secundário. *Programas de Língua Portuguesa: 10º, 11º e 12º Anos. Cursos Gerais e Cursos Tecnológicos: Formação Geral*. Disponível em: <http://dgidc.min-edu.pt/programs/prog_hom/portugues_10_11_12_cg_ct_homol_nova_ver_pdf.>. Acesso em: 11 jun. 2007.

PORTUGAL. Departamento do Ensino Secundário. *Programa de Literaturas de Língua Portuguesa: 12º Ano. Curso Geral de Línguas e Literaturas*, 2002.

PORTUGAL. Lei nº 46/86 – *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Disponível em: <http://dgidc.min_edu.pt/l4686.htm> . Acesso em: 20 jun. 2007.

PORTUGAL. Lei nº 115/97 – *Lei de Bases do Sistema Educativo*. Disponível em: <http://dgidc.min_edu.pt/l115/97.htm> . Acesso em: 20 jun. 2007.

ROBINS, R. H. *Pequena História da Lingüística*. Trad. Luiz Martins Monteiro de Barros. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 2004.

RODRIGUES, M. *A Década de 80 – Brasil: quando a multidão voltou às praças*. São Paulo: Ática, 1992.

SANTOS, A. de A. *Paixão lusófona*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000.

SAUSSURE, F. *Curso de Lingüística Geral*. Trad. Antônio Chelini, José Paulo e Izidoro Blikstein. São Paulo: Cultrix, 2004.

SAVIANI, D. *A nova lei da educação LDB: Trajetória, Limites e perspectivas*. Campinas: Autores Associados, 2004.

SAYEG-SIQUEIRA, J. H. *O texto*. São Paulo: Selinunte, 1990.

SCHLIEBEN-LANGE, B. *História do falar e História da Lingüística*. Campinas: Unicamp, 1993.

_____. *Reflexões sobre a pesquisa em mudança lingüística*. In DELTA, vol. 10, p. 223-246, 1995.

SILVA, K. V. & SILVA, M. H. *Dicionário de Conceitos Históricos*. São Paulo: Contexto, p. 182 -193, 2005.

SILVA, R. F. *História da Historiografia*. Sagrado Coração: Edusc, [s.d.].

SILVA, S. A. da. *A “Gramatiquinha” de Mário de Andrade: uma leitura historiográfica*. São Paulo, 2005. Dissertação (Mestrado em Língua Portuguesa) – Programa de Pós-Graduação em Língua Portuguesa, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

SILVEIRA, R. C. P. *Estudos de Fonologia Portuguesa*. São Paulo: Cortez, 1986.

SNYDERS, G.; LÉON, A. & GRÁCIO, R. *Correntes Actuais da Pedagogia*. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

STOER, S. R. *Educação e Mudança Social em Portugal: 1970 – 1980, Uma Década de Transição*. Porto: Afrontamento, 1986.

SWIGGERS, P. *Histoire et Historiographie de la linguistique*. Resenha a SEBEOK (ed.) *Semiótica* 31 (1/2), p. 107-137, 1975.

_____ *Histoire et Historiographie de l’enseignement du français: modèles, objects et analyses. Études de Linguistique Appliquée*. [S.I.]. Daniel Coste: nº 78, 1991.

_____ *Filologia e Lingüística: Enlace, divórcio, reconciliação*. Trad. Lineide do Lago Salvador Mosca. In: *Filologia e Lingüística Portuguesa*, nº 02, p. 05-18, 1998.

TARALLO, F. *Tempos Lingüísticos: itinerário histórico da Língua Portuguesa*. São Paulo: Ática, 1990.

TENGARRINHA, J. (Org). *História de Portugal*. Bauru: EDUSC, 2001.

TENREIRO, C. A. F. Tecendo o Discurso. In: FERREIRA, L. C. M. & INDURSKY, F. (Orgs). *Michel Pécheux e a análise do discurso: uma relação de nunca acabar*. São Carlos: Clara Luz, 2005.

TÉTART, P. *Pequena História dos Historiadores*. Trad. Maria Leonor Loureiro. Bauru, SP: Edusc, 2000.

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

TROUBETZKOY, N. S. Introduction. In: *Principas de Phonologye*. Trad. J. Cantineau. Paris: Editions Klincksieck, 1970.

UCHÔA, C. E. F. (Org.). Antenor Nascentes e a filologia brasileira. In *Dispersos de J. Mattoso Câmara Jr.* Rio de Janeiro: Lucerna, p. 229-258, 2004.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO – FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS. *Síntese da História do Projeto NURC*. Disponível em: <<http://www.fflch.usp.br/dlcv/nurc/historico.htm>>. Acesso em: 10 mai. 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. *Projeto NURC*. Disponível em: <<http://www.ufrj.br/nurc-rj/projnurc.html>>. Acesso em: 10 mai. 2007.

WEEDWOOD, B. *História concisa da Lingüística*. Trad. Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2004.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)